



ACADEMIA MILITAR

Turismo Seguro: Estratégias de Segurança Turística. Estudo de caso: Comando Territorial de Faro

Aspirante GNR Infantaria Diogo Miguel Cruz Salvador

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado de Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Orientador: Major AdMil (Doutor) Hélio de Jesus Branco Corguinho Fernandes

Coorientador: Coronel GNR Cav Paulo César Brito dos Santos

Júri

Presidente do Júri: Coronel AdMil Paulo Jorge Alves Gomes

Arguente: Professor José Bernardo Trindade Chagas

Diretora do Curso: TCor GNR Cav Lucília de Jesus Mendes da Silva

maio de 2025



ACADEMIA MILITAR

Turismo Seguro: Estratégias de Segurança Turística. Estudo de caso: Comando Territorial de Faro

Aspirante GNR Infantaria Diogo Miguel Cruz Salvador

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado de Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Orientador: Major AdMil (Doutor) Hélio de Jesus Branco Corguinho Fernandes

Coorientador: Coronel GNR Cav Paulo César Brito dos Santos

Júri

Presidente do Júri: Coronel AdMil Paulo Jorge Alves Gomes

Arguente: Professor José Bernardo Trindade Chagas

Diretora do Curso: TCor GNR Cav Lucília de Jesus Mendes da Silva

maio de 2025

EPÍGRAFE

*“Conhecimento sem ação é inútil.
Ação sem conhecimento é perigosa.”*

Confúcio

DEDICATÓRIA

À minha família, à minha namorada, aos meus amigos. O meu sincero agradecimento a todos os que, com apoio, paciência e motivação, tornaram possível a concretização desta etapa.

AGRADECIMENTOS

As palavras que se seguem são dedicadas a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a concretização desta etapa fundamental da minha vida académica e pessoal.

Ao meu orientador, Sr. Major Hélio Fernandes, expresso o mais sincero agradecimento pela dedicação, disponibilidade e orientação contínua ao longo da realização deste Trabalho de Investigação Aplicada.

Ao meu coorientador, Sr. Coronel Paulo Santos, agradeço pelo apoio incondicional, pela contribuição essencial para o sucesso desta investigação, bem como pela facilitação de contactos determinantes que enriqueceram este trabalho. A sua participação foi particularmente decisiva na fase de recolha de dados, nomeadamente das entrevistas e questionários, considerada a mais crítica desta investigação.

Aos Diretores de Curso, manifesto a minha gratidão pelo acompanhamento constante, pelo sentido de responsabilidade e pelo rigor com que orientaram os aspirantes.

À Sra. Professora Maria Brás, agradeço pela sua disponibilidade, exigência construtiva e elevada competência científica, que muito contribuíram para o desenvolvimento da vertente investigativa deste trabalho.

A todos os entrevistados, deixo um agradecimento especial pelos seus testemunhos, conhecimentos e experiência, que permitiram desenvolver um trabalho de campo consistente e valioso, enriquecendo não só esta investigação, como também a minha compreensão sobre a segurança turística e o papel da Guarda Nacional Republicana.

Aos meus camaradas do Curso General Adolfo Almeida Barbosa, com quem partilhei os últimos cinco anos, expresso o meu mais profundo agradecimento pela camaradagem, entajada e constante incentivo. Foram, sem dúvida, um pilar indispensável para a superação dos desafios deste percurso.

À minha família e amigos, reconheço e agradeço o suporte incondicional ao longo de toda a jornada, sempre presentes nos momentos mais exigentes e celebrando cada conquista comigo.

Por fim, à minha namorada, deixo uma palavra de gratidão especial.

RESUMO

A presente investigação, intitulada “Turismo Seguro: Estratégias de Segurança Turística. Estudo de Caso: Comando Territorial de Faro”, tem como objetivo analisar de que forma a Guarda Nacional Republicana (GNR) responde às necessidades dos turistas no âmbito da segurança turística na região algarvia. Para tal, recorreu-se a uma abordagem metodológica mista, centrada num estudo de caso aplicado ao Comando Territorial de Faro. As técnicas de recolha de dados incluíram a análise documental, a aplicação de 421 questionários a turistas (nacionais e estrangeiros) e a realização de 7 entrevistas a elementos da GNR.

Os resultados permitiram traçar o perfil do turista que visita o Algarve, caracterizado por uma perceção globalmente positiva da segurança na região. No entanto, foram identificadas preocupações específicas, como a insegurança nas vias rodoviárias, o receio em deslocações noturnas (sobretudo entre mulheres e turistas que viajam sozinhos) e a relutância em transportar objetos de valor. Variáveis como nacionalidade, idade, género e frequência de visita demonstraram ter impacto direto na perceção de segurança.

As estratégias adotadas pela GNR revelaram-se eficazes, nomeadamente através da visibilidade do policiamento, da atuação preventiva, da cooperação internacional (com destaque para o patrulhamento conjunto com forças congéneres) e da aposta em ações de sensibilização. No entanto, persistem dificuldades operacionais, como a escassez de efetivos, barreiras linguísticas, limitações logísticas e ausência de dados estatísticos específicos sobre criminalidade turística.

Conclui-se que a atuação da GNR está, de forma geral, alinhada com as exigências do contexto turístico regional, embora haja margem para melhorias estruturais e funcionais que permitam uma resposta mais especializada, sustentada e adaptada à realidade dinâmica do setor.

Palavras-chave: Segurança Turística; Turista; Perceção de Segurança; Patrulhamento conjunto; Cooperação Internacional;

ABSTRACT

This research, entitled Safe Tourism: Strategies for Tourist Security. Case Study: Faro Territorial Command, aims to analyze how the Guarda Nacional Republicana (GNR) responds to the needs of tourists within the scope of tourist security in the Algarve region. A mixed-methods approach was adopted, centered on a case study applied to the Faro Territorial Command. Data collection techniques included document analysis, the application of 421 questionnaires to tourists (both national and international), and 7 interviews with GNR personnel.

The findings allowed for the profiling of the typical tourist visiting the Algarve, generally characterized by a positive perception of security in the region. However, specific concerns were identified, such as insecurity on roadways, fear of nighttime travel (especially among women and solo travelers), and reluctance to carry valuables. Variables such as nationality, age, gender, and visit frequency showed a direct impact on safety perception.

The strategies adopted by the GNR proved effective, particularly through visible patrolling, preventive action, international cooperation (notably joint patrols with foreign counterparts), and awareness-raising initiatives. Nevertheless, some operational challenges persist, such as shortage of personnel, language barriers, logistical limitations, and the lack of crime statistics specifically related to tourism.

It is concluded that the GNR's actions are generally aligned with the demands of the regional tourism context, although there is room for structural and functional improvements to enable a more specialized, sustainable, and responsive approach adapted to the dynamic nature of the tourism sector.

Keywords: Tourist Security; Tourist; Safety Perception; Joint Patrol; International Cooperation;

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	5
CAPÍTULO 1 – TURISMO: PERSPETIVA GERAL E CONTEXTUALIZAÇÃO	5
1.1. Conceitos, Evolução e Importância do Turismo.....	5
1.2. Caraterização do turista	7
1.3. O Efeito do crime na Procura Turística	9
1.4. Turismo em Portugal: Tendências e Impacto Económico	11
CAPÍTULO 2 – CONCEITO E DIMENSÕES DA SEGURANÇA	14
2.1. Definições de Segurança e Evolução do Conceito	14
2.2. Modelos de segurança e o papel da GNR na sociedade	17
2.3. A Criminalidade e o Desafio da Segurança em Destinos Turísticos	19
2.3.1. Teoria da Desorganização Social.....	22
2.3.2. Teoria Hot Spot.....	23
2.3.3. Teoria da Atividade Rotativa	25
2.3.4. “Ciclo do Crime no Turismo”.....	26
CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA E TURISMO	27
3.1. Policciamento de Comunitário em Contextos Turísticos	27
3.2. Cooperação Internacional e Patrulhamento Conjunto	29
PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	31
CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS	31
4.1. Modelo de análise e objetivos da investigação.....	31
4.2. Método de abordagem e procedimento metodológico	32
4.3. Métodos e técnicas de recolha de dados e entrevistas	33
4.4. Amostragem	35
4.5. Análise de dados.....	36
CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	36
5.1. Análise dos Inquéritos por Entrevista.....	36
5.2. Análise dos Inquéritos por Questionário	44
CONCLUSÕES.....	51

RECOMENDAÇÕES.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
APÊNDICES	I
ANEXOS	XXIV

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 – Respetivas OE de investigação.....	3
Quadro n.º 2- O Turista enquanto vítima de crimes	23
Quadro n.º 3- Modelo de análise da investigação	32
Quadro n.º 4 - Modelo de análise da investigação	36
Quadro n.º 5 - Modelo de análise da investigação	37
Quadro n.º 6 - Modelo de análise da investigação	38
Quadro n.º 7 - Modelo de análise da investigação	38
Quadro n.º 8 - Modelo de análise da investigação	39
Quadro n.º 9 - Modelo de análise da investigação	40
Quadro n.º 10 - Modelo de análise da investigação.....	41
Quadro n.º 11 - Modelo de análise da investigação.....	42
Quadro n.º 12 - Modelo de análise da investigação.....	43
Quadro n.º 13 - Modelo de análise da investigação.....	43
Quadro n.º 14 – Motivos de escolha do Algarve	45
Quadro n.º 15 - Perceções de Segurança Escala 1 a 5 (Discordo Totalmente a Concorde Totalmente).....	46
Quadro n.º 16 - Seleção e caracterização dos entrevistados.....	XII
Quadro n.º 17 - Relação entre as questões de entrevista e as perguntas derivadas	XIII
Quadro n.º 18 - Codificação alfanumérica e cromática das respostas às entrevistas	XIV
Quadro n.º 19 - Análise de conteúdo por questão.....	XVI

ÍNDICE DE FÍGURAS

Figura n.º 1 - Divisão do tempo do homem moderno	5
Figura n.º 2 - Número de chegadas de turistas internacionais, 1967-2007	12
Figura n.º 3 – Questionário de Segurança Turística (versão portuguesa).....	XI
Figura n.º 4 – Evolução Criminal (2020 – 2024)	XXII
Figura n.º 5 – Tipologias Criminais (2022 – 2024)	XXII
Figura n.º 6 – Mapa de calor criminalidade geral 2024.....	XXIII
Figura n.º 7 – Mapa de calor da criminalidade violenta e grave 2024	XXIII
Figura n.º 8 - Chegada de turistas internacionais a Portugal desde 2015 a 2025	XXV
Figura n.º 9 - Chegada de turistas a Portugal com base no país de residência, 2022-2023	XXV
Figura n.º 10 - Número de turistas por sexo, por principais motivos de viagem, 2023	XXVI
Figura n.º 11 - Conta satélite do Turismo	XXVI

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 - Percepções de Segurança por Características dos Turistas. Níveis de Significância dos Testes Não Paramétricos.....	48
Tabela n.º 2 – Idades dos Inquiridos por grupos de faixa etária	XXI
Tabela n.º 3 - Género dos Inquiridos	XXI
Tabela n.º 4 – Nível de Escolaridade dos Inquiridos	XXI
Tabela n.º 5 - Número de dias que os Inquiridos se encontravam de férias	XXI
Tabela n.º 6 – Alojamento que os Inquiridos usufruíam.....	XXI

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	II
APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO.....	V
APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA N.º1	VII
APÊNDICE D - GUIÃO DE ENTREVISTA N.º2	VIII
APÊNDICE G - RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES DE ENTREVISTA E AS PERGUNTAS DERIVADAS	XIII
APÊNDICE H - CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA E CROMÁTICA DAS RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS	XIV
APÊNDICE I - ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE ENTREVISTA....	XVI
APÊNDICE J - ANÁLISE DAS RESPOSTAS AOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO	XXI
APÊNDICE K – FENÓMENO CENÓMENO CIMINAL NO CTER DE FARO	XXII

ANEXOS

ANEXO A – NÚMERO DE TURISTAS INTERNACIONAIS EM PORTUGAL (2015-2025).....	XXV
ANEXO B – MERCADOS EMISSORES PARA TERRITÓRIO NACIONAL (2022-2023)	XXV
ANEXO C – ESTATÍSTICAS DOS MOTIVOS DE VIAGEM, 2023	XXVI
ANEXO D – CONTA SATÉLITE DO TURISMO	XXVI

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

A	
AM	Academia Militar
APA	<i>American Psychological Association</i>
Art.º	Artigo
C	
CCTV	Videovigilância / <i>Closed-Circuit Television</i>
CP	Cooperação Policial
CTer	Comando Territorial
D	
DL	Decreto-Lei
DTer	Destacamento Territorial
E	
ES	Equipas Especializadas
F	
FS	Forças de Segurança
G	
GNR	Guarda Nacional Republicana
N	
N.º	Número
NEP	Normas de Execução Permanente
NU	Nações Unidas
O	
OE	Objetivos Específicos
OG	Objetivo Geral
P	
PC	Policimento Comunitário
PCJ	Policimento Conjunto
PD	Perguntas Derivadas
PP	Pergunta de Partida

PPS	Perceção de Segurança
PSP	Polícia de Segurança Pública
S	
SPCPC	Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário
SPSS	<i>Statistical Package for the Social Sciences</i>
STT	Segurança Turística
U	
UNWTO	<i>United Nations World Tourism Organization</i>
W	
WTO	<i>World Tourism Organization</i>
Z	
ZA	Zona de ação

INTRODUÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado com o título “Turismo Seguro: Estratégias de Segurança Turística. Estudo de caso: CTer de Faro” surge no âmbito da conclusão do ciclo de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, ministrado na Academia Militar (AM).

A segurança constitui um pilar essencial na consolidação da confiança das sociedades modernas, refletindo a capacidade dos Estados em salvaguardar os seus cidadãos e visitantes. Segundo Elias (2012), trata-se de um direito e dever inalienável, atualmente confrontado com novos desafios resultantes da globalização. Num mundo cada vez mais interconectado, físico ou virtual, onde as fronteiras são permeáveis, os Estados e as organizações internacionais veem-se obrigados a repensar e adaptar as suas políticas de segurança.

A segurança, como um direito fundamental, desempenha um papel essencial no turismo, pois influencia diretamente a perceção dos turistas e a escolha do destino. É sabido que os turistas fazem as suas escolhas tendo em conta o sentimento de segurança que lhes é oferecido em cada lugar que visitam. Um estudo desenvolvido na Califórnia ilustra esta relação, ao demonstrar que os turistas valorizam fortemente o sentimento de segurança como fator determinante na seleção dos locais a visitar (Tarlow, 2012). Tal como mencionado pela *World Tourism Organization* (WTO), “a segurança e a proteção são vitais para proporcionar qualidade no turismo. Portanto, oferecer experiências turísticas de qualidade que incorporem os princípios de segurança está a tornar-se um objetivo primordial dos destinos turísticos.” (1996, p. 11).

Este entendimento tem vindo a consolidar-se a nível internacional, levando as forças de segurança (FS) reconhecerem a necessidade de se adaptarem a esta nova realidade, de forma a conseguirem dar respostas apropriadas à atualidade (Tarlow, 2012). Assim, de acordo com Semedo (2019) “a criminalidade e insegurança afetam negativamente não só a imagem do destino, como também o setor turístico, especificamente os turistas, daí a necessidade de introduzirmos o turista e o sentimento de insegurança”.

Portugal tem beneficiado de um posicionamento competitivo no setor turístico, sustentado, em grande parte, pela sua reputação de segurança. De acordo com o *Global*

Peace Index (2023), o país é atualmente o 7.º mais seguro do mundo e o 5.º mais pacífico na União Europeia. A estabilidade política, baixos índices de criminalidade e um ambiente geral de segurança contribuem significativamente para atrair turistas. “Em suma, o setor do turismo é claramente um dos principais motores da economia nacional, num ciclo de crescimento, o que contribui para que seja considerado um dos destinos turísticos mais competitivos do mundo”, de acordo com Carvalho (2019, p.23).

Neste contexto, assume particular importância a definição e implementação de estratégias de segurança orientadas para o turismo, sustentadas por políticas públicas eficazes (Payam, 2016). Segundo Sonmez et al. (1999), muitos países e cidades ao redor do mundo passaram a implementar divisões policiais específicas voltadas para o setor do turismo. Consequentemente, o relatório de competitividade em viagens e Turismo publicado pelo Fórum Económico Mundial, considera os serviços policiais como o ponto central na competitividade no turismo. Assim, investir em policiamento orientado para o turismo representa, segundo Payam (2016), um investimento estratégico no futuro económico do destino e do país.

Apesar da intensificação dos níveis de alerta em várias regiões do mundo, Portugal, tem mantido uma posição de destaque, especialmente no setor do turismo. Nos últimos seis anos, Portugal foi eleito como o “Melhor Destino Turístico da Europa” em cinco ocasiões nos *World Travel Awards* em 2022. No âmbito de destinos regionais destaca-se a região do Algarve arrecadando o prémio *Europe’s Leading Cruise Destination*. Ademais, o Algarve apresenta outros fatores que evidenciam o interesse dos turistas na região, incluindo um aumento substancial de chegadas no aeroporto Gago Coutinho contando com 1,08 milhões de chegadas, um total de 511,5 mil hóspedes na região algarvia, e um proveito de 142,13 milhões de euros, de acordo com o 10º *dashboard* mensal realizado pelo Turismo Algarve (2023). É com base neste histórico de reconhecimento e premiações que foi escolhida a área de atuação do Comando Territorial de Faro como a localização para o desenvolvimento da investigação, valorizando o seu papel crucial no desenvolvimento e segurança do turismo na região.

Para assegurar a continuidade destes bons resultados, tem apostado em programas específicos de segurança turística (STT), designadamente através da GNR e da Polícia de Segurança Pública (PSP). A GNR, em Particular, para além de ações de cooperação com forças congéneres internacionais, executa o Programa “Verão Seguro”, a fim de transmitir uma imagem de segurança positiva.

Neste enquadramento, e considerando a relevância do tema, é fundamental apresentar a Pergunta de Partida (PP) que está na origem da presente dissertação, através da qual, segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p. 32) o “investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar, compreender”. Assim, a PP à qual se pretende dar resposta é: **“A atividade da GNR, estará adequada às necessidades dos turistas na zona de ação do Comando Territorial de Faro?”**.

Através da resposta à PP é pretendido que se atinja o seguinte Objetivo Geral (OG): “Estudar de que forma a atividade da GNR estará adequada às necessidades dos turistas na zona de ação do Comando Territorial de Faro.”.

De modo a alcançar o OG da investigação, foram formulados vários Objetivos Específicos (OE) de investigação, devido à ampla abrangência do tema, permitindo assim um estudo pormenorizado para atingir o OG. Assim foram definidos os seguintes OE:

Quadro n.º 1 – Respetivas OE de investigação

OE1	Analisar quais são os principais problemas que afetam a segurança dos turistas;
OE2	Estudar quais as estratégias e ações de segurança implementadas pela GNR que contribuem para o combate à criminalidade que afeta os turistas;
OE3	Compreender quais são as principais dificuldades enfrentadas na operacionalização de medidas de segurança turística por parte da GNR;
OE4	Estudar qual a perceção e impacto do patrulhamento conjunto na visão enquanto visitante.

Fonte: Elaboração própria

A presente investigação encontra-se dividida em duas partes principais, sendo que a Parte I corresponde ao enquadramento teórico e a Parte II corresponde ao enquadramento metodológico e discussão de resultados.

No que respeita à Parte I da presente dissertação, o primeiro capítulo centra-se na definição dos principais conceitos associados ao fenómeno do turismo, abordando a sua evolução histórica, importância económica e social, bem como o papel do turista e as perceções de (in)segurança associadas às suas experiências. O segundo capítulo explora o conceito de segurança, destacando a sua evolução histórica, as diferentes dimensões que o compõem (*security*, *safety* e *surety*), e o papel desempenhado pelas FS na proteção dos cidadãos e no reforço da confiança nos destinos turísticos. Por fim, no terceiro capítulo,

é analisada a relação entre segurança e turismo, com foco principal nos modelos de policiamento, nomeadamente o policiamento comunitário em contextos turísticos, e nas dinâmicas de cooperação policial (CP), como o patrulhamento conjunto (PCJ), essenciais à segurança em zonas de elevada afluência turística.

A Parte II da presente dissertação é dedicada à componente metodológica e à análise empírica dos dados recolhidos. O Capítulo 4 descreve em detalhe a estratégia metodológica adotada, incluindo os objetivos e perguntas de investigação, o tipo de abordagem seguida, os instrumentos de recolha de dados utilizados, os critérios de seleção da amostra e os procedimentos aplicados à análise e tratamento da informação.

O Capítulo 5 é reservado à exposição, interpretação e discussão dos resultados obtidos, com base nas entrevistas e nos questionários aplicados durante o trabalho de campo, procurando dar resposta às questões delineadas na fase inicial da investigação.

Na secção final, apresentam-se as conclusões gerais, nas quais se sintetizam as principais conclusões do estudo, bem como consequente resposta às perguntas de investigação.

O presente trabalho foi desenvolvido em conformidade com as Normas de Execução Permanente (NEP) da AM, que regulam a elaboração de trabalhos de investigação aplicada. A formatação e citação das fontes bibliográficas segue os critérios definidos pela 7.^a edição da *American Psychological Association* (APA).

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1 – TURISMO: PERSPETIVA GERAL E CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. Conceitos, Evolução e Importância do Turismo

O turismo, enquanto fenómeno social, económico e cultural, tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante no desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Antes de definir o conceito de turismo, importa distinguir este fenómeno de outros termos frequentemente associados, como lazer, recreação e entretenimento. De acordo com Requixa (1980), o tempo livre refere-se ao período em que a pessoa não está envolvida com atividades de trabalho ou atendendo a necessidades biológicas essenciais. Por conseguinte, o tempo livre é entendido como “a parcela do tempo linear marcado pelo relógio e que cada um de nós possui para si, após o cumprimento das atividades profissionais e sócio-familiares” (Santini, p. 17, 1993). É dentro do tempo livre que se inclui o tempo de lazer. O fenómeno do lazer compreende a recreação, o entretenimento, bem como o turismo. A figura n.º 1 ilustra esta estrutura do tempo do indivíduo.

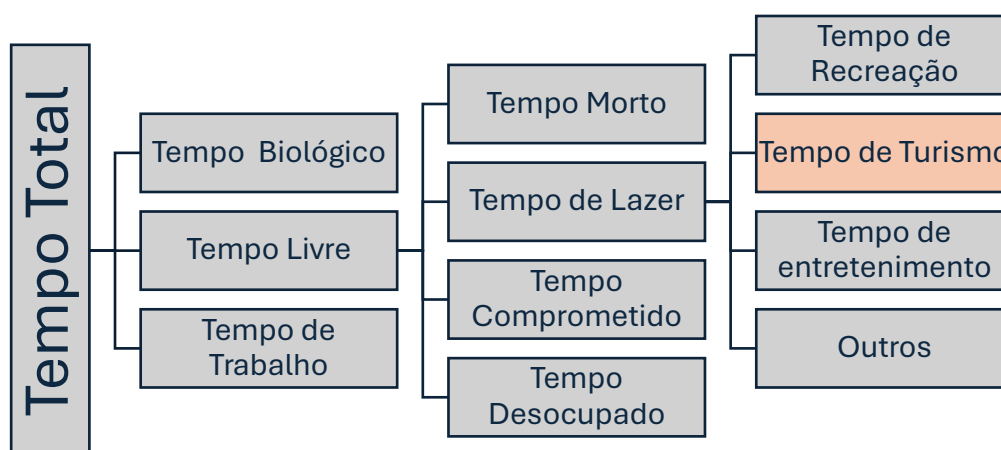


Figura n.º 1 - Divisão do tempo do homem moderno

Fonte: Elaboração própria, adaptado e modificado de Requixa (1980), Marcelino (1996) e Bernardo (2013).

Isto significa que o turismo não deve ser confundido com lazer, recreação ou entretenimento, embora essa associação ocorra com bastante frequência. O lazer deve ser

visto como uma atividade complexa e multidimensional, que inclui os restantes termos. Portanto, é importante compreender o seu significado e, adotando a perspectiva de Dumazedier (1976, p. 34), consideremos:

um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

O turismo é uma força importante no comércio mundial e contribui de forma substancial para o desenvolvimento social, cultural e económico de muitos países. Esta atividade tem o poder de preservar o património cultural, mas, ao mesmo tempo, também pode levar à sua degradação (Smith, 2010). Para melhor descrever o fenómeno do turismo, é importante recorrer à principal entidade internacional dedicada ao desenvolvimento de políticas internacionais direcionadas ao setor. A *United Nations World Tourism Organization* (UNWTO), enquanto autoridade de referência e principal autoridade na criação de diretrizes e recomendações para este campo, considera que “o turismo compreende as atividades das pessoas que viajam e permanecem em locais fora do seu ambiente habitual, por não mais do que um ano consecutivo, por motivos de lazer, negócios ou outros fins” (UNWTO, 1994. p.5). No entanto, as definições de turismo são amplas e refletem as complexidades envolvidas, desde a motivação dos visitantes até aos impactos económicos, culturais e ambientais que surgem das atividades turísticas (Cooper, 2018). Inclusive, alguns autores consideram que a definição de turismo proposta pela UNWTO apresenta fragilidades, pois não consegue identificar plenamente as características fundamentais do turismo nem diferencia-lo de fenómenos semelhantes (Cunha, 2010).

Nesta linha, é preponderante compreender as múltiplas dimensões do turismo. De acordo com Lew et al. (2014), o turismo apresenta não só um meio de entretenimento e lazer, mas também uma ferramenta económica capaz de promover o desenvolvimento em regiões com grande apelo cultural e/ou natural. Esta perspectiva é defendida por Cunha (2010, p. 8), considerando que “numa abordagem simplista poderíamos dizer que turismo é aquilo que os visitantes fazem, (...) mas nesse caso, o objecto do turismo confundir-se-ia com o sujeito”. Por outras palavras, o turismo não seria tratado como algo com características próprias, mas sim como uma simples soma das atividades de quem viaja.

Por forma a abranger todas as dimensões chave do turismo, o mais correto é identificar o turismo como uma atividade, eleger os seus domínios ou áreas de estudo e as relações que este origina. Tais características vão ao encontro de Beaver (2002, p. 285), quando afirma que:

Tourism comprises the activities of persons travelling to and staying in places outside their usual environment for not more than one consecutive year, for leisure, business and other purposes together with organizations or persons which facilitate these activities. It includes the services which enable and support those activities and the providers of those 26 services, both public and private, whether supplied direct to travellers or through intermediaries.

Assim, esta definição proposta por Beaver pode ser considerada abrangente e completa, pois engloba as duas principais dimensões que sustenta o turismo: a procura e a oferta. Ao integrar ambas as vertentes, oferece uma visão abrangente e detalhada sobre a complexidade do fenómeno turístico, o que a torna particularmente relevante para estudos no âmbito da STT.

1.2. Caraterização do turista

Uma vez explicado o que é o turismo, bem como os diversos tipos de atividades que os visitantes podem realizar, é fundamental, para a análise das dinâmicas do turismo contemporâneo, entender quem é o “turista”¹.

Do ponto de vista técnico, a WTO e as Nações Unidas (NU) consideram “*visitor (domestic, inbound or outbound) is classified as a tourist (or overnight visitor), if his/her trip includes an overnight stay, or as a same-day visitor (or excursionist) otherwise*” (IRTS, 2008, para. 2.13).

Esta conceção aproxima-se da que consta no DL n.º 191/2009 de 17 de agosto, que introduz as normas para a classificação, funcionamento e exigências específicas dos empreendimentos turísticos em Portugal. O DL define “turista” como “a pessoa que passa pelo menos uma noite num local que não seja o da residência habitual e a sua deslocação não tenha como motivação o exercício de atividade profissional remunerada no local visitado”.

Mais uma vez, estas definições pecam pela falta de consideração de outros “pontos de análise da atividade turística que atravessam a Sociologia, Antropologia, Psicologia, Economia, Geografia Humana, etc.” (Bernardo, 2013, p. 10). É importante compreender

¹ Não será alvo de qualquer esclarecimento e distinção referente aos termos “visitante” e “turista”, uma vez que serão ambos os termos usados indistintamente.

o “turista” de forma mais abrangente, considerando as diversas motivações, comportamentos e interações que este estabelece com os destinos que visita. A atividade turística não é apenas um deslocamento físico, mas também um fenômeno social e cultural que envolve o indivíduo enquanto consumidor, explorador, e, muitas vezes, agente de transformação. Assim, o conceito de turista transcende uma mera categorização baseada no tempo de permanência ou na motivação da viagem, reforça a necessidade de estudos especializados acerca do tema (Leiper, 1979).

A percepção mais moderna de turista vai além da estadia e do consumo por parte do turista, refletindo sobre a multiplicidade de experiências que impulsionam a atividade turística. De acordo com Cohen (1972), o turista pode ser classificado em diferentes tipos com base nas suas expectativas e o nível de proximidade com o destino. Por exemplo, enquanto o “turista institucionalizado” prefere experiências padronizadas, como pacotes turísticos organizados, o “turista não institucionalizado” busca explorar o destino de forma mais independente e autêntica. Essas tipologias ilustram a diversidade de perfis turísticos, que variam de acordo com os interesses, valores e comportamentos de cada indivíduo.

Além disso, Richards e Wilson (2016) destacam que o turista contemporâneo procura cada vez mais experiências únicas. Esse perfil, conhecido como “turista experiencial”, dá prioridade a interações reais com as comunidades locais e está cada vez mais atento ao impacto das suas escolhas.

No contexto da presente investigação, e no âmbito da STT, a nossa proposta de definição de turista aproxima-se com a alínea c) do art.º n.º 2 da Lei de Bases das Políticas Públicas de Turismo de Portugal, que define “turista” como “a pessoa que passa pelo menos uma noite num local que não seja o da residência habitual e a sua deslocação não tenha como motivação o exercício de atividade profissional remunerada no local visitado”. Esta definição, além da clareza e especificidade que apresenta, existe um cuidado acrescido em alinhar a definição com as normas internacionais, nomeadamente com critérios da WTO, mantendo consistência com padrões globais enquanto reflete a realidade portuguesa.

Compreender estas definições é essencial para a GNR no desenvolvimento de estratégias de STT, permitindo a implementação de medidas específicas que atendam às necessidades e características dos turistas que visitem a regiões como o Comando Territorial de Faro.

É importante ressaltar que, conforme anteriormente mencionado, a WTO é a principal entidade internacional no setor de turismo. No entanto, a WTO não declara ter a intenções de formular definições teóricas de turismo. O objetivo da organização é, exclusivamente: produzir e padronizar estatísticas, de forma a uniformizar critérios entre os diversos países (Pakman, 2020). Esta é a explicação essencial para as definições oferecidas pela Organização não serem amplamente aceites na presente investigação.

1.3. O Efeito do crime na Procura Turística

Lisowka (2017) destaca que o crime é um fenómeno especialmente relevante em áreas que recebem atividade turística, pois é um fenómeno que impacta significativamente a imagem dos destinos turísticos, independentemente das entidades nacionais, regionais ou locais de qualquer país que receba turistas (Holcomb & Pizam, 2006). O turista é frequentemente visto pelos criminosos como um alvo vulnerável, devido ao desconhecimento do ambiente que visita e ao relaxamento típico de quem se encontra de férias, o que reduz a sua atenção a possíveis perigos e, muitas das vezes, aumenta os comportamentos de risco (Brunt, Mawby & Hambly, 2000), levando-o a ser vítima de crimes.

Compreender os efeitos do crime no turismo é essencial para fundamentar a importância de políticas públicas e estratégias de policiamento direcionado. Antes de se perceber como alcançar a preservação da segurança do turista é essencial compreender o impacto que o crime contra o turista pode gerar. Esse impacto pode-se manifestar tanto a nível macro como micro, prejudicando a reputação e a atratividade dos destinos turísticos.

Numa perspetiva macro, esse efeito é medido através do prejuízo causado à imagem do destino, resultando numa redução da procura e do número de turistas que, por sua vez, irá gerar uma queda na receita, com consequências a longo prazo e comprometendo o desenvolvimento económico do local (Tevdoradze, Mushkudiani & Tevdoradze, 2024). Um exemplo marcante dessa dinâmica ocorreu no Egito que, após um ataque de extremistas islâmicos a turistas, passou a ser percebido como um destino inseguro, resultando num prejuízo de 1 bilião de dólares norte-americanos em 1992.

A cobertura mediática, sobretudo quando intensificada ou sensacionalista, pode induzir um sentimento de insegurança nos turistas. Tal como referem Tasci e Gartner (2007), a imagem de um destino turístico é fortemente influenciada pelos meios de comunicação social, uma vez que estes moldam a perceção pública sobre segurança, estabilidade e atratividade. Destinos que enfrentam estes problemas levam dificuldades

acrescidas para recuperar a sua imagem turística, especialmente quando não têm estratégias claras de comunicação e gestão de reputação (Avraham & Ketter, 2017). As representações negativas persistem no imaginário coletivo, podendo afetar a confiança dos potenciais turistas, mesmo após o restabelecimento da segurança.

Já numa perspetiva micro, esse impacto reflete-se a nível pessoal, influenciando o comportamento e tomada de decisões dos turistas (Tevdoradze, Mushkudiani & Tevdoradze, 2024). As vítimas de crimes podem sofrer impactos emocionais e psicológicos tanto de curto como longo prazo. Quem passou por experiências violentas, frequentemente relata sentir-se em choque e vulnerável, além de, muitas vezes, culpar-se por acreditar que poderia ter evitado tal situação. Crimes violentos também causam a sensação de impotência e insegurança, aumentando a preocupação com a própria segurança e contribuindo para o desenvolvimento de medo, ansiedade, depressão, tristeza, raiva e stress (Dinisman e Moroz, 2017).

O impacto do crime nas decisões dos turistas é influenciado não apenas pelo tipo de crime, mas também por características pessoais como idade, género, e, sobretudo, pela cultura e nacionalidade. Isso porque, conforme ressalta Sztaudynger (2004), um mesmo ato pode ser considerado crime num país, mas não ser tratado da mesma forma noutro.

Apesar dos riscos, investigações realizadas na área apontam que alguns turistas, dependendo do tipo de crime e grau de severidade, estão dispostos a visitar destinos onde já foram vítimas de crimes. Em média, entre 50 a 60% das pessoas que foram vítimas de crimes, como roubos ou assaltos, expressam a intenção de retornar ao destino turístico, mesmo após uma experiência negativa (George, 2003).

Crimes contra turistas são uma realidade comum a todo o mundo (Schiebler, Crotts e Hollinger, 1996). A literatura sobre turismo e crime sugere que a diferença encontra-se na frequência e na severidade dos incidentes criminais (Alleyne & Boxill, 2003; Pizam & Fleischer, 2002). No entanto não são só os crimes cometidos contra turistas que fazem baixar a procura de determinados destinos. Quando existe uma alta taxa de criminalidade contra residentes também acaba por influenciar negativamente a procura turística, pois a perceção de STT está, geralmente, ligada a fatores como estabilidade social, política e económica, além da qualidade e atratividade da oferta (Gollo, 2004).

Em suma, a frequência do crime revela tanto a fragilidade dos sistemas de segurança quanto a ineficiência das medidas preventivas adotadas pelas autoridades responsáveis (Michalko, 2004). Como consequência, destinos turísticos com altas taxas

de criminalidade passam a ser percebidos como inseguros, reduzindo sua atratividade e procura.

A percepção de segurança (PPS) dos turistas não depende apenas da criminalidade real ou de experiências pessoais, mas também pelo ambiente físico e visual dos espaços que visitam. A teoria das *Broken Windows Theory* (janelas partidas), proposta por Wilson e Kelling (1982), sustenta que sinais visíveis de desordem, como lixo acumulado, vandalismo ou edifícios degradados, não só criam um ambiente inseguro, como também podem incentivar comportamentos criminais, perpetuando um ciclo de degradação urbana.

Para mitigar estas percepções negativas, torna-se essencial promover uma abordagem mais consciente e estratégica na planificação urbana, com especial atenção à qualidade dos espaços públicos, à conservação do património e à manutenção regular da limpeza urbana. Paralelamente, com o objetivo de reforçar tanto a segurança objetiva como a segurança subjetiva, várias localidades têm investido na implementação de sistemas de videovigilância em zonas de elevada concentração populacional. Estes sistemas funcionam como instrumentos complementares ao policiamento tradicional, atuando não só como mecanismo de dissuasão da criminalidade, mas também como fator gerador de confiança e sensação de proteção entre os turistas (Welsh & Farrington, 2009).

1.4. Turismo em Portugal: Tendências e Impacto Económico

Após analisar os fatores que afetam a percepção de STT, importa compreender a evolução do turismo em Portugal, destacando a sua relevância económica e os principais marcos históricos do setor.

As práticas turísticas em Portugal ganharam expressão sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. O seu desenvolvimento tirou partido de uma época de relativa acalmia e prosperidade trazida pela regeneração e pelo fontismo e que permitiram ao país recuperar algum atraso em que vivia e dotar-se de infraestruturas essenciais para expansão, entre outros, das atividades turísticas (Hipólito, 2014).

Entre as décadas de 50 e 70 do século XX, o turismo em todo o mundo começou a adquirir um ambiente de interesse. A figura n.º 2 mostra a evolução do número de chegadas de turistas internacionais entre 1950 e 2007. Este período é caracterizado por uma crescente mobilidade internacional, impulsionada pelo “... desenvolvimento dos transportes, nomeadamente o aéreo, vulgarizava as deslocações um pouco por todo o

globo, o turismo ganhou um incremento nunca antes visto” (Milheiro & Santos, p. 122, 2005), fatores que também beneficiaram Portugal como destino turístico.

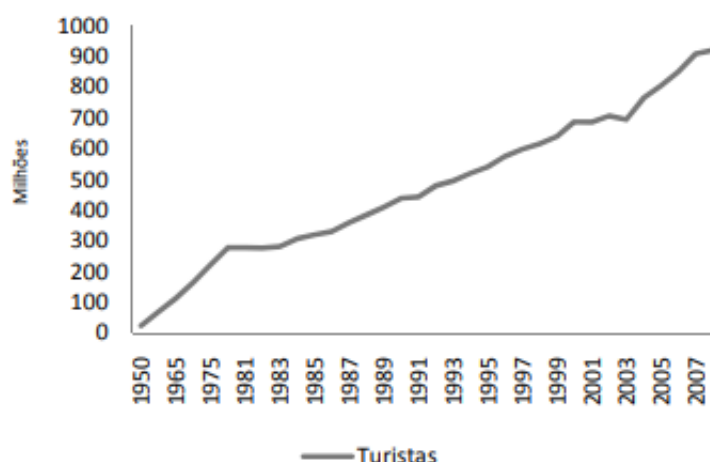


Figura n.º 2 - Número de chegadas de turistas internacionais, 1967-2007

Fonte: UNWTO (2010)

Em 1964, Portugal registou pela primeira vez um milhão de entradas de turistas estrangeiros, tendo gerado, em termos económicos, cerca de 3,5 milhões de contos² em receitas, o que reforçou a importância crescente do setor turístico na política nacional (Costa e Ramos, 2017).

Com a revolução de abril de 1974, o setor do turismo foi fortemente afetado. O VI Governo provisório para fazer face à dificuldade económica sentida, declarou o Turismo “como uma atividade privada e prioritária”. “De qualquer forma, houve uma queda de 50% nas entradas de estrangeiros em território nacional” (Milheiro e Santos, p. 123, 2005). Foi apenas em 1977 que o número de turistas estrangeiros voltou a crescer.

Os anos 80 foram marcados pela constante preocupação em criar um turismo que oferecesse qualidade aos turistas. Daí que, em 1986, foi criado o Instituto de Promoção Turística, que contribui para promover Portugal internacionalmente. Paralelamente, foi promulgado o primeiro instrumento estratégico para o desenvolvimento do setor, o Plano Nacional de Turismo. De acordo com Costa e Ramos (2017), esse plano marcou um avanço na gestão estratégica do turismo, ao incorporar uma abordagem integrada que abrange áreas como o ordenamento territorial, animação, formação, investimento e promoção.

² Correspondendo a cerca de 1,6 milhões de euros (INE, 2024)

O início do século XXI representou uma transformação significativa para o turismo em Portugal, com a consolidação do país como um dos destinos turísticos mais procurados da Europa. De acordo com estudos sobre o turismo em Portugal no início do século XXI, destinos como o Algarve, Lisboa e Madeira destacavam-se entre os mais visitados, mas enfrentavam desafios decorrentes do crescimento acelerado, como a concentração excessiva de turistas e a dificuldade em assegurar a qualidade proporcional dos serviços e infraestruturas (Milheiro e Santos, 2005).

Atualmente, Portugal destaca-se no cenário global como um destino turístico de referência, amplamente reconhecido pelo seu produto nacional “Sol e Mar”, popularmente associado ao conceito dos 3 ‘S’ – *Sun, Sea and Sand* (Daniel, 2010). A análise da figura n.º 8³ permite perceber que tem havido uma evolução positiva na chegada de turistas desde 2015. Aqui é importante ressaltar que os principais mercados emissores são Espanha, Reino Unido, França e Alemanha, figura n.º 9⁴. Para além disso, a maioria das deslocações foram realizadas por lazer, recreio ou férias, representado por 11,9 milhões de viagens, que corresponde a 50,1% do total⁵ (INE, 2024).

Naturalmente, todos estes fatores trazem um aumento gradual das receitas, ao longo dos anos. O turismo é um dos setores da economia mais importantes para Portugal onde o peso do turismo na economia portuguesa ao longo dos anos tem aumentado. A conta satélite do Turismo, segundo o INE (2024), ilustra esse mesmo aumento e o impacto do turismo em termos de receitas e contribuição para o Produto Interno Bruto nacional, bem como do Valor Acrescentado Bruto gerado pelo turismo, figura n.º 11⁶. Em termos de empregabilidade, o turismo tem igualmente desempenhado um papel relevante, com um crescimento de 0,9% em 2023, o que representa um aumento de 1,5% face ao ano anterior.

³ Vide Anexo A

⁴ Vide Anexo B

⁵ Vide Anexo C

⁶ Vide Anexo D

CAPÍTULO 2 – CONCEITO E DIMENSÕES DA SEGURANÇA

2.1. Definições de Segurança e Evolução do Conceito

A noção de “segurança” é um conceito complexo e multidimensional, abrangendo diversas dimensões, nomeadamente a individual, a coletiva, nacional e internacional, o que dificulta a sua uniformização conceptual. Apesar de ser intuitivamente compreendida, a sua natureza multifacetada constitui um desafio à formulação de uma definição universal e abstrata. Por isso, é comum que as suas definições sejam baseadas em contextos específicos ou funcionais (Guerra, 2016).

A abordagem histórica do conceito de segurança remonta a períodos anteriores do século XX. O termo latino *securitas*, utilizado por Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.), designava originalmente a “ausência de preocupação”, relacionada com a tranquilidade interior procurada pelos filósofos clássicos, e não com a proteção física ou estrutural que hoje lhe é atribuída.

Para Thomas Hobbes, filósofo inglês frequentemente reconhecido como precursor do entendimento moderno de segurança, esta assume um valor essencial à condição humana, devendo ser garantida pelo Estado soberano. Hobbes via a segurança como uma necessidade fundamental para a existência e a estabilidade das sociedades. Na obra *Leviatã* (1651), Hobbes defende que a segurança constitui um pilar fundamental para a existência civilizacional, sendo o Estado detentor do monopólio legítimo da força para proteger os indivíduos contra ameaças internas e externas.

Outros teóricos, como Jean-Jacques Rousseau (1762) e Montesquieu (1748), propuseram uma visão mais integrada entre segurança, liberdade e justiça. Rousseau advoga que a verdadeira segurança só é possível através de um “contrato social” participativo, no qual os cidadãos assumem um papel ativo na formulação e aceitação das leis. Montesquieu, por sua vez, sugere que a segurança e a liberdade dos cidadãos dependem de um governo equilibrado, capaz de evitar e salvaguardar os direitos individuais. Ambos os autores entendem a segurança como um conceito que transcende proteção física, envolvendo também a garantia de liberdade, direitos e justiça. Diversos autores sugerem que existe uma relação inversamente proporcional entre o grau de liberdade conferido pelos Estados aos seus cidadãos e o nível de segurança que conseguem garantir. Neste sentido, quanto maior for a liberdade individual promovida por um sistema político, maior será também a sua exposição à instabilidade e à incerteza,

exigindo a aceitação de um maior grau de risco como parte inerente desse modelo (Aron, 1979, p. 112).

Do ponto de vista semântico, a palavra “segurança” tende a ser compreendida por oposição a “insegurança”, ou seja, à ausência de proteção e à exposição a riscos (Guerra, 2016). Os conceitos de perigo e incerteza, ainda que ambíguos, condicionam fortemente a forma como a segurança é percebida. Como refere Buzan (1983), a percepção subjetiva de segurança nem sempre coincide com a existência objetiva de condições de proteção. Aliás, certas medidas adotadas para aumentar a segurança podem produzir o efeito contrário, ampliando a consciência do risco e, consequentemente, intensificando a sensação de insegurança (Buzan, 1983, p. 19), afastando o estado de *securitas* anteriormente abordado.

Esta inquietação em torno da segurança não é recente, tendo-se acentuado ao longo do século XX com a ocorrência de eventos disruptivos à escala global, como as Guerras Mundiais, a ameaça nuclear durante a Guerra Fria, os atentados terroristas e diversos conflitos armados de caráter regional e civil. Os ataques de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América, são apontados como um marco simbólico, pois “forneceram-nos a convicção de que a segurança não é um assunto exclusivo de, e para os estados” (Santos, 2015, p. 110).

Daí a importância de se falar em “*security*” e “*safety*”, que segundo Hall et al. (2003), ganharam destaque após a Guerra Fria. Esta diferenciação tem permitido expandir a análise da segurança para além da esfera estatal, englobando também os níveis individual, comunitário e global.

O termo *security* (segurança) é geralmente associado à proteção de ameaças intencionais, como furtos, assaltos, vandalismo, terrorismo, sequestros, ou outras formas de violência deliberada. Este conceito relaciona-se diretamente com a atuação das FS pública e privada, sendo tradicionalmente associado a medidas como policiamento, controlo de acessos, videovigilância e respostas rápidas a incidentes (Pizam & Mansfeld, 2006).

Segundo McSweeney (1999), o conceito de “segurança” evoluiu de uma percepção de tranquilidade psicológica para uma realidade mais concreta, ancorada no controlo do medo e na gestão da precaução. A origem da palavra indica uma transformação de um estado de “ausência de preocupação” para uma condição de “proteção contra riscos”. Esta evolução espelha a adaptação das prioridades sociais, impulsionada pelo desenvolvimento do capitalismo e pelas mudanças económicas, onde segurança agora

implica controlar incertezas e defender-se de ameaças. No entanto, é amplamente aceite que segurança significa “estar ou sentir-se protegido diante de ameaças ou perigos” (Booth, 2007, p.13).

Buzan (1983) amplia esta compreensão, ao afirmar que segurança não se limita à ausência de ameaças, mas implica a capacidade de proteção dos valores essenciais de um indivíduo aos riscos percebidos, tanto internos quanto externos. Surge aqui o paradoxo da segurança nacional, que se justifica apenas quando os cidadãos identificam a segurança do Estado com a sua própria segurança individual. Simões (1978, p. 36) apresenta uma perspectiva mais ampla do termo segurança, enfatizando que existem duas naturezas: uma endógena, relacionada à resolução de problemas pessoais, como saúde, educação e subsistência; e outra exógena, relacionada à garantia de direitos, proteção contra o crime e segurança de bens e vidas.

Já o conceito de *safety* refere-se à prevenção de riscos não intencionais ou acidentais, que possam comprometer a integridade física ou psicológica dos indivíduos. Este conceito aplica-se a contextos como a segurança rodoviária, a segurança alimentar, a prevenção de acidentes em infraestruturas turísticas, bem como a resposta a catástrofes naturais ou emergências sanitárias (Law, 2006).

Conforme sublinham Page et al. (2006), o conceito de *safety* no turismo exige uma abordagem proativa de gestão de riscos, que inclua implementação de normas de higiene, formação dos colaboradores, manutenção de equipamentos e sinalização adequada. A ausência desses cuidados pode resultar em incidentes com impacto negativo tanto na experiência do turista como na reputação do destino. Acrescenta-se que a percepção de *safety* influencia diretamente o comportamento do turista, onde destinos que transmitem uma imagem de organização, limpeza e segurança tendem a ser preferidos por públicos mais vulneráveis, como famílias com crianças ou idosos (Reisinger & Mavondo, 2005).

Em síntese, a crescente preocupação com a *security* e a *safety* no setor do turismo tem impulsionado o surgimento de um novo conceito, o *surety*⁷. Este termo representa um paradigma evolutivo, que transcende a mera implementação de medidas de mitigação de riscos, centrando-se na promoção de um ambiente de confiança, previsibilidade e estabilidade. Como explica Tarlow (2006), *surety* não implica a eliminação total do risco,

⁷ ponto de convergência entre a segurança (*security*), a proteção contra riscos acidentais (*safety*) e a viabilidade económica, sendo compreendido como uma abordagem probabilística que visa equilibrar esses três domínios de forma estratégica (Mansfeld & Pizam, 2006).

mas sim a melhoria contínua das condições de segurança, reconhecendo que o risco é uma dimensão intrínseca da experiência humana.

2.2. Modelos de segurança e o papel da GNR na sociedade

A noção de segurança representa um pilar fundamental para a preservação da estabilidade social e o regular funcionamento das instituições democráticas. Desde os primórdios das civilizações organizadas, as FS têm sido incumbidas de assegurar a ordem pública, sendo estas encarregues de definir estratégias e metodologias para garantir a proteção dos cidadãos e a manutenção da ordem pública. Segundo Bayley e Shearing (2001), a segurança configura-se como um fator determinante da qualidade de vida das populações, exercendo diretamente o crescimento económico e o desenvolvimento social.

Para que esse desenvolvimento se revele sustentável, é indispensável a existência de um Estado de direito robusto, uma vez que o progresso na segurança, na governamentação, no desenvolvimento económico e do bem-estar social depende da solidez das instituições e da aplicação equitativa da lei (United States Institute of Peace, 2009, p. 7). Com efeito, a ausência de FS eficazes compromete a própria existência do Estado, como bem evidenciado na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), *“La garantie des droits de l’homme et du citoyen nécessite une force publique: cette force est donc instituée pour l’avantage de tous, et non pour l’utilité particulière de ceux à qui elle est confiée.”*.

Neste contexto, a relação entre a sociedade civil e as FS deve ser de natureza recíproca, uma vez que a confiança e a colaboração mútua são essenciais para a eficácia das políticas de segurança pública. Como salienta Ribeiro, “a sociedade molda o que a polícia é, e a polícia influencia aquilo em que a sociedade pode tornar-se” (2002, p. 450).

A segurança pública, competência do Estado concretizada através das suas FS, visa garantir a ordem, a estabilidade e a salvaguarda dos direitos fundamentais dos cidadãos. Nos termos da Constituição da República Portuguesa, compete ao Estado “garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático”, conforme estabelecido no seu art.º 9.º. Além disso, cabe-lhe ainda “defender a democracia política, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos na resolução dos problemas nacionais”. Para assegurar esses objetivos, o art.º 272.º atribui às FS a responsabilidade de garantir a legalidade democrática e a proteção dos direitos fundamentais (Lei n.º 1/2005).

No plano funcional, Marcello Caetano (1980, p. 150) define a polícia, no seu sentido funcional, a “Polícia é o modo de atuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das atividades individuais suscetíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objeto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir.”. Lazzarini (2000, p. 21), amplia essa visão ao definir segurança pública como “o estado antidelitual que resulta da observância das leis criminais, resultado da ação de polícia repressiva ou preventiva que afasta todo o perigo que possa afetar a ordem pública”.

Assim, a segurança pública deve ser entendida como uma condição indispensável de ordem e proteção coletiva, sendo diretamente influenciada pelos modelos de policiamento adotados pelos diferentes Estados. Cada modelo de policiamento reflete uma abordagem específica sobre como a polícia deve atuar, influenciando a forma como a prevenção e a repressão ao crime são conduzidas.

O modelo tradicional de policiamento, assenta em quatro pilares principais: patrulhamento preventivo, resposta rápida, investigação criminal, aplicação de medidas punitivas com vista à ressocialização (Montbrun, 2002). Contudo este modelo tem sido duramente criticado durante algumas décadas devido à sua incapacidade de prevenção (Fernandes, 2014). O modelo tradicional é orientado para a repressão e trabalhado para a comunidade ao invés de ser orientado para a prevenção e trabalhado com a comunidade (Montburn, 2002). Neste sentido Monjardet (2003, p. 2) reforça que “a polícia deve reconhecer que a segurança não é da sua exclusiva competência, devendo ser coproduzida em conjunto com a população local”.

É neste quadro que surge o policiamento comunitário (PC), que enfatiza a cooperação entre as FS e a comunidade, promovendo uma abordagem preventiva, participativa e contextualizada no combate à criminalidade e na construção de ambientes urbanos mais seguros. Este modelo remonta à reforma policial do século XIX, em particular na criação da Polícia Metropolitana de Londres em 1829, sob iniciativa do então primeiro-ministro Robert Peel.

Os princípios formulados por Peel (1829) lançaram as bases fundacionais do policiamento moderno, destacando-se o papel da confiança e proximidade com os cidadãos como condição essencial para a eficácia policial. Como observa Peed (2008), o conceito “parceria” descreve a relação indispensável entre a comunidade e a força da lei, sublinhando que a segurança pública só pode ser efetivamente alcançada através de um esforço conjunto. Ericson e Haggerty (1997) acrescentam que, no âmbito do PC, é

expectável que as FS colaborem com as instituições locais, procurando em conjunto as melhores estratégias para identificar e mitigar os riscos existentes.

2.3. A Criminalidade e o Desafio da Segurança em Destinos Turísticos

A convivência social baseia-se em regras que regulam o comportamento dos indivíduos, as quais estão permanentemente sujeitas a transgressões (Clemente, 2010). Entende-se por desvio qualquer “infração às regras sociais estabelecidas num determinado grupo” (Carvalho, 2003, p. 20), sendo este fenómeno inevitável em todas as formas de organização social. Assim, onde há regras, naturalmente existem desvios, sendo a criminalidade uma constante em todas as sociedades. A marginalidade e a conformidade representam dimensões complementares da mesma realidade social, uma vez que cada comunidade estabelece os seus próprios limites de aceitabilidade, assim como os mecanismos de controlo para lidar com quem os infringe.

A vigilância, enquanto instrumento estruturante da vida em sociedade, funciona como um mecanismo dissuasor da criminalidade, uma vez que o medo de ser observado leva os indivíduos a modificar os seus comportamentos (Foucault, 1975). A atuação da polícia, em particular, centra-se na vigilância da comunidade, garantindo a ordem e a segurança pública, tal como referido no art.º n.º 17 do *Code des Délits et des Peines* (1792). Dessa forma, a sociedade como um todo torna-se objeto dessa atenção constante, refletindo a necessidade de mecanismos de supervisão para assegurar a estabilidade social.

A criminalidade em destinos turísticos assume-se como uma das principais preocupações no domínio da segurança, afetando não só os turistas, mas também a perceção e a atratividade desses locais (Brás & Rodrigues, 2010). De acordo com Page e Connell (2006), a experiência do turista pode ser afetada por uma ampla gama de fatores sociais, económicos, demográficos e psicológicos peculiares a cada indivíduo. Assim, torna-se essencial a recolha sistemática e a análise rigorosa de dados, uma vez que estas desempenham um papel crucial na compreensão da criminalidade, permitindo a identificação de padrões, tendências e fatores de risco, que orientam a formulação de políticas de prevenção mais eficazes (Sherman, 1995).

No que respeita à criminalidade contra turistas, a literatura especializada aponta de forma consistente que quando existe uma elevada concentração de pessoas em destinos turísticos, o número de crimes nesses mesmos locais aumenta (Lisowska, 2017; Pizam, 1999; Tynon & Chavez, 2006). Tal fenómeno pode ser interpretado à luz de diferentes

perspetivas teóricas, sendo uma das mais relevantes a teoria da escolha racional, que sugere que “as características do próprio local influenciam o número de crimes cometidos” (Mordwa, 2013). No entanto, um fator essencial é o comportamento dos turistas, que tendem a negligenciar a sua segurança durante as férias, tornando-se alvos mais vulneráveis para a criminalidade (Guillard, 2005). Para além disso, os turistas tendem a adotar comportamentos de risco e frequentam ambientes desconhecidos aumentando significativamente a sua vulnerabilidade, expondo-se a possíveis atividades criminosas (Van Tran & Bridges, 2009).

A reduzida perceção do risco por parte dos turistas, associada à convicção de que as férias são um período isento de preocupações, contribui significativamente para a sua vulnerabilidade à criminalidade. Como argumentam Brunt et al. (2000), muitos turistas não encaram os destinos turísticos como locais onde possam ser vítimas de crimes, o que os leva a descurar medidas de segurança que adotariam no seu quotidiano. Essa despreocupação manifesta-se não apenas na falta de atenção ao ambiente circundante, mas também na ostentação de bens de valor, como telemóveis, câmaras fotográficas e joias, que podem atrair criminosos oportunistas (Pizam & Mansfield, 2006).

Além disso, a barreira linguística e cultural pode dificultar a comunicação com as autoridades locais em caso de crime, reduzindo a capacidade de reação dos turistas perante situações de perigo (Holcomb & Pizam, 2006). Importa referir, contudo, que a vulnerabilidade à criminalidade não é homogénea entre os diferentes perfis de turistas. Certos perfis demonstram maior predisposição para se tornarem vítimas, nomeadamente viajantes solitários, jovens que procuram experiências noturnas e idosos, que podem ter menos recursos para se defender ou evitar situações de risco (Barker et al., 2002).

Tal como supramencionado, outro fator determinante na relação entre turismo e criminalidade é a sazonalidade, daí que haja “uma relação estreita entre o aumento do número de turistas e o número de crimes cometidos nos destinos turísticos” (Brás & Rodrigues, 2010, p. 60). Durante a época alta, a concentração intensiva de turistas em áreas específicas cria condições propícias à atuação de agentes criminosos, uma vez que os infratores aproveitam a distração dos turistas e a grande afluência de pessoas para cometer furtos, agressões e esquemas fraudulentos (Ryan, 1993).

Segundo Brunt et al. (2000), muitos turistas não percecionam os destinos turísticos como locais onde possam ser vítimas de crimes, o que os leva a ignorar medidas básicas de segurança que adotariam nas suas cidades de origem. A perceção de que as férias

constituem uma rutura com os riscos do quotidiano está profundamente enraizada na mentalidade dos turistas.

Tarlow e Muesham (1996) referem que os crimes que afetam diretamente os turistas podem ser classificados em duas categorias principais. A primeira refere-se aos crimes planeados, nos quais os criminosos escolhem deliberadamente os alvos e podem incluir atos como o terrorismo. A segunda categoria diz respeito aos crimes de oportunidade, cometidos de forma espontânea quando surgem condições favoráveis à sua execução, podendo envolver violência contra a vítima desconhecida e proporcionar ao criminoso algum tipo de benefício (natureza económica, psicológica ou sexual).

Após identificar os principais fatores que contribuem para a vulnerabilidade dos turistas à criminalidade, é fundamental analisar os fatores que levam os criminosos a cometer esses delitos. A literatura especializada identifica diversas motivações por trás dos crimes contra turistas, pelo que, de acordo com Pizam (1999), sendo a principal delas de natureza económica, já que os criminosos tendem a perceber os turistas como alvos fáceis. Dentro desta perspetiva, destacam-se a desigualdade social, o desemprego associado à falta de qualificação profissional e ainda comportamentos ligados à dependência de substâncias como fatores que incentivam a criminalidade em destinos turísticos (Grinols et al., 2009).

Face à realidade empírica da vulnerabilidade dos turistas e das motivações à prática de crimes, verifica-se no Algarve, uma evolução significativa das principais tipologias criminais. Neste âmbito, as figuras n.º 4 e n.º 5, elaboradas com base em dados fornecidos pelo CTer de Faro, ilustram esta dinâmica. A figura n.º 4⁸ revela uma tendência crescente da criminalidade geral, com um aumento do número total de ocorrências, que passou de 13.508 em 2020 para um máximo de 18.272 em 2023. Já a figura n.º 5⁹ detalha as tipologias criminais mais comuns no triénio 2022-2024, evidenciando não só um crescimento relevante da criminalidade como também uma predominância expressiva dos crimes de natureza patrimonial no contexto algarvio.

Várias teorias no campo da sociologia têm sido adaptadas ao estudo da vitimização de turistas ao longo dos anos (Crotts, 1996). Entre as mais relevantes destaca-se a Teoria da desorganização social, a Teoria Hot Spot e a Teoria da Atividade Rotativa.

⁸ Vide Apêndice K

⁹ Vide Apêndice K

2.3.1. Teoria da Desorganização Social

Com o evoluir das dinâmicas sociais e estruturais, os fenómenos criminais também se transformam. Foi a partir de 1942 que “os estudos relativos a esses crimes – onde ocorrem, como ocorrem, quando ocorrem, quem os pratica, e todo o contexto a balizar as ações para o enfrentamento, a prevenção e o combate – passam a ser pesquisados e considerados a partir de então.” (Cardoso & Soares, 2022, p. 71).

A teoria da desorganização social, originalmente desenvolvida por Shaw e McKay (1942) na escola de Chicago, postula que a criminalidade está intimamente ligada ao ambiente social e estrutural das comunidades, em vez de ser apenas resultado de características individuais dos criminosos (Krubin, 2009).

Wickes e Hipp (2018) destacam que a teoria da desorganização social é uma das mais estudadas na criminologia. Segundo os autores, determinados comportamentos criminosos emergem devido a três principais fatores: a) condições socioeconómicas desfavoráveis, como pobreza na comunidade, segregação racial ou étnica e alta rotatividade de moradores; b) fragilidade dos laços sociais e ausência de objetivos comuns entre os indivíduos; e c) dificuldade ou falta de interesse da população em aplicar mecanismos de controle social informal. Para além disso, na análise de Tangerino (2007, p. 10), a combinação entre urbanização e industrialização provoca problemas sociais “típicos das grandes aglomerações e até então desconhecidos dos moradores das pequenas cidades: pobreza, criminalidade, desemprego, prostituição, etc.”.

A teoria da desorganização social sugere que certas áreas urbanas apresentam maiores índices de criminalidade devido a fatores como pobreza, instabilidade residencial e falta de coesão social. Tais elementos enfraquecem a capacidade comunitária de exercer controlo social e prevenir comportamentos desviantes.

No contexto do turismo, Albuquerque e McElroy (1999) afirmam que o crescimento do turismo de massa, a partir da década de 1980, trouxe mudanças sociais, culturais e económicas significativas para diversos destinos. Essas transformações acabaram por influenciar o aumento da criminalidade contra turistas. Os autores apresentam três hipóteses nesse sentido: 1) turistas tendem a ser alvos de crimes com maior frequência do que os residentes; 2) os turistas são mais propensos a sofrer crimes contra a propriedade, enquanto os moradores locais são mais afetados por crimes violentos; e 3) a quantidade de crimes varia de acordo com a densidade turística e o crescimento urbano sazonal de cada destino.

Messner & Golden (1992) reforça essa visão ao associar a criminalidade em destinos turísticos à diversidade étnica e ao crescimento urbano concentrado em determinados períodos do ano. Quando uma comunidade enfrenta desorganização social devido à rápida urbanização, a sua capacidade de exercer controle social e promover atividades culturais e sociais relacionadas ao turismo se reduz, o que pode levar a um aumento da criminalidade (Sampson e Groves, 1989).

Nesse contexto, Park e Burgess (1925) defendem que tanto o controle social formal quanto o informal são fundamentais para minimizar desvios de comportamento e, consequentemente, reduzir a criminalidade. Dessa forma, a organização comunitária e a implementação de mecanismos de regulação social tornam-se estratégias essenciais para prevenir crimes e promover um ambiente mais seguro, tanto para moradores quanto para turistas.

2.3.2. Teoria Hot Spot

A teoria dos Hot Spots (pontos quentes) tem sido amplamente empregue para estudar a relação entre o crescimento do turismo e a criminalidade. Esta teoria centra-se na “criminologia do lugar”, pois espera-se que determinados locais estejam associados a uma taxa de crimes mais alta (Crotts, 1996). De acordo com a teoria introduzida por Sherman et al. (1989), a criminalidade não ocorre de forma aleatória, mas sim de uma forma concentrada em locais específicos, onde há maior convergência de fatores que favorecem a ação criminosa. Ou seja, apenas pequenos locais de uma determinada cidade é que são responsáveis pela maior parte dos crimes registados, os denominados “*hot spots, provide convergent opportunities in which predatory crimes can occur.*” (Crotts, p. 4, 1996).

No caso do turista há “locais (áreas geográficas) para onde convergem as atividades turísticas (restaurantes, bares, discotecas, atrações, transportes) que são particularmente propensas a incidentes de vitimização de turistas” (Brás, 2010, p.63 as cited by Crotts, 1996). Segundo Glesor e Peak (2004) estão reunidas as condições que o tornam o turista um alvo fácil de crime, podendo-se considerar o quadro n.º 2.

Quadro n.º 2- O Turista enquanto vítima de crimes

Condições que tornam o turista um alvo fácil			
O “turista acidental” (estava no lugar errado à hora errada)	A indústria turística que “fornece” vítimas (pela ausência de informação dos locais crimogénicos)	O turista é visto como alvo específico pela facilidade em materializar o crime pela menor probabilidade de apresentarem queixa	O turista é considerado, pelo criminoso, um alvo legítimo porque é visto como símbolo do capitalismo global sendo, por isso, justificável a prática de crimes contra este

Fonte: Elaboração própria adaptado de Brás & Rodrigues (2010)

Uma das soluções propostas é um incremento e aumento de policiamento em locais turísticos, por forma a mitigar a falta de segurança. Contudo, diversos especialistas salientam que esta é uma medida meramente paliativa e de curto prazo. Estudos indicam que não é o local físico em si que gere crimes, mas sim o tipo de lugar que concentra oportunidades para os criminosos (Sherman, Gartin & Buerger, 1989). Este fenómeno, designado por “deslocamento criminal”, revela que a criminalidade tende a redistribuir-se espacialmente em função das oportunidades, sem necessariamente diminuir em termos absolutos (Eck & Weisburd, 1995).

Consequentemente, respostas isoladas e pontuais à criminalidade turística revelam-se insuficientes. As comunidades que enfrentam este tipo de vitimização são obrigadas a reajustar constantemente as suas estratégias, tendo em conta que os alvos do crime e os locais de maior risco se modificam com frequência. A prevenção eficaz exige, portanto, uma abordagem dinâmica e integrada, que considere a natureza mutável dos *hot spots* turísticos e a importância de intervir tanto no espaço físico quanto nas oportunidades que facilitam o crime (Eck & Weisburd, 1995).

No contexto algarvio, o mapa de calor da criminalidade geral referente ao ano de 2024 (figura n.º 6¹⁰) revela uma dispersão significativa de ocorrências ao longo da faixa litoral, com especial incidência nos principais centros urbanos e turísticos, como Portimão, Albufeira, Loulé e Faro. Em contraste, o mapa da criminalidade violenta e grave (figura n.º 7¹¹) evidencia uma concentração mais localizada, com maior intensidade nas zonas de Albufeira, Loulé e Faro. A comparação entre ambos sugere que, embora a criminalidade geral se apresente amplamente distribuída, os crimes de maior gravidade tendem a concentrar-se em áreas urbanas com elevada densidade populacional e turística.

¹⁰ Vide Apêndice K

¹¹ Vide Apêndice K

Esta realidade empírica relaciona-se com os pressupostos da Teoria dos Hot Spots, segundo a qual determinados pontos geográficos funcionam como locais de convergência de oportunidades para a ocorrência de crimes predatórios.

2.3.3. Teoria da Atividade Rotativa

A Teoria da atividade rotativa, apresentada pelos criminologistas Lawrence Cohen e Marcus Felson (1979), “busca explicar a evolução das taxas de crime não por meio das características dos criminosos, mas das circunstâncias em que os crimes ocorrem.” (Peixoto et al., 2004, p. 74). A presente teoria é frequentemente aplicada para compreender a criminalidade em destinos turísticos, pois, ao viajarem, os turistas afastam-se das suas rotinas usuais e inserem-se em ambientes desconhecidos. Nesses locais, muitas vezes, deixam de adotar precauções que manteriam no seu dia a dia, o que os torna mais vulneráveis a ações criminosas (Brunt et al., 2000).

De acordo com esta abordagem, a rutura com as rotinas quotidianas aumenta a exposição ao risco criminal, nomeadamente, através da diminuição do seu estado de vigilância e do aumento do sentimento de segurança (Cohen & Felson, 1979). Assim, esse fator torna-se ainda mais crítico em regiões turísticas com grande fluxo de visitantes e baixa fiscalização, onde os criminosos aproveitam a menor vigilância e a despreocupação dos turistas para agir (Pelfrey, 1998).

Para que um crime ocorra deve haver convergência de tempo e espaço em, pelo menos, três elementos: “um provável agressor, um alvo adequado, na ausência de um guardião capaz de impedir o crime” (Clarke & Felson, p.4, 1998). Se estes elementos não estiverem simultaneamente reunidos, a probabilidade de ocorrer um crime é menor ou nula (Brás & Rodrigues, 2010).

Em síntese, o alcance explicativo da Teoria da Atividade Rotativa, especialmente no que diz respeito aos crimes contra o património, assenta em três fatores fundamentais (Chettiparamb & Thomas, 2012). O primeiro fator a considerar é que o risco de vitimização cresce quanto maior for a visibilidade e acessibilidade do alvo, tornando-o mais suscetível à ação criminosa. Em segundo lugar, quando existem elevados níveis de autoproteção ou de vigilância¹², a probabilidade de ocorrência de crimes predatórios tende a diminuir, reduzindo os riscos individuais. Por fim, alvos com menor valor subjetivo ou material apresentam menor atratividade para os ofensores, sendo, por conseguinte, menos

¹² seja formal ou informal

suscetíveis à vitimização em comparação com pessoas ou bens percebidos como valiosos.

2.3.4. “Ciclo do Crime no Turismo”

Para além das teorias criminológicas apresentadas, Scott et al. (2010) propôs o conceito de “ciclo do crime no turismo”, argumentando que a criminalidade em áreas turísticas está diretamente relacionada com a imagem promovida pelo destino e ao tipo de público que ele atrai. Assim, Barclay et al. (2014) observam que a imagem hedonista de um destino turístico está associada a diversos fatores, como a forma como o local é divulgado, o tipo de infraestrutura disponível e a presença de subculturas relacionadas ao uso de drogas, os quais podem influenciar os índices de criminalidade nessas regiões.

Destinos que incentivam uma cultura voltada para o prazer imediato são destinos onde os turistas podem experienciar diferentes sensações como “...*adventure, romance, escapism and sex*.”. Estes destinos, associados a estilos de vida hedonistas, tendem a apresentar taxas de criminalidade mais elevadas em comparação com aqueles que priorizam “valores familiares” (Kandy, 2003).

Scott et al. (2010) identifica quatro fases no desenvolvimento dos destinos turísticos. A primeira fase é o turismo local, onde tanto os proprietários dos estabelecimentos quanto os turistas e trabalhadores são, na sua maioria, da própria região. De seguida, ocorre o turismo regional, caracterizado pelo aumento de investimentos externos e a chegada de trabalhadores sazonais. Na terceira fase, o turismo nacional, onde há um forte fortalecimento da infraestrutura turística e um crescimento da vida noturna voltada para os turistas, muitas vezes acompanhada pelo aumento do consumo de álcool e drogas. A última fase é o turismo de massa, no qual o destino atinge a sua capacidade máxima (*overtourism* ¹³).

O autor destaca que a criminalidade aumenta à medida que os destinos avançam pelas 4 fases do “ciclo do crime no turismo”, enfatizando que tal poderá ocorrer de forma mais acelerada em destinos que promovem o turismo hedonista. Nesses ambientes menos regulamentados, os visitantes mais jovens em busca de diversão sem restrições (Matakovic & Matakovic, 2019), encontram um nível de liberdade que não ocorre no seu habitual dia a dia, que pode levá-los a adotar comportamentos que não teriam nos seus

¹³ “*overtourism* descreve destinos onde anfitriões ou convidados, moradores ou visitantes sentem que existem muitos visitantes e que a qualidade de vida na área ou a qualidade da experiência se deteriorou inaceitavelmente” (Goodwin, 2017, p. 1)

países de origem, frequentemente potenciados pelo consumo excessivo de álcool e substâncias psicoativas (Iverson, 2011). Além disso, “esses destinos empregam trabalhadores sazonais mal renumerados, que, devido à falta de oportunidades fora da temporada, muitas vezes recorrem ao uso de drogas e obtém dinheiro para financiá-las por meio do roubo e da revenda de bens furtados” (Matakovic & Matakovic, 2019).

CAPÍTULO 3 – A RELAÇÃO ENTRE SEGURANÇA E TURISMO

3.1. Policiamento de Comunitário em Contextos Turísticos

Com o passar do tempo, a sociedade torna-se cada vez mais sofisticada e diversificada, exigindo que as FS e demais entidades responsáveis pela prestação de serviços ajustem de forma contínua as suas estratégias de intervenção. “O conceito de globalização, termo muito recente no vocabulário universal, passou a ocupar um lugar central nos alvares do século XXI” (Fiolhais et al., 2020, p. 13), intensificando essa complexidade, e criando desafios para a segurança pública. Nesse contexto, os modelos de policiamento são compelidos a renovar as suas diretrizes operacionais para responder eficazmente aos desafios emergentes.

Conforme destacado por Oliveira (2006), a expressão “proximidade” representa um novo paradigma que exprime a forma como se devem processar as relações entre o aparelho administrativo e o exterior, ou seja, com os cidadãos. O policiamento de proximidade é definido por Oliveira (2006, p. 115) como “uma forma de gestão da segurança, implementada próximo da população, de maneira a responder, através de uma ação policial prioritariamente preventiva, às suas necessidades cuidadosamente identificadas e tomadas em consideração”. Segundo Ctaosta (1996), a abordagem de uma polícia próxima assume importância por contribuir para a proteção efetiva dos cidadãos. Em vez de ser um objetivo final, essa estratégia funciona como um instrumento para reduzir a sensação de insegurança nas comunidades e enfrentar os fatores que geram esse sentimento, tal como são experienciados pelas populações.

No âmbito da Estratégia da Guarda 2020, a GNR pretende “*Ser uma Força de Segurança HUMANA, PRÓXIMA e de CONFIANÇA que se distinga pela excelência e reconhecida como referência nacional no domínio da segurança*”. Para concretizar essa visão, foram estabelecidas as Linhas Prioritárias de atuação no âmbito dos Programas

Especiais: Prevenção e contenção da criminalidade; Fortalecimento das parcerias; e Responsabilização e participação dos cidadãos.

Segundo Copeto (p. 49, 2011), “a criação de equipas especializadas (ES) tem decorrido não só da necessidade de prestar um serviço de qualidade, mas também da associação a um conjunto de medidas de iniciativa governamental ou da própria GNR, que têm dado origem nos últimos anos, a diversos ‘Programas Especiais de Policiamento de Proximidade’ para apoio ao cidadão”. Desta forma, a GNR integra-se à comunidade, e os cidadãos tornam-se ativos na prevenção da criminalidade e segurança local. Para que os Programas Especiais sejam eficazes, é essencial organizá-los e fornecer as condições adequadas para seu sucesso (Santos, 2010).

É neste sentido que se pretende desenvolver o PC, caracterizado pela “descentralização organizacional e a reorientação das patrulhas com vista a facilitarem a comunicação entre a polícia e o público; o desenvolvimento das ações centradas na resolução dos problemas; a delegação formal nos polícias que trabalham ao nível do bairro, reconhecendo-lhe autonomia e capacidade de definirem as prioridades locais e os horários de trabalhos mais bem adaptados às situações e às necessidades do público; o reconhecimento por parte da polícia que a segurança não é da sua exclusiva competência, devendo ser coproduzida em conjunto com a população local; o apoio às populações locais no sentido da resolução dos problemas ligados à delinquência, através de organizações de proximidade e programas de prevenção” (Monjardet, 2003 as cited by Oliveira, 2006, p.121).

No setor do turismo a aplicação desse modelo permite uma atuação mais eficiente em locais de grande concentração de pessoas, garantindo proteção tanto para residentes quanto para turistas. A visibilidade das FS, aliada à descentralização e ao envolvimento comunitário, contribui para a rápida identificação e resolução de problemas, aumentando a confiança dos turistas e fortalecendo a reputação do destino como um local seguro.

Porém, a implementação desse modelo enfrenta desafios internos e externos. Internamente, exige mudanças organizacionais e culturais dentro das FS, que tradicionalmente operam de forma reativa. Externamente, depende da aceitação e colaboração da população, sendo essencial sensibilizá-la sobre a importância dessa abordagem (Lisboa & Teixeira, 2015).

3.2. Cooperação Internacional e Patrulhamento Conjunto

Num contexto de crescente mobilidade global, a STT deixou de ser uma responsabilidade exclusivamente nacional, exigindo formas de cooperação internacional entre FS, governos e entidades ligadas ao turismo. O turismo, por natureza transfronteiriço, traz consigo desafios complexos que requerem coordenação e partilha de informações entre diferentes jurisdições, especialmente em países com elevado número de turistas estrangeiros. Neste âmbito, os programas de PCJ emergem como uma das estratégias mais eficazes para reforçar a confiança dos turistas, garantir uma resposta mais célere em situações de risco e promover a imagem de destinos seguros.

Segundo Pizam & Mansfeld (2006), a PPS é um dos fatores determinantes na escolha de um destino turístico, e essa perceção é influenciada, entre outros aspetos, pela visibilidade das FS e pela capacidade de resposta perante emergências. A presença de polícias estrangeiros no PCJ, especialmente durante épocas de grande afluência turística, tem demonstrado um efeito tranquilizador para os turistas, que se sentem mais confiantes ao ver agentes que falam a sua língua, compreendem os seus códigos culturais e podem mediar situações com maior proximidade.

Este tipo de patrulhamento insere-se no conceito mais amplo de policiamento de proximidade com sensibilidade intercultural, cuja eficácia está documentada em diversos estudos. De acordo com Rech (2012), o PCJ permite criar pontes de entendimento entre turistas e as FS locais, reduzindo potenciais conflitos, mal-entendidos e barreiras linguísticas. Além disso, promove o intercâmbio de boas práticas entre corporações policiais e reforça o capital relacional entre os países envolvidos.

Em Portugal, este modelo tem sido aplicado através da cooperação da GNR e da PSP com FS de países como Espanha, França, Itália ou Alemanha, especialmente em zonas de grande pressão turística como o Algarve, Lisboa e Porto. Estas patrulhas são particularmente relevantes em eventos internacionais, festivais e durante a época balnear, onde o contacto com turistas estrangeiros é constante. Conforme refere Oliveira (2019), a visibilidade do policiamento misto contribui para uma perceção positiva do ambiente urbano e turístico, ao mesmo tempo que desencoraja comportamentos desviantes e facilita a denúncia de ilícitos.

Para além do reforço da PPS, a cooperação internacional facilita o combate a redes transnacionais de criminalidade, como tráfico de pessoas, burla, furto de identidade ou crimes informáticos, que frequentemente têm impacto direto sobre turistas e operadores

turísticos. A partilha de bases de dados, informações operacionais e estratégias de atuação conjuntas permite uma resposta mais integrada e eficaz a estas ameaças (Deflem, 2002).

Contudo, é importante reconhecer que este tipo de cooperação exige harmonização legal, treino conjunto e mecanismos de comunicação eficientes, para evitar sobreposição de competências ou interpretações distintas dos mesmos fenómenos criminais. Segundo Andreas e Nadelmann (2006), a CP internacional, embora desejável, é muitas vezes dificultada por diferenças legislativas, prioridades políticas e níveis de autonomia operacional entre os países envolvidos.

PARTE II – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA, MÉTODOS E MATERIAIS

Concluído o enquadramento teórico deste TIA, é importante esclarecer a metodologia e os procedimentos utilizados no trabalho de campo do mesmo. Para Lakatos e Marconi (1992, p. 25) “a metodologia de investigação é o conjunto de princípios, regras e procedimentos lógicos que orientam a pesquisa científica, garantindo a validade e a confiabilidade dos resultados”. Neste sentido, o presente Capítulo visa apresentar a estratégia metodológica adotada na presente investigação, descrevendo o enquadramento epistemológico, os métodos de recolha de dados e o tipo de abordagem aplicada. Atendendo a complexidade do objeto de estudo, optou-se pela utilização de dois instrumentos de natureza complementar: o inquérito por entrevista e o inquérito por questionário.

Os inquéritos por entrevista permitiram aceder a um conjunto de dados qualitativos de elevada relevância particularmente adequados para explorar em profundidade a dimensão organizacional e estratégica da atuação da Guarda. Paralelamente, o inquérito por questionário aplicado a turistas nacionais e estrangeiros possibilitou a recolha de dados quantitativos, de carácter descritivo e inferencial, orientados para a caracterização do perfil do visitante e a análise das suas perceções de segurança e confiança nas FS. A escolha destes dois métodos fundamenta-se na necessidade de triangular fontes e perspetivas, promovendo uma leitura cruzada entre a visão interna dos profissionais e a visão externa dos utilizadores dos serviços de segurança pública, o que confere maior robustez, profundidade e validade científica aos resultados obtidos.

4.1. Modelo de análise e objetivos da investigação

De acordo com Lakatos e Marconi (1992, p. 105) “a especificação da metodologia da pesquisa é a que abrange maior número de itens, pois responde, a um só tempo, às questões como?, com o quê?, onde?, quanto?”. Para responder as estas questões, primeiramente, é essencial incluir no presente estudo sinalizadores que orientem a investigação (Creswell, 2007, p. 117). O primeiro desses sinalizadores é o objetivo geral, que estabelece a direção da investigação e deverá ser atingido com a resposta à PP.

Através da PP “o investigador tenta exprimir o mais exatamente possível o que procura saber, elucidar e compreender melhor” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 32). Deste modo, a PP e PD deste TIA são:

Quadro n.º 3- Modelo de análise da investigação

OG	Estudar de que forma a atividade da GNR estará adequada às necessidades dos turistas na Zona de ação do Comando Territorial de Faro.	PP	A atividade da GNR, estará adequada às necessidades dos turistas na zona de ação do Comando Territorial de Faro?
OE1	Analisar quais são os principais problemas que afetam a segurança dos turistas.	PD1	Quais são os principais problemas que afetam a segurança dos turistas?
OE2	Estudar quais as estratégias e ações de segurança implementadas pela GNR que contribuem para o combate à criminalidade que afeta os turistas.	PD2	De que forma as estratégias e ações da GNR contribuem para o combate à criminalidade que afeta os turistas?
OE3	Compreender quais são as principais dificuldades enfrentadas na operacionalização de medidas de segurança turística por parte da GNR.	PD3	Quais são as principais dificuldades enfrentadas pela GNR na implementação de medidas de segurança turística?
OE4	Estudar qual a perceção e impacto do patrulhamento conjunto na visão enquanto turista.	PD4	Como é que os turistas percecionam o patrulhamento conjunto e qual é o seu impacto na sensação de segurança durante a visita?

Fonte: Elaboração própria

A investigação proposta baseia-se num estudo de caso, uma abordagem que é escolhida sempre que se pretende analisar minuciosamente um caso específico com o intuito de compreender a sua complexidade, utilizando os métodos considerados mais apropriados para essa análise em profundidade (Yin, 1994). Neste estudo de caso decidiu-se abordar a área subordinada à Zona de Ação (ZA) do Comando Territorial (CTer) de Faro, tendo o trabalho de campo decorrido em 2024. Para além de muitas outras razões, o Algarve é dos destinos turísticos mais bem-conceituados de Portugal, daí a escolha do local em estudo.

4.2. Método de abordagem e procedimento metodológico

Para que uma área científica possa alcançar um objetivo específico, é necessário definir previamente os métodos de investigação adequado ao propósito do estudo. Estes, “são caminhos a seguir mediante uma série de operações, regras e procedimentos fixados de antemão de uma maneira voluntária e reflexiva, para alcançar um determinado fim” (Costa, 2011, p. 6).

O raciocínio científico adotado nesta investigação assenta no método indutivo, uma vez que parte da observação e análise de dados empíricos recolhidos no terreno, com o objetivo de identificar padrões e regularidades que permitam construir ou aprofundar teorias existentes sobre o fenómeno em estudo. Tal como defende Bunge (1985), o raciocínio indutivo permite inferir princípios gerais a partir de casos particulares, sendo particularmente adequado para estudos empíricos que buscam compreender fenómenos sociais complexos.

No que se trata a estratégia de abordagem, a presente investigação adota uma abordagem metodológica mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos, com o objetivo de proporcionar uma compreensão mais ampla e profunda do fenómeno em estudo (Cresswell & Clarkm, 2018), por meio de entrevistas, questionários e análises documentais e de conteúdo.

Tendo em conta a vertente qualitativa, a análise documental materializa-se na leitura crítica e sistemática de documentos relevantes para o objeto em estudo, entendida como uma etapa fundamental para a construção teórica e para a compreensão do contexto da investigação, conforme defende (Cellard, 2008, p. 295). Esta análise foi realizada na parte I, que trata a revisão da literatura. No trabalho de campo, foram realizadas entrevistas direcionadas a militares especializados na área dos Programas Especiais e que têm um contacto próximo com o Programa em estudo, permitindo obter interpretações, experiências e perceções subjetivas, que contribuem para uma compreensão aprofundada do fenómeno investigado” (Minayo, 2012, p. 622).

Já numa vertente quantitativa, foram realizados inquéritos por questionário, com perguntas fechadas, aos turistas da região. Segundo Zelditch (1962), o questionário facilita a identificação de padrões e tendências dentro de uma população específica. O objetivo primordial do presente questionário é traçar o perfil do turista na região, bem como identificar e avaliar as perceções de segurança por parte dos mesmos.

4.3. Métodos e técnicas de recolha de dados e entrevistas

O cronograma do processo de investigação, estará faseada em três momentos. O primeiro momento, denominado emersão, assenta na fase inicial do processo de investigação, definindo as ideias gerais da investigação da investigação e qual é o objetivo da mesma.

Com a problemática definida e os objetivos da investigação estabelecidos, deu-se início à segunda etapa do trabalho: a sistematização. Esta fase, considerada o núcleo da

pesquisa, foca-se essencialmente na recolha de dados, e que corresponde à obtenção estruturada das informações necessários, espelhando os três primeiros capítulos. A recolha baseou-se numa análise documental de fontes oficiais, como legislação, propostas legislativas, documentos internos da GNR, bem como relatórios e artigos estatísticos relacionados com crimes praticados contra turistas. Estas fontes por se tratar de conteúdos originais, não interpretados por terceiros, configuram-se como dados primários (Rosado, 2017, p. 124). No que concerne às fontes secundárias, estas correspondem a materiais previamente divulgados, como obras literárias, revistas especializadas, artigos académicos, publicações periódicas, jornais e boletins informativos (Prodanov, 2013, p. 54). A recolha destes materiais foi realizada por meio de bibliotecas e plataformas científicas (Google Scholar, EBSCO, ResearchGate e diversos repositórios científicos). No que respeita à componente estatística, recorreu-se a fontes institucionais de referência, como o Instituto Nacional de Estatística, PORDATA, UNWTO e Turismo de Portugal.

Na presente investigação, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas, orientadas por um guião com perguntas previamente definidas. No entanto, foi mantida uma margem de flexibilidade, permitindo ao investigador explorar em maior profundidade temas pertinentes que surgissem ao longo da conversa, o que favorece para uma compreensão mais ampla e contextualizada do fenómeno em análise (Manzini, 2004). Importa mencionar que as entrevistas foram previamente disponibilizadas sob a forma de *Word*, contendo em anexo uma carta de apresentação¹⁴ do autor, do trabalho, e ainda, um protocolo de consentimento informado¹⁵.

Elaboraram-se dois guiões de entrevista distintos, dirigidos a diferentes categorias de participantes, conforme o seu nível de responsabilidade, comando e envolvimento para com a aplicação de estratégias de STT. O guião de entrevista n.º 1¹⁶ destinou-se ao Chefe das Operações do CTer de Faro, em funções de comando. O guião n.º 2¹⁷ aplicou-se aos Comandantes de Destacamento do CTer de Faro. Cumpriram-se 7 inquéritos por entrevista, privilegiando-se o formato presencial. Nos casos em que tal não foi possível, recorreu-se à via telefónica.

O inquérito por questionário¹⁸ foi constituído exclusivamente por perguntas de resposta fechada. Antes de ser aplicado para a recolha efetiva de dados, foi realizado um

¹⁴ *Vide* Apêndice A

¹⁵ *Vide* Apêndice B

¹⁶ *Vide* Apêndice C

¹⁷ *Vide* Apêndice D

¹⁸ *Vide* Apêndice E

pré-teste junto de quinze turistas (seis estrangeiros e nove nacionais), com o objetivo de avaliar a clareza, a pertinência e a compreensão das questões formuladas.

A aplicação dos questionários ocorreu de forma presencial, em locais de elevada afluência turística na região do Algarve, sendo conduzida por militares das Secção PCPC, nos respetivos postos territoriais e com o apoio dos postos de turismo da região. Posteriormente, para o tratamento e análise dos dados recolhidos, recorreu-se à plataforma estatística *Statistical Packagem for the Social Sciences* (SPSS).

Tanto o inquérito por entrevista quanto o inquérito por questionário foram construídos com base na problemática delineada, incorporando questões diretamente alinhadas com os objetivos e perguntas de investigação, conforme se demonstra no quadro n.º 17¹⁹.

4.4. Amostragem

A presente investigação envolveu duas amostras. A primeira, refere-se à amostra na vertente qualitativa que é não probabilística, do tipo intencional, onde existiu “uma escolha deliberada dos sujeitos que constituirão a amostra” (Rosado, 2017, p. 128). Foram selecionados deliberadamente participantes com base em critérios definidos previamente²⁰, nomeadamente: a sua função dentro da estrutura da GNR no CTer de Faro, a sua ligação de comando com as operações e a sua experiência profissional na área STT.

Na vertente quantitativa, foram aplicados 421 inquéritos por questionário a turistas presentes no distrito de Faro, no âmbito da área de atuação da GNR. O universo corresponde a todos os turistas que visitaram o Algarve durante o período da recolha de dados, enquanto a população alvo restringe-se aos turistas efetivamente presentes em locais públicos de elevada afluência turística, postos territoriais e postos de turismo aquando da aplicação dos questionários. A amostra foi composta por 421 respondentes, dos quais 78,1% eram turistas estrangeiros e 21,9% turistas nacionais. O método de amostragem adotado foi não probabilístico, por conveniência, dada a impossibilidade de aceder a uma listagem completa dos turistas presentes no local no momento da recolha. Este tipo de amostragem é particularmente adequado quando o objetivo é obter dados descritivos diretos e práticos, mesmo que não haja garantias de representatividade estatística da população total (Hill & Hill, 2009).

¹⁹ Vide Apêndice F

²⁰ Vide Apêndice G

4.5. Análise de dados

Após a recolha de dados, iniciou-se a fase de tratamento e análise, respeitando a natureza mista da investigação. Na componente qualitativa, foi fundamental estruturar a informação recolhida por meio de grelhas de registo, que permitiram sistematizar as respostas obtidas nas entrevistas. Esta estratégia revelou-se essencial para identificar padrões, pontos de convergência e temáticas recorrentes relacionadas com a perceção e experiências de segurança no contexto turístico (Sousa & Baptista, 2014).

No que respeita à vertente quantitativa, os dados foram tratados com recurso ao software SPSS, permitindo uma abordagem rigorosa e sistemática. Para tal, foi utilizada análise descritiva, bem como a comparação entre grupos (variáveis independentes), de forma a compreender eventuais diferenças nas perceções de segurança entre diferentes perfis de turistas ou contextos de STT.

Concluído o processo de tratamento e análise dos dados, tornou-se possível reunir um conjunto de informações que, ao serem cruzadas com os contributos teóricos apresentados na revisão da literatura, permitiram alcançar as conclusões previstas nos objetivos do estudo.

CAPÍTULO 5 – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

5.1. Análise dos Inquéritos por Entrevista

O presente subcapítulo tem como propósito apresentar os dados obtidos a partir das entrevistas realizadas. As informações foram organizadas em quadros (do número 3 ao número 12), de forma a facilitar a leitura e a compreensão dos principais pontos abordados pelos entrevistados, para além da elaboração dos quadros n.º 18²¹ e 19²². Essa análise visa contribuir para a formulação de conclusões fundamentadas e coerentes com os objetivos da investigação.

Quadro n.º 4 - Modelo de análise da investigação

²¹ Vide Apêndice H

²² Vide Apêndice I

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão n.º1 - Ações ou estratégias específicas direcionadas à proteção e acompanhamento dos turistas												
Fatores de risco e vulnerabilidades	Cooperação internacional específica	1.A.1.	X	-	-	-	-	-	-	1	1	100%
	Foco territorial estratégico	1.A.2.	X	-	-	-	-	-	-	1		100%

Fonte: Elaboração própria

Sobre a questão n.º 1 “**Existem ações ou estratégias específicas direcionadas à proteção e acompanhamento dos turistas, distintas das aplicadas à população residente?**”, importa relembrar que esta foi aplicada apenas a um dos entrevistados (E1) conforme foi explanado no subcapítulo 4.4., que é quem chefia as operações do comando territorial. Relativamente às ações ou estratégias da GNR no âmbito do acompanhamento de turistas, o entrevistado refere que o Comando Territorial de Faro (CTer) procura estabelecer uma proximidade cultural e linguística com os turistas, através de diferentes iniciativas. Entre estas, destaca-se que “a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPCPC) realizam este patrulhamento em conjunto com forças congéneres”, promovendo uma cooperação internacional específica (1.A.1.), orientada para o atendimento aos turistas. Além disso, são implementadas estratégias institucionais direcionadas ao acolhimento turístico, sendo que as patrulhas tendem a privilegiar áreas de maior visibilidade, como as zonas balneares, evidenciando um foco territorial estratégico (1.A.2.). Estas práticas corroboram a afirmação de Rech (2012), segundo a qual o PCJ contribui para a criação de pontes de entendimento entre turistas e FS locais, reduzindo potenciais conflitos, mal-entendidos e barreiras linguísticas.

Quadro n.º 5 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questões n.º2 - De que forma a Guarda adapta os seus meios e estratégias ao longo do ano, em função da sazonalidade do turismo?												
Localização e sazonalidade da insegurança	Planeamento estratégico antecipado	2.A.1.	X	-	-	-	-	-	-	1	1	100%
	Reforço de unidades especializadas	2.A.2.	X	-	-	-	-	-	-	1		100%

Fonte: Elaboração própria

Quanto à questão n.º2 “**De que forma a GNR adapta os seus meios e estratégias ao longo do ano, em função da sazonalidade do turismo?**”, o E1 destacou que o CTer realiza um planeamento estratégico antecipado (2.A.1.) com vista a responder de forma eficaz às flutuações sazonais do turismo. Essa adaptação inclui, principalmente, o reforço

de unidades especializadas (2.A.2.), que permite uma resposta operacional mais eficiente durante os períodos de maior afluência turística. Tal como abordado no capítulo 3.1., onde é evidenciada a necessidade de ajustar continuamente as estratégias de intervenção.

Quadro n.º 6 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questões n.º3 - Recolha e respetiva monitorização de dados ou estatísticas a respeito da criminalidade turística												
Ações estratégicas e operacionais da GNR	Levantamento Estatístico	3.A.1.	-	X	X	X	X	-	-	4	6	66%
	Recolha de dados	3.A.2.	-	X	X	-	X	-	X	4		66%
	Tratamento e análise	3.A.3.	-	X	X	-	-	X	X	4		66%
	Dados através da Proximidade Comunitária	3.A.4.	-	-	-	X	X	-	-	2		33%

Fonte: Elaboração própria

Referente à questão n.º3 “Na ZA do seu Destacamento, existe alguma recolha e respetiva monitorização de dados ou estatísticas a respeito da criminalidade turística?”, apenas 33% indicam que é realizada a recolha de dados através da proximidade comunitária (3.A.4.). De qualquer das formas 66% indicam que a recolha de dados (3.A.2.) ocorre de forma geral, pelo que o E2 indica que “os dados são recolhidos de forma global, sem segmentação por tipo de vítima.” Quanto ao levantamento estatístico (3.A.1.), 66% indicam que “não existe uma análise específica e diferenciada dos dados relativos a crimes [...] contra turistas.”, pelo que o tratamento e análise (3.A.3.) “é realizada [...] por meio da análise das informações extraídas do SIOP-P.”. Este levantamento estatístico, bem como a recolha, o tratamento e a análise de dados, vão ao encontro do que é defendido por Sherman (1995), ao possibilitarem a identificação de padrões comportamentais, tendências recorrentes e fatores de risco relevantes. Contudo, nem todos os entrevistados conseguem realizar um levantamento estatístico especificamente direcionado aos turistas, uma vez que a plataforma de inserção de ocorrências não distingue se o visado é turista ou não. Assim, o tratamento e a análise dos dados acabam por ficar condicionados na vertente turística.

Quadro n.º 7 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão nº4 - Principais preocupações relativamente à segurança dos turistas												
Preocupações de segurança turísticas	Segurança Percebida	4.A.1.	-	X	-	X	X	X	X	5	6	83%
	Informação/sensibilização	4.A.2.	-	X	X	X	X	-	X	5		83%
	Segurança Patrimonial	4.A.3.	-	-	X	-	-	-	-	2		33%
	Construção urbana	4.A.4.	-	-	-	-	X	-	-	1		16%

Fonte: Elaboração própria

No que concerne à questão n.º 4, “**Quais são as maiores preocupações relativamente à segurança dos turistas?**”, foram identificadas quatro principais áreas de preocupação. Em primeiro lugar, com 83% de incidência nas respostas, destaca-se a segurança percebida (4.A.1.). Conforme referido no Capítulo 1.3., a PPS dos turistas não depende apenas da criminalidade real, mas também do ambiente físico, da presença policial visível e da implementação de estratégias de comunicação eficazes. Em complemento, salienta-se a Teoria da Atividade Rotativa, defendida por Clarke e Felson (1979), que sublinha a importância da existência de “guardas capazes” de impedir a ocorrência de crimes, reforçando assim a sensação de segurança junto dos turistas. Em seguida, surge a preocupação com a informação e sensibilização (4.A.2.), igualmente com 83% de incidência, priorizando a necessidade de os turistas estarem devidamente informados sobre os potenciais riscos que poderão enfrentar durante a sua estadia. Com 33% de incidência, a segurança patrimonial (4.A.3.) é também valorizada, destacando a importância da proteção dos bens pessoais transportados pelos turistas, dada a sua maior vulnerabilidade em contextos turísticos. Por fim, a construção urbana (4.A.4.) é apontada como um fator de influência na dinâmica da criminalidade, conforme mencionado pelo entrevistado E5, que refere que “problemas em zonas degradadas (...) funcionam como catalisadores de comportamentos desordeiros e pequenos crimes”, alinhando-se com os pressupostos da Teoria das Janelas Partidas.

Quadro n.º 8 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão nº5 - Impacto da sazonalidade na criminalidade turística												
Impacto a nível externo	Localização	5.A.1.	-	X	-	-	-	-	-	1	6	17%
	Correlação entre fluxo turístico e criminalidade	5.A.2.	-	X	X	X	X	X	X	6		100%
	Alteração do padrão criminal	5.A.3.	-	-	X	-	X	-	-	2		33%
Impacto a nível interno	Efetivo	5.B.1.	-	X	-	-	-	-	-	1	3	17%
	Cooperação Internacional	5.B.2.	-	X	-	-	-	-	-	1		17%
	Programas Específicos	5.B.3.	-	X	-	-	-	-	-	1		17%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão n.º 5, “**Como é que a sazonalidade do turismo impacta a criminalidade na sua área de atuação?**”, esta foi dividida em dois níveis de análise, considerando que o impacto pode ter repercussões externas e internas. A nível externo, evidencia-se a forte correlação entre o fluxo turístico e o aumento da criminalidade (5.A.2.), sendo este aspeto destacado por todos os entrevistados. Este fenómeno é amplamente sustentado na literatura (Lisowska, 2017; Pizam, 1999), onde se aponta que

a elevada concentração de turistas durante a época alta proporciona um aumento significativo das oportunidades para a prática de crimes. De seguida, surgem outros fatores complementares, como a localização (5.A.1.), reforçada pela Teoria dos *Hot Spots* (Crotts, 1996), que indica que áreas de elevada concentração de atividades turísticas tendem a ser mais vulneráveis à criminalidade. Por fim, a alteração do padrão criminal (5.A.3.) ao longo das diferentes épocas é explicada pela Teoria da Desorganização Social (Albuquerque & McElroy, 1999), que associa o aumento sazonal da população e da diversidade social ao crescimento de comportamentos desviantes. A nível interno, o impacto da sazonalidade manifesta-se principalmente na escassez de efetivo (5.B.1.), uma realidade. Outro aspeto crucial é a intensificação da cooperação internacional (5.B.2.), através da implementação de patrulhamentos conjuntos com forças estrangeiras, conforme descrito no Capítulo 3.2, como estratégia para aumentar a eficácia da resposta de segurança. A implementação de programas específicos (5.B.3.) de policiamento de proximidade e prevenção, como referem Copeto (2011) e Santos (2010), também se apresenta como uma resposta necessária às particularidades sazonais.

Quadro n.º 9 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão nº6 - Cooperação com outros agentes												
Articulação com outras instituições	Articulação com outras instituições	6.A.1.	-	X	X	X	X	X	X	6	6	100%
	Forças congêneres	6.A.2.	-	X	-	X	-	-	X	3		33%
	Cooperação local	6.A.3.	-	-	X	X	X	X	X	5		83%

Fonte: Elaboração própria

Referente à questão n.º6 “De que forma é realizada a cooperação com outros agentes?”, a articulação com outras instituições (6.A.1.) foi mencionada pelos seis entrevistados (100%), sobretudo no âmbito da realização de fiscalizações conjuntas, do planeamento de eventos de maior dimensão e da prestação de auxílio ao cidadão. Este tipo de cooperação destaca a importância de uma abordagem integrada à segurança, na qual diferentes entidades trabalham em conjunto para garantir uma resposta mais eficaz, coordenada e adaptada às especificidades do contexto turístico. Por conseguinte, cinco dos seis entrevistados (83%) destacaram a cooperação local (6.A.3.) como uma vertente particularmente relevante, concretizada através dos contratos locais de segurança. Esta forma de articulação reforça os princípios do modelo de policiamento comunitário (PC). Este modelo enfatiza a importância da proximidade entre as FS e a comunidade, bem como a criação de parcerias com as autarquias, associações locais e outras entidades para

a identificação e resolução de problemas específicos de segurança. Por fim, o incremento de elementos das forças congêneres (6.A.2.), referido no contexto do patrulhamento de áreas turísticas, corresponde diretamente às práticas de PCJ entre FS nacionais e estrangeiras descritas no Capítulo 3.2, como resposta à sazonalidade e ao aumento da pressão turística em determinados períodos.

Quadro n.º 10 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão nº7 - Principais dificuldades no contacto com turistas estrangeiros												
Cultural	Sem obstáculos culturais	7.A.1.	-	X	-	X	-	-	X	3	6	50%
	Alguns obstáculos culturais	7.A.5.	-	-	-	-	X	-	-	1		17%
Linguístico	Desafios comunicacionais existentes	7.A.2.	-	X	X	-	X	-	-	3		50%
	Desafios comunicacionais mínimos/enxistentes	7.A.4.	-	-	-	X	-	-	X	2		33%
Outros	Dificuldade da caracterização da ocorrência	7.A.3.	-	-	X	-	-	-	-	1		17%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão n.º 7, “**Quais são as principais dificuldades que os seus militares apontam envolvendo turistas estrangeiros?**”, os resultados obtidos apontam que a principal dificuldade identificada encontra-se ao nível linguístico. Três dos seis entrevistados referiram desafios comunicacionais (7.A.2.), relacionados com a barreira linguística, no contacto com turistas estrangeiros. No entanto, importa referir que o entrevistado E4 e E7 apresentam uma perspetiva diferente, considerando que esses desafios são mínimos ou inexistentes (7.A.4.), devido à crescente generalização do uso da língua inglesa como meio de comunicação internacional, o que tem mitigado algumas dificuldades práticas.

No que respeita às diferenças culturais, de forma geral, os entrevistados (50%) indicaram que não existem obstáculos significativos (7.A.1.), o que demonstra uma boa adaptação dos militares às diferentes realidades culturais dos turistas. Contudo, o entrevistado E5 lembrou que, em determinadas situações específicas, como em abordagens mais intrusivas a turistas de culturas distintas²³, podem surgir obstáculos culturais (7.A.5.) que exigem maior sensibilidade e compreensão por parte das FS.

Para além das barreiras linguísticas e culturais, foi ainda identificada como dificuldade a caracterização da ocorrência (7.A.3.). Esta dificuldade resulta da combinação de vários fatores, que ultrapassam as simples diferenças linguísticas e

²³ Exemplo de indivíduos que usam turbantes, mencionado pelo E5

culturais. Tal constatação vai ao encontro do que defende Sztaudynger (2004), ao afirmar que um ato considerado crime num país pode não ser tratado como tal noutra jurisdição, o que complica a interpretação e o enquadramento legal da situação ocorrida.

Esta divergência de percepções entre países pode dificultar significativamente o trabalho das FS na análise e tratamento da ocorrência, daí que se deva reforçar a necessidade de preparar os militares para lidar com a diversidade cultural e linguística como parte integrante das suas funções em contextos turísticos. Para além disso destaca-se a importância do PCJ com forças estrangeiras para facilitar a comunicação com turistas e reforçar a capacidade de mediação intercultural, tal como mencionado por Rech (2012).

Quadro n.º 11 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão nº8 - Áreas prioritárias de melhoria em segurança turística no Algarve												
Áreas Prioritárias	Reforço da capacidade operacional	8.A.1.	-	X	X	X	X	-	X	5	6	83%
	Fragilidade da vertente preventiva	8.A.2.	-	X	-	-	-	X	-	1		33%
	Educação e orientação preventiva ao turista	8.A.3.	-	X	-	X	X	-	-	3		50%
	Tecnologia como elemento dissuasor e de vigilância	8.A.4.	-	X	-	X	-	-	-	2		33%
	Parcerias com o setor privado	8.A.5.	-	-	-	X	-	X	-	2		33%

Fonte: Elaboração própria

Relativamente à questão n.º8 “**Áreas prioritárias de melhoria em STT no Algarve**”, os resultados evidenciam que cinco dos seis entrevistados (83%) consideram crucial o reforço operacional (8.A.1.), apontando o reduzido número de efetivos como uma das principais fragilidades atuais. Esta preocupação encontra respaldo nas reflexões desenvolvidas no Capítulo 3.2., onde é sublinhado que a pressão turística sazonal exige uma adaptação da capacidade de resposta das FS, muitas vezes dependente do reforço de meios humanos, especialmente em destinos de elevada afluência.

Em paralelo, três entrevistados destacaram a necessidade de apostar na educação e orientação preventiva ao turista (8.A.3.), defendendo a implementação de ações de sensibilização focadas na prevenção de riscos, tal como exemplificado pelo entrevistado E2, que refere a importância de “informações sobre trânsito, eventos e recomendações”. Esta abordagem é consistente com o que foi discutido no Capítulo 1.3., onde se enfatiza que a informação e comunicação eficazes são fundamentais para aumentar a PPS e reduzir comportamentos de risco entre os turistas.

Adicionalmente, foi salientada a tecnologia como elemento dissuasor e de vigilância (8.A.4.), reforçando a ideia defendida na literatura sobre o impacto positivo da instalação de sistemas de videovigilância em zonas de grande concentração turística (Welsh & Farrington, 2009), não apenas como meio de prevenção criminal, mas também como um fator de aumento da confiança dos turistas.

Por fim, os entrevistados apontaram ainda a necessidade de incrementar parcerias com o setor privado (8.A.5.), alinhando-se com a lógica de cooperação interinstitucional através do PC, onde se reconhece a importância da colaboração entre FS, operadores turísticos e entidades privadas na construção de destinos turísticos mais seguros e resilientes.

Quadro n.º 12 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão nº9- Tempo e autonomia para os militares da SPCPC												
Tempo, autonomia e planejamento	Existe autonomia	9.A.1.	-	X	-	X	X	X	X	5	6	83%
	Não existe tempo	9.A.2.	-	X	X	X	X	X	X	6		100%
	Planeamento significativamente afetado	9.A.3.	-	-	-	X	-	-	-	1		17%

Fonte: Elaboração própria

Referente à questão n.º 9 “**Considera que existe tempo e autonomia para os militares das SPCPC planearem e realizarem as suas atividades?**”, todos os entrevistados (100%) consideraram que não existe tempo suficiente (9.A.2.) para a realização das suas atividades. Por outro lado, cinco dos seis entrevistados afirmaram que existe autonomia (9.A.1.) para o planeamento e execução das mesmas. Importa ainda destacar que o entrevistado E4 atribui a falta de tempo à “ausência de um sargento responsável”, o que compromete significativamente o planeamento das atividades (9.A.3.). Esta observação é coerente com Santos (2010), onde o sucesso das estratégias de PC depende não só da autonomia dos agentes, mas também de estruturas organizativas sólidas, capazes de orientar e supervisionar eficazmente o trabalho das equipas no terreno.

Quadro n.º 13 - Modelo de análise da investigação

Categorias	Subcategorias	UR	Entrevistados							UE	Total	(%)
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7			
Questão nº10 - Recursos ou políticas necessárias para reforçar as medidas preventivas e reativas												
Recursos necessários	Falta de efetivo	10.A.1.	-	X	X	-	X	X	X	5	6	83%
	Limitações logísticas	10.A.2.	-	X	-	-	-	-	-	1		17%
	Estrutura de liderança e coordenação	10.A.3.	-	-	-	X	-	-	-	1		17%
	Mais Visibilidade	10.A.4.	-	-	-	X	X	-	-	2		33%
	Formação	10.A.5.	-	-	-	-	-	X	-	1		17%

Relativamente à questão n.º 10, “**Considera que poderiam existir outro tipo de recursos ou políticas para reforçar as medidas preventivas e reativas?**”, os resultados obtidos demonstram uma forte consonância com os princípios teóricos da STT enquanto fator estruturante da atratividade dos territórios. A falta de efetivo (10.A.1.) indicada por 83% dos entrevistados é apontada como um dos principais recursos em falta para a eficácia da STT. Este achado está em linha com a literatura que sublinha a importância da presença física das FS como elemento promotor de confiança (Mansfeld & Pizam, 2006).

Seguido, 33% dos entrevistados destacaram a necessidade de aumentar a visibilidade (10.A.4.) das FS como forma de dissuadir comportamentos criminosos. Esta noção remete para o conceito de PC, onde a presença constante e visível das autoridades no espaço público funciona como estratégia preventiva. De facto, segundo Coaffee e Wood (2006), a visibilidade tem um valor simbólico significativo, funcionando como elemento tranquilizador para o turista e simultaneamente como mecanismo inibidor para o potencial infrator.

Com menor incidência, foram também identificadas limitações logísticas (10.A.2.), que de forma indutiva, poderá levar a que fique comprometida não apenas a atuação prática das FS, mas também a perceção de profissionalismo e eficiência junto da população turista.

Outro aspeto emergente é a falta de uma estrutura de liderança e coordenação (10.A.3.) dentro da SPCPC. A ausência de uma chefia operacional dedicada, confirma o que o autor Santos (2010) aponta: sem liderança técnica, a articulação entre prevenção e resposta torna-se frágil, e a capacidade de antecipação de fenómenos criminais reduz-se substancialmente.

Por fim, a formação contínua dos militares (10.A.5.) surge como outro vetor de melhoria estratégica. Indutivamente, mostra uma abertura institucional à profissionalização do policiamento turístico, alinhando-se com boas práticas internacionais já implementadas em destinos consolidados.

5.2. Análise dos Inquéritos por Questionário

Como descrito na secção metodológica, o presente subcapítulo tem como objetivo apresentar e analisar os resultados obtidos através da aplicação de um inquérito por

questionário dirigido aos turistas nacionais e estrangeiros que visitaram a região do Algarve.

A população-alvo do questionário abrangeu turistas que, durante o período de realização do estudo, se encontravam de visita a diversos pontos turísticos da região algarvia. No total, foram recolhidas 421 respostas válidas, provenientes de turistas de diferentes nacionalidades, idades e motivações de viagem²⁴.

Os turistas inquiridos apresentam uma média de idades de 48,39 anos, contando com uma distribuição relativamente equilibrada entre os géneros, sendo 55,1% do sexo masculino e 44,4% do sexo feminino. Em termos de escolaridade, a maioria possui formação superior, contando com 56,1% dos participantes a indicarem ter concluído licenciatura ou grau mais elevado. No que diz respeito à experiência prévia com o destino, 68,2% já tinham visitado anteriormente o Algarve.

A grande maioria dos inquiridos não viajou sozinho (91,2%), destacando-se as viagens com o/a parceiro/a. A permanência média foi de 9,53 noites, com uma preferência por parques de campismo (33,5%). Ainda assim, uma parte significativa dos participantes optou por unidades hoteleiras (25,9%), enquanto outros escolheram alojamentos em casas ou apartamentos particulares (22,1%), dentro de outras opções.

No que respeita ao local onde os inquiridos iriam passar mais tempo, o mar e praia foi o principal (36,8%), dando sustento ao conceito dos 3 'S' – *Sun, Sea and Sand* (Daniel, 2010). Importa ainda referir que visitar aldeias e zonas rurais (34,2%) e visitar monumentos e património (13,5%) foram hipóteses de escolha consideráveis. Estes dados coincidem com os motivos apontados pelos turistas como determinantes na escolha do Algarve, nomeadamente o clima, o descanso e relaxe e a qualidade das praias, conforme o quadro n.º 14.

Quadro n.º 14 – Motivos de escolha do Algarve

²⁴ Vide Apêndice J

Motivos de escolha – 3 principais	
Motivos	% Sim
Clima	76
Descanso e relaxe	43
Praias	42
Beleza Natural	27
Hospitalidade	25
Conhecer o Património	22
Cultura	19
Escapar da Rotina	18
Segurança	9
Golfe	4
Aproveitar a Vida Noturna	8
Qualidade do Alojamento	6

Fonte: Elaboração própria

A PPS por parte dos turistas foi avaliada através de uma escala de Likert de 5 pontos, aplicada a um conjunto de 19 afirmações, organizadas por duas dimensões: PPS e relação cidadão - GNR (quadro n.º 15).

Foi calculado o alfa de Cronbach para avaliar a consistência interna da escala utilizada para medir a PPS dos turistas. O valor obtido situou-se entre 0,68 e 0,73, dependendo dos itens considerados, o que representa uma consistência interna aceitável. Verificou-se que alguns itens, como as questões 1.2. e 1.5, apresentaram correlações bastante baixas ou negativas, o que sugere que poderão não estar totalmente alinhados com os restantes itens da escala.

Destaca-se, por exemplo, a afirmação “Durante a minha estadia senti-me seguro”, com 49,4% a indicar concordância total e uma média de 4,32, o que demonstra um sentimento de segurança muito favorável. Também se verifica um forte consenso positivo quanto à afirmação “A GNR transmite-me uma imagem de confiança”, que obteve 43,5% de concordância total e uma média de 4,22, e “a atuação da GNR procura uma boa relação com os cidadãos”, com uma média de 4,28. Quanto à questão 1.2., o facto de nenhum dos respondentes ter sido vítima de crime não garante uniformidade na PPS. A questão 1.5. refere-se a um contexto muito específico (utilização das vias rodoviárias), enquanto a maioria das outras questões avaliam a perceção global de segurança.

Quadro n.º 15 - Perceções de Segurança Escala 1 a 5 (Discordo Totalmente a Concordo Totalmente)

Nível de concordância em relação às seguintes afirmações:	(1) %	(2) %	(3) %	(4) %	(5) %	Média
1.1. Escolhi visitar o Algarve porque é uma região segura.	1,0	3,1	16,4	39,4	20,9	3,80
1.2. Durante a minha estadia senti-me seguro	0,5	0,2	10,9	41,3	41,1	4,32
1.3. Ver a GNR (polícia armada) transmite-me segurança.	2,1	8,1	16,2	34,4	29,0	3,95
1.4. Se tiver algum problema de segurança tenho confiança em contactar com a GNR.	1,4	8,8	5,9	43,5	31,6	4,30
1.5. Sinto-me em risco quando utilizo as vias rodoviárias do Algarve.	26,6	41,1	4,8	8,6	5,7	2,25
1.6. Sinto-me seguro ao usar transportes públicos para me deslocar.	3,8	3,8	13,5	40,6	20,0	4,16
1.7. Nunca frequento locais públicos com objetos pessoais de valor, ainda que os mesmos possam ser necessários.	18,1	26,6	10,2	23,5	11,9	2,55
1.8. Onde estou hospedado é o único local que me sinto seguro(a).	29,0	36,6	5,5	5,9	6,4	3,37
1.9. Tenho receio de sair à noite porque pode ser perigoso.	27,8	41,3	11,4	1,9	3,1	2,57
1.10. Não frequento lugares de diversão noturna porque podem ser perigosos.	26,4	43,2	6,2	4,0	1,4	2,72
1.11. Sinto-me inseguro ao frequentar locais públicos durante o dia.	48,0	36,1	4,3	4,5	2,6	1,80
1.12. Considero que determinados locais possuem características que os tornam mais propensos à ocorrência de crimes.	10,0	11,2	26,6	24,7	11,2	2,98
1.13. Conheço a existência de ações de cooperação internacional entre forças de segurança (GNR, <i>Gendarmerie Nationale</i> , <i>Guardia Civil</i> , <i>Carabinieri</i>).	5,7	13,3	15,0	34,2	15,9	3,71
1.14. Durante a minha estadia, observei forças de segurança de outro país a patrulhar a região.	25,7	20,7	4,8	21,4	8,1	3,04
1.15. Acredito que ações de cooperação internacional entre forças de segurança são importantes.	2,6	1,7	17,1	36,6	33,0	4,40
1.16. A presença das forças de segurança de outro país em Portugal facilita a comunicação com as autoridades locais.	5,9	6,9	12,1	31,4	23,5	3,70
1.17. É importante que os agentes de segurança comuniquem na mesma língua que eu, ou numa língua que compreenda.	2,4	3,1	9,7	46,3	36,6	4,19
1.18. A GNR transmite-me uma imagem de confiança.	0,1	5,0	10,9	42,3	31,6	4,22
1.19. A atuação da GNR procura uma boa relação com os cidadãos.	1,0	2,1	12,4	43,5	27,6	4,28

Fonte: Elaboração própria

A análise da influência das características dos turistas na PPS do destino Algarve foi conduzida com base nas seguintes variáveis independentes:

- Nacional de que país: dois grupos (turistas nacionais, turistas estrangeiros);

- Grupo etário: quatro grupos (até 30 anos, entre 31 e 40 anos, de 41 a 55 anos, e mais de 55 anos);

- Primeira vez em Portugal: dois grupos (sim, não);

- Nível de instrução: dois grupos (possui curso superior, não possui curso superior);

- Sozinho: dois grupos (sim, não);

- Género: dois grupos (masculino, feminino).

Tendo em conta a distribuição não normal dos dados, optou-se pela utilização de testes estatísticos não paramétricos.

Tabela n.º 1 - Perceções de Segurança por Características dos Turistas. Níveis de Significância dos Testes Não Paramétricos

Nível de concordância em relação às seguintes afirmações	Nacional de que País (1)	Grupo Etário (2)	Primeira Vez (3)	Nível de Instrução (4)	Sozinho (5)	Género (6)
1.1.	0,001	0,001	0,317	0,193	0,317	0,754
1.2.	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,003
1.3.	0,002	0,001	0,004	0,001	0,004	0,008
1.4.	0,001	0,003	0,001	0,129	0,001	0,050
1.5.	0,162	0,739	0,438	0,002	0,438	0,108
1.6.	0,001	0,001	0,001	0,001	0,001	0,807
1.7.	0,001	0,001	0,015	0,001	0,015	0,653
1.8.	0,181	0,008	0,972	0,219	0,972	0,001
1.9.	0,012	0,029	0,002	0,598	0,002	0,001
1.10.	0,001	0,002	0,727	0,104	0,727	0,001
1.11.	0,019	0,003	0,001	0,001	0,001	0,202
1.12.	0,001	0,001	0,302	0,017	0,302	0,001
1.13.	0,493	0,038	0,003	0,001	0,003	0,829
1.14.	0,001	0,001	0,003	0,001	0,003	0,004
1.15.	0,001	0,001	0,259	0,986	0,259	0,003
1.16.	0,255	0,078	0,001	0,001	0,001	0,197
1.17.	0,001	0,001	0,734	0,269	0,734	0,007
1.18.	0,001	0,001	0,052	0,068	0,052	0,266
1.19.	0,001	0,071	0,001	0,001	0,001	0,478

Fonte: Elaboração própria

A nacionalidade do turista demonstrou ser uma variável com forte impacto, apresentando valores de significância estatística inferiores a 0,05 em praticamente todas as afirmações analisadas. Este resultado indica que turistas nacionais e estrangeiros percebem de forma distinta os aspetos relacionados com a segurança no Algarve. Por exemplo, na afirmação “Escolhi visitar o Algarve porque é uma região segura” (1.1.), a

nacionalidade revelou uma influência significativa, o que sugere que este fator pode estar diretamente relacionado com o grau de familiaridade com o destino e com a confiança transmitida por experiências anteriores. Como referem Richards e Wilson (2016), o turista experiencial moderno valoriza ambientes que lhe transmitam confiança e autenticidade, o que pode ser interpretado de forma diversa entre nacionalidades.

A variável “grupo etário” também revelou diferenças estatisticamente em várias afirmações, nomeadamente nas questões 1.1., 1.2., 1.3., 1.5., 1.6. e 1.9., evidenciando que a idade dos inquiridos pode influenciar a forma como percebem a sua segurança durante a estadia. Estes resultados refletem uma possível maior sensibilidade de determinados grupos etários (como os mais jovens ou mais velhos) a aspetos como o uso de transportes públicos ou a circulação noturna. Desta forma, os turistas mais jovens tendem a adotar comportamentos de maior risco, enquanto os mais velhos são mais cautelosos, o que afeta diretamente o modo como interpretam a segurança do destino (Matakovic & Matakovic, 2019).

Já a variável “primeira vez em Portugal” apresentou diferenças significativas nas afirmações 1.1., 1.5., 1.11. e 1.12., o que pode indicar que os turistas que visitam o país pela primeira vez tendem a adotar percepções de segurança distintas em comparação com os turistas repetentes. Estes resultados reforçam a importância de considerar a familiaridade com o destino como um fator determinante na avaliação da segurança.

Esta variável revelou significância em 10 das 19 questões. Isto está de acordo com Bernardo (2013), que afirma que indivíduos com maior escolaridade tendem a ser mais críticos e atentos às condições de segurança e organização dos locais visitados.

Os dados indicam que o facto de viajar sozinho influencia a PPS em 11 das 19 afirmações. Como referem Barker et al. (2002), estar desacompanhado pode aumentar o sentimento de vulnerabilidade, especialmente em espaços públicos ou desconhecidos.

O género revelou influência significativa em 9 das 19 questões, destacando-se em temas como transporte, policiamento, locais públicos e deslocações noturnas. Esta constatação é suportada por Brunt et al. (2000), que identificaram uma percepção de insegurança mais acentuada entre as mulheres, principalmente em ambientes urbanos ou menos controlados.

Concluída a análise das variáveis independentes, importa destacar os resultados obtidos relativamente ao PCJ, avaliados nas questões 1.15 e 1.16 do questionário. Ambas evidenciaram valores bastante positivos, o que revela que a cooperação internacional é percebida de forma favorável pelos inquiridos, nomeadamente pelo seu papel

facilitador na comunicação entre turistas e FS locais. Esta percepção está em linha com Rech (2012), que sublinha a importância de agentes que compreendam os códigos linguísticos e culturais dos turistas. Adicionalmente, a valorização atribuída à capacidade dos militares comunicarem na mesma língua que os turistas (questão 1.16) reforça a relevância de constituir ES, tal como defendido por Copeto (2011).

CONCLUSÕES

O capítulo quer segue visa compilar os contributos teóricos revistos na revisão da literatura com os dados obtidos ao longo do trabalho de campo, de natureza qualitativa como quantitativa. Com base nesta articulação, pretende-se responder aos objetivos definidos no início do estudo e apresentar reflexões conclusivas.

Tendo por base o OG “A atividade da GNR, estará adequada às necessidades dos turistas na ZA do Comando Territorial de Faro?” e considerando a atual fase da investigação, é possível aferir que estão reunidas as condições necessárias para dar respostas às questões inicialmente propostas.

No que se refere à **PD1 “Quais são os principais fatores que influenciam a PPS dos turistas num destino turístico?”** é possível determinar, através da análise dos questionários, alguns elementos relevantes. De forma geral, os dados indicam que a PPS no Algarve é amplamente positiva entre os turistas. Contudo, apesar deste sentimento favorável, a segurança não surge como um dos fatores determinantes na decisão de escolha do destino. Este dado, no entanto, não diminui a sua importância. Embora a segurança possa não ser o principal motivo para visitar a região, a ausência dela teria certamente um impacto negativo na atratividade do destino.

Assim, um dos principais problemas apontados pelos turistas é a insegurança sentida ao utilizar as vias rodoviárias do Algarve, com a pontuação média mais baixa, possivelmente devido à qualidade das infraestruturas, sinalização ou desconhecimento das regras de trânsito.

Alguns turistas, especialmente mulheres e quem viaja sozinho, demonstram receio em participar em atividades noturnas, apesar de a maioria não evitar esses espaços, refletindo medos generalizados mais do que experiências locais.

Há turistas que se sentem seguros apenas no alojamento, o que sugere desconfiança em relação a espaços públicos, reforçada pela tendência de evitar transportar objetos de valor, mesmo sem terem sido vítimas de crime.

Para além destas perceções específicas, os resultados revelam que determinadas características pessoais dos turistas influenciam significativamente o modo como avaliam a segurança no destino. A nacionalidade, por exemplo, demonstrou ser uma variável estatisticamente relevante em grande parte das questões analisadas. Turistas estrangeiros tendem a valorizar mais a segurança do Algarve do que os nacionais, provavelmente

devido ao grau de novidade do destino e à imagem internacional da região. A idade também se revelou um fator diferenciador: turistas mais jovens expressaram maior sensibilidade ao uso de transportes públicos e à circulação noturna, enquanto os mais velhos demonstraram maior cautela em relação a locais públicos. O género, por sua vez, evidenciou uma diferença importante, com as mulheres a expressarem maiores níveis de insegurança em ambientes públicos e em deslocações após o anoitecer.

Por outro lado, Turistas que visitam o Algarve pela primeira vez tendem a sentir-se menos seguros do que os repetentes, o que reforça a importância da familiaridade com o destino na construção da confiança.

Em suma, embora os dados revelem uma perceção global de segurança elevada no Algarve, os principais problemas identificados residem na insegurança sentida nas vias rodoviárias, no desconforto em contextos noturnos e na vulnerabilidade associada ao transporte de bens pessoais. Estes aspetos devem ser considerados no planeamento e implementação de políticas públicas e estratégias turísticas que visem consolidar o Algarve como um destino não só atrativo, mas também seguro e acolhedor para todos os visitantes.

No que se refere à **PD2 “De que forma as estratégias e ações da GNR contribuem para o combate à criminalidade que afeta os turistas?”**, verificámos que as estratégias e ações da GNR contribuem de forma significativa para o combate à criminalidade que afeta os turistas, através de uma abordagem preventiva, adaptativa e cooperativa. A presença visível das FS em zonas de elevada afluência turística, aliada ao reforço de meios durante os períodos de maior procura, permite uma resposta mais eficaz aos desafios sazonais e aumenta a PPS por parte dos turistas.

A cooperação internacional, nomeadamente através do PCJ com forças congéneres, revela-se essencial na aproximação cultural e linguística aos turistas, facilitando a comunicação e reduzindo potenciais conflitos. Paralelamente, o investimento em estratégias de informação e sensibilização contribui para uma maior consciencialização dos turistas relativamente aos riscos e comportamentos seguros.

Apesar da inexistência de uma análise estatística totalmente direcionada aos turistas, a recolha de dados criminais permite identificar padrões que orientam a atuação preventiva da GNR. A articulação com outras entidades e a aposta no policiamento de proximidade completam uma estratégia centrada na proteção do turista, demonstrando a importância da adaptação constante às especificidades do contexto turístico.

No que tange à **PD3 “Compreender quais são as principais dificuldades enfrentadas na operacionalização de medidas de STT por parte da GNR.”**, a operacionalização das medidas de STT pela GNR enfrenta diversas dificuldades que comprometem a sua eficácia, tanto ao nível estratégico como operacional. Uma das principais limitações apontadas é a escassez de efetivos, mencionada repetidamente como uma fragilidade estrutural. Esta limitação torna-se especialmente crítica em períodos de elevada afluência turística, em que a capacidade de resposta necessita de ser significativamente reforçada, mas os recursos humanos disponíveis nem sempre o permitem.

Associada a esta realidade, surge a falta de tempo disponível para que os militares da SPCPC possam planear e executar com profundidade as suas atividades. Apesar de ser reconhecida uma autonomia operacional para o planeamento, a sobrecarga de tarefas e a ausência de quadros de liderança dedicados dificultam a organização interna e o acompanhamento sistemático das ações.

Do ponto de vista da comunicação com turistas estrangeiros, a barreira linguística é identificada como um obstáculo relevante por parte de alguns entrevistados. Ainda que mitigada pelo domínio generalizado do inglês, a diversidade linguística dos turistas pode complicar o contacto em situações operacionais, sobretudo na caracterização de ocorrências.

Outro aspeto crítico está relacionado com a visibilidade das FS. A presença policial, além de preventiva, tem um efeito tranquilizador sobre os turistas, mas a sua eficácia depende da frequência e cobertura territorial, o que está novamente condicionado pelos meios disponíveis. Limitações logísticas e tecnológicas também são referidas, com destaque para a necessidade de reforçar o uso de videovigilância como ferramenta de dissuasão e monitorização.

Por fim, identificam-se como áreas prioritárias de melhoria a formação contínua dos militares, bem como o reforço das parcerias com o setor privado e entidades locais. Estas dimensões são fundamentais para a construção de um modelo de STT sustentável, baseado na articulação interinstitucional e na especialização dos profissionais envolvidos.

No que concerne à **PD4 “Como é que os turistas percecionam o PCJ e qual é o seu impacto na sensação de segurança durante a visita?”**, revela-se uma perceção globalmente positiva relativamente ao PCJ entre a GNR e FS de outros países. A maioria dos inquiridos demonstra estar ciente da existência dessas ações de cooperação

internacional, com 34,2% a concordarem significativamente na afirmação correspondente. Isto indica um bom nível de reconhecimento destas iniciativas como parte integrante da estratégia de STT.

Contudo, no que respeita à observação direta dessas patrulhas conjuntas durante a estadia, apenas 29,5% afirmam tê-las presenciado. Apesar de uma visibilidade relativamente reduzida, o impacto simbólico e funcional destas ações é reconhecido pelos turistas. A sua importância é particularmente evidenciada ao 69,9% dos inquiridos manifestarem concordância forte ou total ao considerarem que as cooperações internacionais entre FS são importantes.

Adicionalmente, este tipo de patrulhamento reforça a imagem de profissionalismo e preparação das autoridades locais, contribuindo para uma experiência turística mais segura, tranquila e confiante. Assim, conclui-se que o PCJ, ainda que indireto para muitos, representa uma estratégia eficaz para consolidar a STT e melhorar a perceção do destino junto dos turistas.

Concluídas as respostas às PD's, encontram-se agora reunidas as condições para responder à PP **“A atividade da GNR, estará adequada às necessidades dos turistas na zona de ação do Comando Territorial de Faro”**. A articulação entre os contributos da revisão da literatura e os dados empíricos obtidos permite inferir que a atuação da GNR, no âmbito da STT, apresenta um grau de adequação significativo às necessidades manifestadas pelos turistas que visitam a região do Algarve.

A PPS evidenciada pelos inquiridos revela-se, de forma geral, positiva, refletindo-se na valorização de uma presença policial visível, na adoção de estratégias ajustadas à sazonalidade e na implementação de medidas de policiamento de proximidade, incluindo patrulhamentos conjuntos com FS internacionais.

Contudo, subsistem desafios relevantes à otimização da atuação da GNR neste domínio. Entre os principais constrangimentos identificam-se a insuficiência de recursos humanos, a acumulação de funções operacionais, as limitações ao nível dos meios logísticos e tecnológicos, bem como a existência de barreiras linguísticas em contextos específicos. Adicionalmente, a ausência de um sistema de recolha e análise estatística orientado para a criminalidade turística compromete a capacidade de monitorização sistemática e o desenho de estratégias baseadas na predição.

Apesar dessas limitações, a resposta operacional da GNR tem evidenciado capacidade de adaptação aos padrões de mobilidade turística, expressa no planeamento estratégico, no reforço da vigilância durante os períodos de maior afluência e na

cooperação com entidades locais e internacionais. Esta abordagem integrada tem contribuído para a consolidação de um ambiente de segurança percecionado como estável e fiável pelos turistas.

Em síntese, conclui-se que a atividade da GNR, no contexto específico do CTer de Faro, se encontra, em termos gerais, alinhada com as exigências e expectativas do setor turístico. No entanto, a consolidação de uma resposta mais eficaz, especializada e sustentável requer o investimento contínuo em recursos, formação, planeamento e sistemas de monitorização adequados à especificidade do fenómeno turístico.

RECOMENDAÇÕES

Com base nos resultados alcançados consideram-se pertinentes algumas propostas de estudos futuros que possam aprofundar o conhecimento sobre a STT e contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes.

Uma das primeiras sugestões consiste na realização de uma análise comparativa entre diferentes regiões turísticas de Portugal, como o Algarve, Lisboa, Madeira ou o Norte. Este tipo de estudo permitiria avaliar de forma mais abrangente as práticas das FS em contextos diversos, identificar padrões de atuação bem-sucedidos e perceber de que modo variam as perceções de segurança em função da geografia, da tipologia do destino e da sua intensidade turística.

Outra linha de investigação relevante passaria por um aprofundamento da PPS segundo o tipo de turista, em especial os turistas estrangeiros. Seria importante compreender como diferentes nacionalidades interpretam o conceito de segurança, que expectativas trazem consigo e quais os fatores que mais influenciam a sua tranquilidade durante a estadia.

Adicionalmente, recomenda-se o desenvolvimento de um estudo focado no impacto dos promotores de viagens e operadores turísticos na promoção de destinos como Albufeira, onde é frequente a venda de pacotes turísticos “tudo incluído” associados a ambientes festivos e a uma oferta noturna intensa. Estes pacotes, muitas vezes orientados para um público jovem e com motivações recreativas, podem influenciar diretamente os padrões de comportamento e, por consequência, os níveis de desordem e criminalidade. Ao integrar estes conhecimentos na sua lógica de planeamento e intervenção, a GNR poderá não só melhorar a sua capacidade preventiva, como também fortalecer a confiança dos turistas e contribuir para a sustentabilidade e reputação positiva do destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, K., & McElroy, J. (1999). Tourism and crime in the Caribbean. *Annals of Tourism Research*, 26(4), 968-984.
- Alleyne, P., & Boxill, I. (2003). Crime and tourism in the Caribbean: An economic analysis. *The Review of Black Political Economy*, 30(3), 87-100.
- Andreas, P., & Nadelmann, E. (2006). *Policing the globe: Criminalization and crime control in international relations*. Oxford University Press.
- Aron, R. (2002). *Paz e guerra entre as nações*. Universidade de Brasília. https://funag.gov.br/loja/download/43-Paz_e_Guerra_entre_as_Nacoes.pdf.
- Assemblée Nationale. (1789). *Déclaration des Droits de l'Homme et du Citoyen*. (Article XII).
- Avraham, E., & Ketter, E. (2017). Destination image repair while combatting crises: Tourism marketing in Africa. *Tourism Geographies*, 19(5), 780-800. <https://doi.org/10.1080/14616688.2017.1357140>.
- Barclay, E., Mawby, R. I., & Jones, C. (2014). Tourism, leisure, and crime. In *Oxford handbook of topics in criminology and criminal justice*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199935383.013.009>.
- Barker, M. (2002). Modeling tourism crime: The 2000 America's Cup. *Annals of Tourism Research*, 29(3), 762-782.
- Bayley, D. H., & Shearing, C. D. (2001). *The New Structure of Policing: Description, Conceptualization, and Research Agenda*. U.S. Department of Justice, National Institute of Justice.
- Beato, C. F., Peixoto, B. T., & Andrade, M. V. (2004). Crime, oportunidade e vitimização. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(55), 73-90.
- Beaver, A. (2002). *A dictionary of travel and tourism terminology*. Cabi Publishing.

- Bernardo, E. (2013). *Uma introdução ao turismo: Conceitos, classificações e tipologias* [Dissertação de doutoramento]. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9851/1/CIES-WP164_Bernardo.pdf.
- Booth, K. (2007). *Theory of World Security*. Cambridge University Press.
- Brás, M., & Rodrigues, V. (2010). Turismo e crime: Efeitos da criminalidade na procura turística. *Tourism and Management Studies*, 6(2010), 59–68. <https://scielo.pt/pdf/ec/n6/n6a07.pdf>.
- Brunt, P., Mawby, R., & Hambly, Z. (2000). Tourist victimisation and the fear of crime on holiday. *Tourism Management*, 21(4), 417-424. <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0261517799000849>
- Bunge, M. (2004). *La investigación científica: Su estrategia y su filosofía* (3ª ed.). Siglo XXI Editores.
- Buzan, B. (1983). *People, states and fear: The national security problem in international relations*. Wheatsheaf Books.
- Caetano, M. (1980). *Manual de Direito Administrativo* (10.ª ed.). Almedina.
- Cardoso, F. S., & Soares, R. P. (2022). Teoria ecológica do crime: Considerações e potencialidades da sua aplicação nos estudos sobre a criminalidade em municípios de pequeno porte. *Revista Humanidades e Inovação*, 9(17), 62-75.
- Carvalho, B. M. S. (2019). *A Segurança como vetor decisivo na escolha do destino turístico* [Dissertação de mestrado]. Faculdade de Direito Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, M. J. L. de. (2003). *Entre as malhas do desvio – Jovens, espaços, trajetórias e delinquência*. Celta Editora.
- Cellard, A. (2008). A análise documental. In J. Poupart, J., Deslauriers, J., Groulx L., Laperriere, A., Mayer, R., & Pires, A. (Eds.), *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (pp. 295–316). Vozes.

- Chettiparamb, A., & Thomas, H. (2012). Tourism and spatial planning. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 4(3), 215-220.
<https://doi.org/10.1080/19407963.2012.726157>.
- Clemente, P. J. L. (2010). *Polícia e segurança: Breves notas*. Universidade Lusíada.
<https://doi.org/10.34628/pfq5-kz27>.
- Cohen, E. (1972). Toward a sociology of international tourism. *Social Research*, 39(1), 164-182.
- Cohen, L. E., & Felson, M. (1979). Social changes and crime rate trends: A routine activity approach. *American Sociological Review*, 44(4), 588-608.
- Cooper, C. (2018). *Essentials of tourism*. Pearson Education Limited.
- Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa*, 16(4), 48–54.
- Costa, A. (1996). *Para a modernização da atividade policial*. Ministério da Administração Interna.
- Costa, J. C. P. (2011). *O procedimento científico passo a passo*.
- Creswell, J. (2007). *Projeto de Pesquisa. Métodos qualitativos, quantitativos e mistos* (2^a ed.). Artmed.
- Creswell, J. W., & Plano Clark, V. L. (2018). *Designing and conducting mixed methods research* (3^a ed.). Sage Publications.
- Crotts, J. (1996). Theoretical perspectives on tourist criminal victimization. *Journal of Tourism Studies*, 7(1), 2–9.
- Cunha, L. (2010). A definição e o âmbito do turismo: Um aprofundamento necessário.
<https://recil.ulusofona.pt/items/c3b00780-b23e-4468-87e5-f70492a3e714>.
- Daniel, A. C. M. (2010). Caracterização do sector turístico em Portugal. *Revista de Estudos Politécnicos / Polytechnical Studies Review*, 8(14), 255-276.
https://bdigital.ipg.pt/dspace/bitstream/10314/2631/1/daniel_anacristina.pdf.

- Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. (1789). *Assemblée Nationale*.
- Decreto-Lei n.º 191/2009, de 17 de agosto. *Diário da República*, 1.ª série - N.º 159.
- Deflem, M. (2002). *Policing world society: Historical foundations of international police cooperation*. Oxford University Press.
- Dinisman, T., & Moroz, A. (2017). *Understanding victims of crime: The impact of crime and support needs*. Victim Support England and Wales. https://www.victimsupport.org.uk/wp-content/uploads/documents/files/VS_Understanding%20victims%20of%20crime_web.pdf.
- Dumazedier, J. (1973). *Lazer e cultura popular* (3ª ed.). Perspectiva.
- Eck, J. E., & Weisburd, D. (1995). Crime places in crime theory. In J. E. Eck & D. Weisburd (Eds.), *Crime and place* (pp. 1-33). Monsey, NY: Criminal Justice Press.
- Elias, L. (2012). *Desafios da segurança na sociedade globalizada, Working Paper #11*. Observatório Político. <https://www.observatoriopolitico.pt>.
- Ericson, R. V., & Haggerty, K. D. (1997). *Policing the risk society*. University of Toronto Press.
- Felson, M., & Clarke, R. (1998). *Opportunity makes the thief: Practical theory for crime prevention*. Barry Webb.
- Fernandes, L. F. (2014). *Intelligence e segurança interna*. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Fiolhais, L., Martins, P., & Sousa, L. (2020). Software emulation of quantum resistant trusted platform modules. In J. Filipe & M. Smialek (Eds.), *Proceedings of the 17th International Joint Conference on e-Business and Telecommunications* (pp. 477-484). Science and Technology Publications.
- Foucault, M. (1975). *Vigiar e punir: Nascimento da prisão* (20ª ed.). Vozes.
- France. (1795). *Code des Délits et des Peines*. <https://ledroitcriminel.fr/>.

- George, R. (2003). *Managing tourism in South Africa*. Oxford University Press.
- Glaesser, D. (2018). *Crisis management in the tourism industry: Beating the odds?* (2^a ed.). Routledge.
- Glensor, R., & Peak, K. (2004). *Crimes against tourists*. U.S. Department of Justice.
- Gollo, G. (2004). *Segurança e turismo: Perceções quanto ao aspeto “segurança” de um destino turístico, como forma de mantê-lo atrativo e competitivo* [Dissertação de mestrado]. Universidade de Caxias do Sul.
- Goodwin, H. (2017). *The challenge of overtourism*. Responsible Tourism Partnership.
- Grinols, E. L., Mustard, D. B., & Staha, M. (2009). Casinos, crime, and community costs. *Review of Economics and Statistics*, 91(1), 28-45.
- Guerra, L. (2016). Clarificando o conceito de segurança. In Valente, M. M. G. Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (Ed.), *Politeia*, (pp. 119-132). <https://politeia-online.pt/wp-content/uploads/2020/10/Politeia-Vol.-I-001-428.pdf>
- Guillard, O. (2005). Le risque voyage: Un risque souvent sous-estimé. *Les Cahiers Espaces*, 85, 16-21.
- Hall, C. M., Timothy, D. J., & Duval, D. T. (2004). Security and tourism: Towards a new understanding? *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 15(2–3), 1–18. https://doi.org/10.1300/J073v15n02_01
- Hill, M. M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2009). *Investigação por questionário*. Edições Sílabo.
- Hipólito, R. F. O. F. (2014). *O turismo nas Caldas da Rainha do século XIX para o século XX (1875–1936)* [Dissertação de mestrado]. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. <https://1library.org/document/zln8epoq-turismo-nas-caldas-rainha-seculo-xix-para-seculo.html>.
- Hobbes, T. (2003). *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. Editora Martins Fontes.

- Holcomb, J., & Pizam, A. (2006). Do incidents of theft at tourist destinations have a negative effect on tourists' decisions to travel to affected destinations? In A. Pizam & Y. Mansfield (Eds.), *Tourism, security and safety: From theory to practice* (pp. 105-124). Butterworth-Heinemann.
- Instituto Nacional de Estatística. (2023). *Estatísticas do turismo – 2023*. Instituto Nacional de Estatística. <https://www.ine.pt/>.
- Iverson, T. J. (2011). Tourism and crime: Key themes. *Anatolia: An International Journal of Tourism and Hospitality Research*, 22(3), 435-436.
- Kandy, J. (2003). Crime. In J. Jenkins & J. Pigram (Eds.), *Encyclopedia of leisure and outdoor recreation* (pp. 86-88). Taylor & Francis.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (1992). *Metodologia do trabalho científico* (4ª ed.). Atlas.
- Law, R. (2006). The perceived impact of risks on travel decisions. *International Journal of Tourism Research*, 8(4), 289-300. <https://doi.org/10.1002/jtr.576>.
- Lazzarini, A. (2000). Cidadania e direitos humanos. *Revista A Força Policial*, (28), 7-20.
- Lei n.º 33/2013, de 16 de maio. Diário da República, 1.ª série - n.º 94.
- Leiper, N. (1979). The framework of tourism: Towards a definition of tourism and the tourist industry. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390–407.
- Lew, A. A., Hall, C. M., & Williams, A. M. (2014). *The Wiley Blackwell companion to tourism*. Wiley-Blackwell.
- Lisboa, M., & Teixeira, A. L. (2015). *Policiamento de proximidade: Representações e práticas da população e inovação organizacional na polícia*. Edições Húmus.
- Lisowska, A. (2017). Crime in tourism destinations: Research review. *Tourism*, 27(1), 31-39. <https://doi.org/10.18778/0867-5856.27.1.12>.
- Locke, J. (2002). *Segundo tratado sobre o governo*. Martin Claret.

- Machado, S. D. S. (2011). *Núcleos de programas especiais: Que modelo?* [Dissertação de mestrado]. Academia Militar.
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, 27(1), 83–91.
- Marcelino, N. (1996). *Estudos do lazer: Uma introdução* (5ª ed.). Autores Associados.
- Mataković, H., & Mataković, I. C. (2019). The impact of crime on security in tourism. *Security and Defence Quarterly*, 27(5), 1-20. <https://doi.org/10.35467/sdq/115539>
- McSweeney, B. (1999). *Security, identity and interests: A sociology of international relations*. Cambridge University Press.
- Messner, F., & Golden, M. (1992). Racial inequality and racially disaggregated homicide rates: An assessment of alternative theoretical explanations. *Criminology*, 30(3), 421-447.
- Michalko, G. (2004). Tourism eclipsed by crime. *Journal of Travel & Tourism Marketing*, 15(2–3), 159-172. https://doi.org/10.1300/J073v15n02_09
- Milheiro, E., & Santos, J. P. (2005). O turismo em Portugal: que passado? Que futuro? *Aprender*, 10, 119-125.
- Minayo, M. C. S. (2012). Análise qualitativa: Teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(3), 621-626. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>
- Monjardet, D. (2003). *O que faz a polícia* (1ª ed.). Edusp.
- Montbrun, A. (2002). Policía y seguridad pública: Modelos en marcha. *La Ley Gran Cuyo*, 6(1), 1-12.
- Montesquieu, C. (2011). *O espírito das leis*. Edições 70. (Obra original publicada em 1748).
- Mordwa, S. (2013). *Crime e sensação de segurança no espaço urbano – o exemplo de Łódź*. Wydawnictwo Uniwersytetu Łódzkiego.

- Oliveira, C. (2019). Policiamento de proximidade em contextos turísticos: Uma análise das patrulhas conjuntas em Portugal. *Revista de Segurança e Cidadania*, 7(2), 45-62.
- Oliveira, J. F. (2006). *As políticas de segurança e os modelos de policiamento: A emergência do policiamento de proximidade*. Almedina.
- Organización Mundial del Turismo. (1996). *Implicaciones de las definiciones de turismo ONU/OMT para el sistema estadístico de turismo de los Estados Unidos: Recomendaciones sobre estadísticas de turismo*. OMT.
- Page, S. J., & Connell, J. (2006). *Tourism: A modern synthesis*. Thomson Learning.
- Page, S. J., Yeoman, I., Munro, C., Connell, J., & Walker, L. (2006). A case study of best practice – Visit Scotland's prepared response to an influenza pandemic. *Tourism Management*, 27(3), 361-393.
- Pakman, E. T. (2014). Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico [Comunicação apresentada em congresso]. *XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)*. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>.
- Pakman, E. T. (2020). Sobre as definições de turismo da OMT: Uma contribuição à História do Pensamento Turístico [Comunicação apresentada em congresso]. *XI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)*. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>.
- Park, R. E., & Burgess, E. W. (1925). *The city: Suggestions for investigation of human behaviour in the urban environment*. University of Chicago Press.
- Payam, M. M. (2016). Tourist' Security: The Need for Tourism Police in Bosnia and Herzegovina. *British Journal of Economics, Management & Trade*, 12(1), 1-9.
- Peed, C. R. (2008). The community-policing umbrella. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 77(11), 22-24.
- Peel, R. (1829). *The principles of law enforcement*. London Metropolitan Police.

- Pelfrey, W. V. (1998). Tourism and crime: A preliminary assessment of the relationship of crime to the number of visitors at selected sites. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 22(2), 293–304.
- Pina, P. (1988). *Portugal: O turismo no século XX*. Lucidus.
- Pizam, A. (1999). A comprehensive approach to classifying acts of crime and violence at tourism destinations. *Journal of Travel Research*, 38(5), 5–12.
- Pizam, A., & Fleischer, A. (2002). Severity versus frequency of acts of terrorism: Which has a larger impact on tourism demand? *Journal of Travel Research*, 40(3), 337–339. <https://doi.org/10.1177/0047287502040003011>.
- Pizam, A., & Mansfield, Y. (2006). *Tourism, security and safety: From theory to practice* (1ª ed.). Elsevier.
- Portugal. (2005). *Constituição da República Portuguesa* (7ª ed.). Assembleia da República.
- Prodanov, C. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2ª ed.). Universidade Feevale.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Ramos, D. M., & Costa, C. M. (2017). Turismo: tendências de evolução. *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 10(1), 21-33. <https://doi.org/10.18468/pracs.2017v10n1.p21-33>.
- Rech, G. (2012). Policing tourism: The emergence of police specializations in international tourist areas. *Current Issues in Tourism*, 15(6), 501-517.
- Reisinger, Y., & Mavondo, F. (2005). Travel anxiety and intentions to travel internationally: Implications of travel risk perception. *Tourism Management*, 26(6), 1234-1244.
- Requixa, R. (1980). As dimensões do lazer. *Revista Brasileira de Educação Física e Desporto*, 45(1), 54-76.

- Ribeiro, I. C. (2002). Polícia: tem futuro? Polícia e sociedade em David Bayley. *Sociologias*, 4(8), 444-453.
- Richards, G., & Wilson, J. (2016). *Tourism, creativity, and development*. Routledge.
- Rousseau, J. -J. (1999). *O contrato social*. Publicações Europa-América. (Obra original publicada em 1762).
- Ryan, C. (1993). Crime, violence, terrorism and tourism: An accidental or intrinsic relationship?. *Tourism Management*, 14(3), 173-183. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(93\)90018-G](https://doi.org/10.1016/0261-5177(93)90018-G).
- Sampson, R., & Groves, W. (1989). Community structure and crime: Testing social-disorganization theory. *The American Journal of Sociology*, 94(4), 774-802.
- Santini, R. C. G. (1993). *Dimensões do lazer e da recreação: Questões espaciais, sociais e psicológicas*. Angelotti.
- Santos, Á. M. (2013). Segurança e globalização: A perspectiva dos estudos críticos de segurança. *Proelium*, X(10), 107-114.
- Santos, J. B. M. dos. (2011). *A segurança da comunidade escolar e o papel da Guarda Nacional Republicana* [Dissertação de mestrado, Academia Militar]. Academia Militar.
<https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/7833/1/CAV606Joy%20Santos.pdf>.
- Schiebler, S. A., Crotts, J. C., & Hollinger, R. C. (1996). Florida tourists vulnerability to crime. In Y. Mansfeld & A. Pizam (Eds.), *Tourism crime and international security issues* (pp. 37-50). Wiley.
- Scott, N., Laws, E., & Prideaux, B. (Eds.). (2010). *Safety and security in tourism: Recovery marketing after crises*. Routledge.
- Semedo, A. C. (2019). *A Polícia Nacional e a Promoção da Segurança no Turismo em Cabo Verde* [Dissertação de Mestrado]. Repositório Institucional do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

- Sherman, L. W. (1995). Hot spots of crime and criminal careers of places. In J. E. Eck & D. Weisburd (Eds.), *Crime and place* (pp. 35-52). Criminal Justice Press
- Sherman, L. W., Gartin, P. R., & Beurger, M. E. (1989). Hot spots of predatory crime: Routine activities and the criminology of place. *Criminology*, 27(1), 27-55.
- Simões, F. M. R. (1978). Defesa nacional e segurança nacional. *Nação e Defesa. Instituto da Defesa Nacional*.
- Smith, M. K. (2010). *Issues in cultural tourism studies* (2.^a ed.). Routledge.
- Sonmez, S. F., Apostolopoulos, Y., & Tarlow, P. E. (1999). Tourism in crisis: Managing the effects of terrorism. *Journal of Travel Research*, 38(1), 13-18.
- Sousa, M., & Baptista, C. (2014). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha* (5^a ed.). Pactor.
- Sztaudynger, M. (2004). Análise econométrica da criminalidade em abordagem territorial. *Wiadomości Statystyczne*, 12, 53-60.
- Tangerino, D. P. C. (2007). *Crime e cidade: Violência urbana e a Escola de Chicago*. Lúmen Juris.
- Tarlow, P. E. (2006). *Tourism security: Strategies for effectively managing travel risk and safety*. Elsevier Butterworth-Heinemann.
- Tarlow, P. E. (2012). Tourism Security as a Marketing Tool, Tourism Tidbits, Hotel Online News for the Hospitality Executive.
- Tarlow, P., & Muehsam, M. (1996). Theoretical aspects of crime as they impact the tourist industry. In A. Pizam & Y. Mansfield (Eds.), *Tourism, crime and international security issues* (pp. 11-22). Wiley.
- Tasci, A. D., & Gartner, W. C. (2007). Destination image and its functional relationships. *Journal of Travel Research*, 45(4), 413-425.
<https://doi.org/10.1177/0047287507299569>

- Tevdoradze, N., Tevdoradze, S., & Mushkudiani, Z. (2024). The effect of criminal activity on tourism. *The New Economist*, 19(1), 25-26. <https://neweconomist.com.ge/media/documents/4.pdf>.
- Turismo de Portugal. (2021). *Guia orientador para a abordagem ao turismo na revisão dos PDM*. <https://business.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/ordenamento-turistico/guia-orientador-abordagem-ao-turismo-na-revisao-de-pdm-out-2021.pdf>.
- Tynon, J., & Chavez, D. (2006). Adapting a tourism crime typology: Classifying outdoor recreation crime. *Journal of Travel Research*, 44(3), 298-307.
- UNWTO – World Tourism Organization. (2010). *UNWTO World Tourism Barometer*. UN Tourism. <https://www.unwto.org/world-tourism-barometer>.
- United Nations & World Tourism Organization. (1994). *Recommendations on tourism statistics* (Statistical Papers, Series M No. 83). United Nations. https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_83e.pdf.
- United States Institute of Peace, & U.S. Army Peacekeeping and Stability Operations Institute. (2009). *Guiding principles for stabilization and reconstruction*. United States Institute of Peace Press.
- Van Tran, X., & Bridges, F. (2009). Tourism and crime in European nations. *E-Review of Tourism Research*, 7(3), 52-67.
- Waltz, K. N. (1979). *Theory of international politics*. Addison-Wesley.
- Welsh, B. C., & Farrington, D. P. (2009). Public area CCTV and crime prevention: An updated systematic review and meta-analysis. *Justice Quarterly*, 26(4), 716-745. <https://doi.org/10.1080/07418820802506206>.
- Wickes, R., & Hipp, J. R. (2018). The spatial and temporal dynamics of neighborhood informal social control and crime. *Social Forces*, 97(1), 277-308. <https://doi.org/10.1093/sf/soy026>.
- Wilson, J. Q., & Kelling, G. L. (1982). Broken windows: The police and neighborhood safety. *The Atlantic Monthly*, 249(3), 29-38.

World Tourism Organization. (1996). *Tourist Safety and Security: Practical Measures for Destinations*. WTO.

Yin, R. (1994). *Case Study Research: Design and Methods* (2^a ed.). Sage Publications.

Zelditch, M., J. (1962). Some methodological problems of field studies. *American Journal of Sociology*, 67(5), 566–576.

APÊNDICES

APÊNDICE A - CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR

Turismo Seguro: Estratégias de Segurança Turística. Estudo de caso: Comando Territorial de Faro

Autor: Aspirante de Infantaria da GNR Diogo Miguel Cruz Salvador

Orientador: Major de Administração Militar (Doutor) Hélio de Jesus Branco Corguinho
Fernandes

Coorientador: Coronel de Cavalaria Paulo César Brito dos Santos

Mestrado Integrado de Ciências Militares na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, fevereiro de 2024

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Academia Militar (AM) é uma instituição de ensino superior público universitário militar que tem como missão a formação de Oficiais destinados aos quadros permanentes do Exército e da Guarda Nacional Republicana. No âmbito do ciclo de estudos do Mestrado Integrado em Ciências Militares, os alunos da AM desenvolvem uma dissertação final denominada de Trabalho de Investigação Aplicada (TIA), requisito para a obtenção do grau de mestre. O TIA é submetido a apreciação e discussão pública perante um júri com o objetivo da aplicação das competências adquiridas, desenvolvimento de capacidades e exposição das conclusões nos domínios da Segurança e Defesa. No presente ano letivo, é pretendido que os futuros oficiais desenvolvam a investigação no sentido de apresentar conclusões sobre o tema de “A Prevenção Criminal e os Modelos de Policiamento”.

Assim, eu, Diogo Miguel Cruz Salvador, Aspirante de GNR Infantaria, a frequentar o 5º ano do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança, venho por este meio solicitar a V. Ex.^a a colaboração numa investigação sobre segurança turística.

A investigação tem como objetivo principal analisar as estratégias de prevenção e combate do fenómeno do crime contra o turista, em particular na ZA do Comando Territorial de Faro (Algarve). Pretendo identificar as práticas mais eficazes de investigação e prevenção adotadas pela GNR, contribuindo para uma melhor compreensão e resposta ao fenómeno. Deste modo, tendo em conta a abrangência do tema, considero essencial recolher contributos de especialistas na área, razão pela qual solicito, com a presente carta, a colaboração de V. Ex.^a, mediante a realização de uma entrevista. Esta entrevista será fundamental para aprofundar a análise sobre os métodos de investigação, prevenção e combate crime cometido contra o turista.

Reitero que todos os dados fornecidos serão utilizados única e exclusivamente para fins académicos e no estrito cumprimento das normas de confidencialidade e ética científica.

Desde já, manifesto o meu mais profundo agradecimento pela disponibilidade e atenção demonstrada em apoiar este estudo.

Atenciosamente,

Diogo Salvador

Aspirante de GNR Infantaria

APÊNDICE B - DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO

PROTOCOLO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

O presente protocolo é estabelecido entre Diogo Miguel Cruz Salvador, aluno da Academia Militar a realizar investigação com o tema “Turismo Seguro: Estratégias de Segurança Turística: Comando Territorial de Faro”, e o participante _____ através do método de entrevista.

O investigador e o orientador científico comprometem-se a:

- a) Conduzir a investigação de acordo com os parâmetros de qualidade preconizados pela comunidade científica da especialidade;
- b) Discutir e negociar outros aspetos específicos de cada caso relativos à confidencialidade da informação, se solicitado pelo participante;
- c) Impedir qualquer divulgação de informação referente aos participantes, exteriormente à equipa de investigação, sem o consentimento prévio de todos os envolvidos;
- d) Entregar uma síntese descritiva dos resultados aos participantes, através de correio eletrónico;
- e) Manter os participantes a par do trabalho que está a ser desenvolvido, nomeadamente no que concerne à análise dos dados, sempre que os mesmos o solicitem;
- f) Prestar aos participantes no processo todos os esclarecimentos solicitados no decorrer da investigação;
- g) Cumprir o Código Deontológico da *American Psychological Association* na realização da investigação;
- h) Eliminar todas as gravações áudio após o decorrer da investigação e a defesa pública da tese.

Os participantes comprometem-se a:

- a) Prestar informações sobre a sua experiência no caso em estudo e sobre a sua experiência profissional;
- b) Ser entrevistado num momento acordado entre o investigador e o participante;
- c) Autorizar a gravação áudio da entrevista, a pedido do investigador;
- d) Decidir mencionar ou omitir a sua participação no projeto nos contextos profissionais em que considere conveniente fazê-lo;

e) Permitir a publicação do resultado do estudo, com omissão da sua identidade, nomeadamente nas seguintes situações:

- I. Tese de Mestrado a apresentar à Academia Militar;
- II. Comunicações em congressos científico-profissionais;
- III. Publicações científicas em revistas e/ou em livros da especialidade.

Assinaturas:

(Participante)

(Investigador)

Local e Data:

APÊNDICE C – GUIÃO DE ENTREVISTA N.º1

GUIÃO DE ENTREVISTA N.º 1

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	Hora (Início/Fim):
U/E/O:	Data:
Função/Posto:	Local:

ENTREVISTA

As respostas de Vossa Excelência são fundamentais para atingir os objetivos da investigação, pelo que se solicita que as mesmas sejam o mais completas possível. As suas respostas irão servir única e exclusivamente como objeto de estudo para a investigação, pelo que lhe é solicitada autorização para efetuar gravação e posterior análise e transcrição das respostas (no caso de a entrevista ser presencial). Se for sua intenção, as mesmas ser-lhe-ão facultadas, juntamente com o trabalho final, assim que o mesmo seja aprovado.

Questão 1 – Considera que a atual organização operacional da GNR está adequada para responder às necessidades específicas dos turistas no Algarve?

Questão 2 – Existem ações ou estratégias específicas direcionadas à proteção e acompanhamento dos turistas, distintas das aplicadas à população residente?

Questão 3 – De que forma a GNR adapta os seus meios e estratégias ao longo do ano, em função da sazonalidade do turismo?

Questão 4 – Quais são, na sua perspetiva, os principais tipos de crimes ou incidentes que afetam os turistas na região?

Questão 5 – Em que zonas ou contextos se verificam com maior frequência esses problemas?

Questão 6 – Como se articula a cooperação com forças de segurança congéneres para a execução do patrulhamento conjunto?

Questão 7 – Considera que o reforço do programa pode contribuir significativamente para a dissuasão de comportamentos desviantes em zonas turísticas?

Muito obrigado pela sua contribuição.

APÊNDICE D - GUIÃO DE ENTREVISTA N.º2

GUIÃO DE ENTREVISTA N.º 2

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:	Hora (Início/Fim):
U/E/O:	Data:
Função/Posto:	Local:

ENTREVISTA

As respostas de Vossa Excelência são fundamentais para atingir os objetivos da investigação, pelo que se solicita que as mesmas sejam o mais completas possível. As suas respostas irão servir única e exclusivamente como objeto de estudo para a investigação, pelo que lhe é solicitada autorização para efetuar gravação e posterior análise e transcrição das respostas (no caso de a entrevista ser presencial). Se for sua intenção, as mesmas ser-lhe-ão facultadas, juntamente com o trabalho final, assim que o mesmo seja aprovado.

Questão 1 – Na Zona de ação do seu Destacamento, existe alguma recolha e respetiva monitorização de dados ou estatísticas a respeito da criminalidade turística?

Questão 2 – Quais são as principais dificuldades que os seus militares apontam envolvendo turistas estrangeiros, como por exemplo barreiras linguísticas ou culturais?

Questão 3 – Quais são as maiores preocupações relativamente à segurança dos turistas?

Questão 4 – Como é que a sazonalidade do turismo impacta a criminalidade na sua área de atuação?

Questão 5 – De que forma é realizada a cooperação com outros agentes (ex.: empresas turísticas, autarquias, forças congêneres internacionais)?

Questão 6 – Quando ocorre um crime contra turistas, quais são os procedimentos padrão adotados pela GNR?

Questão 7 – Quais as áreas que considera prioritárias para melhorar a segurança turística no Algarve?

Questão 8 – Quantos militares do seu destacamento estão exclusivamente designados para a Secção de Policiamento Comunitário? Existem militares dedicados exclusivamente ao Programa Turismo Seguro?

Questão 9 – Considera que existe tempo e autonomia para os militares das SPCPC planearem e realizarem as suas atividades?

Questão 10 – Considera que poderiam existir outro tipo de recursos ou políticas para reforçar as medidas preventivas e reativas?

Questão 11 – Como se articula a cooperação com forças de segurança congéneres para a execução do patrulhamento conjunto? Na sua avaliação, os turistas reconhecem a relevância dessas ações?

Muito obrigado pela sua contribuição.

APÊNDICE E – INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Data:

QUESTIONÁRIO – SEGURANÇA TURÍSTICA

O presente questionário insere-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada, subordinado ao tema "Turismo Seguro: Estratégias de Segurança Turística. Estudo de Caso: Comando Territorial de Faro". A sua contribuição será exclusivamente para fins académicos e no estrito cumprimento das normas de confidencialidade e ética científica. A investigação tem como objetivo principal analisar as estratégias de prevenção e combate do fenómeno do crime contra o turista, em particular na zona de ação do Comando Territorial de Faro.

VIAGEM

1. Número de dias que se encontra de viagem:	☐ até 24h ☐ até 2 dias ☐ até 3 dias ☐ de 4 a 7 dias ☐ 1 a 2 semanas ☐ mais de 2 semanas			
2. Média de gastos por dia:	☐ menos de 50€ ☐ 50-75€ ☐ 75-100€ ☐ mais de 100€			
3. É a primeira vez a visitar Portugal?	☐ Sim ☐ Não			
4. Estilo de viagem	☐ Organizada por agência ☐ Independente (organizada por mim) ☐ Viagem de negócios ☐ Tudo incluído (voo+hotel+diversão) ☐ Outra			
5. Quais são os seus motivos para visitar o Algarve? (escolha 3)	☐ Clima	☐ Hospitalidade	☐ Golfe	☐ Escapar da rotina
	☐ Descanso e relaxe	☐ Qualidade do alojamento	☐ Beleza Natural	☐ Aproveitar a vida noturna
	☐ Praias	☐ Cultura	☐ Segurança	☐ Conhecer o património
6. Qual é o tipo de alojamento que está a usufruir no Algarve?	☐ Hotel	☐ Alojamento de amigos ou familiares	☐ Campismo	☐ Turismo rural/ de habitação
	☐ Resort	☐ Residência/ pensões	☐ Aluguer de casa/quartos	☐ Hostels/ pousadas
				☐ Outro
7. Viaja sozinho?	☐ Sim	☐ Não 7.1. Está acompanhado por quem? ☐ Filhos(as) ☐ Parceiro(a) ☐ Amigos(as) ☐ Familiares ☐ Conhecidos(as) ☐ Outros		
8. Quais são os locais que está a planear passar mais tempo no Algarve?	☐ Mar/Praia	☐ Aldeias e Zonas rurais	☐ Estabelecimentos de diversão noturna	☐ Outros
	☐ Monumento e património histórico	☐ Zonas com eventos culturais	☐ Espetáculos desportivos e/ou recreativos	Quais?

ASPETOS DE SEGURANÇA

1. Foi vítima de algum crime enquanto turista durante a sua estadia?	☐ Não	☐ Sim 1.1. De que crime se trata? ☐ Roubo ☐ Furto ☐ Rapto ☐ Fraude ☐ Arrombamento ☐ Agressões ☐ Outro
2. Testemunhou algum crime enquanto turista durante a sua estadia?	☐ Não	☐ Sim 2.1. De que crime se trata? ☐ Roubo ☐ Furto ☐ Rapto ☐ Fraude ☐ Arrombamento ☐ Agressões ☐ Outro
3. Em algum momento precisou de comunicar com a GNR?	☐ Não	☐ Sim 2.1. Para que necessidade? ☐ Pedir informações ☐ Comunicar uma infração ☐ Fui vítima de um crime ☐ Outro

Faça uma cruz (X) na opção que considera mais adequada

	1. Não concordo nem discordo	2. Discordo totalmente	3. Discordo	4. Concordo ligeiramente	5. Concordo	6. Concordo totalmente
1. PERCEÇÃO DE SEGURANÇA						
1.1. Escolhi visitar o Algarve porque é uma região segura.						
1.2. Durante a minha estadia senti-me seguro.						
1.3. Ver a GNR (polícia armada) transmite-me segurança.						
1.4. Se tiver algum problema de segurança tenho confiança em contactar com a GNR.						
1.5. Sinto-me em risco quando utilizo as vias rodoviárias do Algarve.						

Faça uma cruz (X) na opção que considera mais adequada						
	1. Não concordo nem discordo	2. Discordo totalmente	3. Discordo	4. Concordo ligeiramente	5. Concordo	6. Concordo totalmente
1.6. Sinto-me seguro ao usar transportes públicos para me deslocar.						
1.7. Nunca frequento locais públicos com objetos pessoais de valor, ainda que os mesmos possam ser necessários.						
1.8. Onde estou hospedado é o único local que me sinto seguro(a).						
1.9. Tenho receio de sair à noite porque pode ser perigoso.						
1.10. Não frequento lugares de diversão noturna porque podem ser perigosos.						
1.11. Sinto-me inseguro ao frequentar locais públicos durante o dia.						
1.12. Considero que determinados locais possuem características que os tornam mais propensos à ocorrência de crimes.						
1.13. Conheço a existência de ações de cooperação internacional entre forças de segurança (GNR, Gendarmerie Nationale, Guardia Civil, Carabinieri).						
1.14. Durante a minha estadia, observei forças de segurança de outro país a patrulhar a região.						
1.15. Acredito que ações de cooperação internacional entre forças de segurança são importantes.						
1.16. A presença das forças de segurança de outro país em Portugal facilita a comunicação com as autoridades locais.						
2. RELAÇÃO CIDADÃO-GNR						
2.1. É importante que os agentes de segurança comuniquem na mesma língua que eu, ou numa língua que compreenda.						
2.2. A GNR transmite-me uma imagem de confiança.						
2.3. A atuação da GNR procura uma boa relação com os cidadãos.						

CARACTERIZAÇÃO SOCIO-DEMOGRÁFICA		
Género ☐ Masculino ☐ Feminino ☐ Outro	Idade:	Nacionalidade:
Estado Civil: ☐ Solteiro(a) ☐ União de Facto ☐ Casado(a) ☐ Separado(a)/Divorciado(a) ☐ Viúvo(a)		
Escolaridade: ☐ Ensino básico (até 9º ano) ☐ Ensino secundário (até 12º ano) ☐ Licenciatura		
☐ Mestrado ☐ Doutoramento ☐ Sem escolaridade Formal		

Figura n.º 3 – Questionário de Segurança Turística (versão portuguesa)

APÊNDICE F - RELAÇÃO ENTRE AS QUESTÕES DE ENTREVISTA E AS PERGUNTAS DERIVADAS

Quadro n.º 16 - Relação entre as questões de entrevista e as perguntas derivadas

PP	PD	Questões de Entrevista		Inquérito por Questionário
		Guião n.º 1	Guião n.º 2	
A atividade da GNR estará adequada às necessidades dos turistas na zona de ação do Comando Territorial de Faro?	PD1	-	-	X
	PD2	2. 3.	1. 3. 4. 5.	-
	PD3	-	2. 7. 9. 10.	-
	PD4	-	-	X

Fonte: Elaboração do Autor

APÊNDICE G - SELEÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

Quadro n.º 17 - Seleção e caracterização dos entrevistados

Entrevistado	Função	Unidade	Data	Formato
E1	Chefe da SOTRP	CTer Faro	04/04/2025	Presencial
E2	Cmdt DTer	CTer Faro	09/03/2025	Presencial
E3	Cmdt DTer	CTer Faro	17/03/2025	Presencial
E4	Cmdt DTer	CTer Faro	28/03/2025	Presencial
E5	Cmdt DTer	CTer Faro	20/03/2025	Presencial
E6	Cmdt DTer	CTer de Faro	10/03/2025	Via telefónica
E7	Cmdt DTer	CTer de Faro	5/05/2025	Via telefónica

Fonte: Elaboração do Autor

APÊNDICE H - CODIFICAÇÃO ALFANUMÉRICA E CROMÁTICA DAS RESPOSTAS ÀS ENTREVISTAS

Quadro n.º 18 - Codificação alfanumérica e cromática das respostas às entrevistas

Questão	Categoria	Subcategoria	Unidade de Registo
Questão n.º 1 - Existem ações ou estratégias específicas direcionadas à proteção e acompanhamento dos turistas, distintas das aplicadas à população residente?	Fatores de risco e vulnerabilidades	Cooperação internacional específica	1.A.1.
		Foco territorial estratégico	1.A.2.
Questão n.º 2 - De que forma a GNR adapta os seus meios e estratégias ao longo do ano, em função da sazonalidade do turismo?	Localização e sazonalidade da insegurança	Planeamento estratégico antecipado	2.A.1.
		Foco territorial estratégico	2.A.2.
Questões n.º 3 - Na ZA do seu Destacamento, existe alguma recolha e respetiva monitorização de dados ou estatísticas a respeito da criminalidade turística?	Ações estratégicas e operacionais da GNR	Levantamento Estatístico	3.A.1.
		Recolha de dados	3.A.2.
		Tratamento e análise	3.A.3.
		Dados através da Proximidade Comunitária	3.A.4.
Questão n.º 4 - Quais são as maiores preocupações relativamente à segurança dos turistas?	Preocupações de segurança turísticas	Segurança Percebida	4.A.1.
		Informação/sensibilização	4.A.2.
		Segurança Patrimonial	4.A.3.
		Construção urbana	4.A.4.
Questão n.º 5 - Como é que a sazonalidade do turismo impacta a criminalidade na sua área de atuação?	Impacto a nível externo	Localização	5.A.1.
		Correlação entre fluxo turístico e criminalidade	5.A.2.
		Alteração do padrão criminal	5.A.7.
	Impacto a nível interno	Efetivo	5.A.4.
		Cooperação Internacional	5.A.5.
		Programas Específicos	5.A.6.
Questão n.º 6 - De que forma é realizada a cooperação com outros agentes?	Articulação com outras instituições	Articulação com outras instituições	6.A.1.
		Forças congéneres	6.A.2.
		Cooperação local	6.A.3.
Questão n.º 7 - Quais são as principais dificuldades	Cultural	Sem obstáculos culturais	7.A.1.
		Alguns obstáculos culturais	7.A.5.

que os seus militares apontam envolvendo turistas estrangeiros?	Linguístico	Desafios comunicacionais existentes	7.A.2.
		Desafios comunicacionais mínimos/enXistentes	7.A.4.
	Outros	Dificuldade da caracterização da ocorrência	7.A.3.
		Dificuldades logísticas	7.A.6.
		Dificuldade na colaboração na investigação	7.A.7.
Questão n.º 8 - Quais as áreas que considera prioritárias para melhorar a segurança turística no Algarve?	Áreas Prioritárias	Reforço da capacidade operacional	8.A.1.
		Fragilidade da vertente preventiva	8.A.2.
		Educação e orientação preventiva ao turista	8.A.3.
		Tecnologia como elemento dissuasor e de vigilância	8.A.4.
		Parcerias com o setor privado	8.A.5.
Questão n.º 9 - Considera que existe tempo e autonomia para os militares das SPCPC planearem e realizarem as suas atividades?	Tempo, autonomia e planeamento	Existe autonomia	9.A.1.
		Não existe tempo	9.A.2.
		Planeamento significativamente afetado	9.A.3.
Questão n.º 10 - Considera que poderiam existir outro tipo de recursos ou políticas para reforçar as medidas preventivas e reativas?	Recursos necessários	Falta de efetivo	10.A.1.
		Limitações logísticas	10.A.2.
		Estrutura de liderança e coordenação	10.A.3.
		Mais Visibilidade	10.A.4.
		Formação	10.A.5.

Fonte: Elaboração do Autor

APÊNDICE I - ANÁLISE DAS RESPOSTAS ÀS QUESTÕES DE ENTREVISTA

Quadro n.º 19 - Análise de conteúdo por questão

Entrevistado	UR	Unidade de Contexto
Questão n.º 1 - Ações ou estratégias específicas direcionadas à proteção e acompanhamento dos turistas		
E1	1.A.1.	“As SPCPC fazem este patrulhamento com as forças congéneres , nomeadamente com os Carabinieri, Gendarmerie Nationale e Guardia civil”
	1.A.2.	“Procuram ir para locais de maior visibilidade , como as zonas balneares .”
Questão n.º 2 - De que forma a GNR adapta os seus meios e estratégias ao longo do ano, em função da sazonalidade do turismo?		
E1	2.A.1.	“Procuramos fazer um planeamento das nossas ações de forma atempada , sempre, com um/um mês e meio de antecedência a estas alturas”
	2.A.2.	“Fazemos um pedido de reforço ao Comando Operacional , (...) reforço de 2 NEOP e recebemos um reforço de 3º NEOP, Reforço da USHE, da UAF e da UCCF”
Questões n.º 3 - Recolha e respetiva monitorização de dados ou estatísticas a respeito da criminalidade turística		
E2	3.A.1.	“Os dados são recolhidos de forma global , sem segmentação por tipo de vítima.”
	3.A.2.	“A criminalidade turística permanece diluída nos dados agregados, dificultando a sua identificação e tratamento analítico .”
E3	3.A.1.	“A recolha de dados ocorre durante a introdução das informações no sistema .”
	3.A.3.	“O SIOP-P exige o preenchimento de diversas perguntas ”
	3.A.2.	“A monitorização desses dados é realizada [...] por meio da análise das informações extraídas do SIOP-P .”
E4	3.A.3.	“ Não existe uma célula ou núcleo específico dedicado exclusivamente à criminalidade turística .”
	3.A.4.	“Uma das fontes mais relevantes de informação é o contacto direto com a população .”
E5	3.A.2.	“ Não existe uma análise específica e diferenciada dos dados relativos a crimes [...] contra turistas.”
	3.A.1.	“ A recolha de dados é feita de forma genérica , sem discriminar as vítimas por categoria.”
	3.A.4.	“Reforço da presença policial em zonas de maior afluxo turístico.”
E6	3.A.2.	“Se (...) a criminalidade turística diz respeito a crimes em zonas frequentadas por turistas e/ou contra turistas, existe [...] uma análise das ocorrências que nos permite adotar medidas preventivas e de segurança”
E7	3.A.3.	“ Não . [...] não existe um campo específico que associe à criminalidade turística.”
	3.A.2.	“No momento da realização do expediente, no SIOP-P são preenchidos vários dados no sistema [...]”
Questão n.º 4 - Principais preocupações relativamente à segurança dos turistas		
E2	4.A.1.	“Transmitir um sentimento de segurança elevado [...] em todos os momentos e locais.”

	4.A.2.	“É fundamental que estejam conscientes dos potenciais riscos .”
E3	3.A.3.	“Preocupações [...] ligadas à proteção dos bens que transportam.”
	4.A.2.	“Tornando-se alvos potenciais para furtos e roubos [...]. A vulnerabilidade dos turistas [...] deve-se também à sua condição socioeconómica.”
E4	4.A.2.	“Transmissão de conselhos de segurança preventiva .”
	4.A.1.	“Reforçar o sentimento de segurança junto dos turistas.”
E5	4.A.1.	“Os turistas demonstram sentir-se seguros [...] sentimento de segurança é elevado .”
	4.A.2.	“São realizadas ações de sensibilização e de proximidade .”
	4.A.4.	“ Problemas em zonas degradadas [...] funcionam como catalisadores de comportamentos desordeiros e pequenos crimes.”
E6	4.A.1.	“ Minimizar o impacto/consequências que o crime pode ter no/a turista e na região.”
E7	4.A.1.	“A maior preocupação é diminuir ao máximo a criminalidade para com os turistas, para que se sintam seguros no nosso país e região .”
	4.A.2.	“É importante que os turistas estejam conscientes dos potenciais riscos a que estão sujeitos, nomeadamente furtos e roubos, devendo adotar as medidas preventivas que estão ao seu alcance.”
Questão nº 5 - Impacto da sazonalidade na criminalidade turística		
E2	5.A.1.	“A sazonalidade do turismo tem um impacto significativo [...] especialmente nos postos localizados junto à Orla Costeira .”
	5.A.2.	“ Aumento expressivo da população [...] pode levar a um aumento do número de ocorrências e de crimes .”
	5.B.1.	“Necessário um reforço do efetivo [...] e aumento dos meios materiais.”
	5.B.2.	“Presença de patrulhas de forças congéneres [...] ao longo dos três meses de veraneio.”
	5.B.3.	“Programa Verão Seguro [...] <i>Tourist Support Patrol</i> .”
E3	5.A.2.	“Aumento do fluxo de pessoas [...] gera maior aglomeração [...] ambiente propício para crimes.”
	5.A.3.	“ Mudança no tipo de crimes predominantes.”
E4	5.A.2.	“A sazonalidade do turismo tem um impacto direto na dinâmica da criminalidade. [...] Maior número de pessoas [...] gera maior confusão e instabilidade .”
E6	5.A.2.	“A sazonalidade do turismo tem um impacto direto na criminalidade.”
	5.A.3.	“Tipologias criminais que exploram a distração ou a vulnerabilidade dos turistas. [...] Furtos em residências temporárias e veículos , sobretudo em momentos de check-out.”
E6	5.A.2.	“Onde há mais pessoas maior a probabilidade de ocorrências .”
E7	5.A.2.	“[...] aumentando significativamente o número de pessoas na ZA, aumenta também a probabilidade do número de ocorrências.”
Questão nº 6 - Cooperação com outros agentes		
E2	6.A.1.	“Relação estreita com (...), Polícia Marítima, ASAE e PSP . Destaca-se, por exemplo, o planeamento de eventos de maior dimensão de modo a garantir que decorrem em segurança”
	6.A.2.	“No que diz respeito às forças congéneres , a iniciativa parte do CTer Faro, que reporta as suas necessidades, em coordenação com a DPERI, prevê este reforço de forças congéneres [...]”

E3	6.A.3.	“[...] sendo um dos principais mecanismos os contratos locais de segurança . [...] Articulação com as câmaras municipais [...] medidas que reforcem a segurança.”
	6.A.1.	“Série de reuniões [...] operações conjuntas com PJ, ASAE, Polícia Marítima .”
E4	6.A.1.	“ Cooperação [...] é fundamental para a eficácia da segurança turística. [...] Colaboração com Bombeiros [...] resposta coordenada em locais de difícil acesso. [...]”
	6.A.2.	“No caso das forças congéneres internacionais , destaca-se o impacto positivo da sua presença no terreno, uma vez que elimina barreiras linguísticas e transmite aos turistas uma sensação de maior confiança.”
	6.A.3.	“A colaboração com as autarquias centra-se sobretudo na gestão do espaço público, nomeadamente na implementação de medidas urbanísticas [...]”
E5	6.A.3.	“Cooperação com autarquias e associações hoteleiras e empresariais . [...] em articulação com entidades como a Região de Turismo, a AETA (Associação de Empresas Turísticas do Algarve), [...] recolhemos dados relevantes para o planeamento policial, como previsões de ocupação hoteleira [...]”
	6.A.1.	“Tem sido implementada a colaboração com equipas mistas (Cruz Vermelha, Polícia Municipal, Bombeiros) , que asseguram resposta mais célere em zonas críticas como a Rua daoura.”
E6	6.A.3.	“ Cooperação com entidades locais com responsabilidades na área do turismo. [...] Contratos locais de segurança, serviços remunerados”
E7	6.A.3.	“[...] Contratos locais de segurança , serviços remunerados.”
Questão nº 7 - Principais dificuldades no contacto com turistas estrangeiros		
E2	7.A.1.	“No âmbito cultural, não se verificam problemas.”
	7.A.2.	“Destaca-se a barreira linguística quando não existe uma língua comum .”
E3	7.A.2.	“ Barreiras linguísticas [...] dificultam a compreensão do tipo de crime.”
	7.A.3.	“ Dificuldade na identificação exata do bem furtado/roubado.”
E4	7.A.4.	“A barreira linguística é cada vez menos significativa , dado que a maioria das pessoas possui algum domínio da língua inglesa.”
	7.A.1.	“Em termos culturais, não se verificam obstáculos relevantes no contacto com os visitantes”
E5	7.A.2.	“Barreira linguística [...] Muitas vezes, a comunicação com turistas estrangeiros é dificultada pela inexistência de uma língua comum ”
	7.A.5.	“[...] podem surgir desafios, nomeadamente em ações que envolvam abordagens mais intrusivas, como uma revista de segurança (ex.: turbantes).”
E7	7.A.1.	“De um modo geral não considero que se verifiquem grandes dificuldades nesses aspetos .”
	7.A.4.	“A dificuldade que poderá existir é a barreira linguística, no entanto, com o aumento do número de pessoas que falam a língua inglesa essa barreira tende a ser cada vez menos significativa e notória .”

Questão nº 8 - Áreas prioritárias de melhoria em segurança turística no Algarve		
E2	8.A.1.	“O reduzido número de efetivos leva inevitavelmente a uma atuação predominantemente reativa e muito pouco preventiva”
	8.A.2.	“[...] Atuação predominantemente reativa [...]”
	8.A.3.	“[...] é fundamental para sensibilizar e aconselhar sobre questões de segurança . Esta comunicação inclui informações sobre a localização dos postos, alterações ao trânsito, como cortes de vias, e orientações sobre como se podem dirigir para eventos”
	8.A.4.	“considera-se essencial continuar a investir nos sistemas de videovigilância (CCTV) na via pública . Tem sido feito um forte investimento por parte das autarquias na instalação de CCTV em zonas críticas [...]”
E3	8.A.1.	“Reforço no efetivo dos militares da SPCPC. [...] A Guarda deve voltar a sua atenção para o territorial. [...] Incompatível pedir reforço à SPCPC sem reforçar a base. ”
E4	8.A.5.	“melhoria da colaboração com as entidades do setor, nomeadamente com as empresas turísticas, que devem desempenhar um papel ativo na transmissão de informações básicas de segurança aos turistas”
	8.A.3.	“[...] os turistas estes sejam informados, logo à chegada, sobre a existência e utilização do número de emergência europeu (112) e sobre comportamentos a adotar durante a sua estadia.”
	8.A.4.	“Outro aspeto considerado essencial é o reforço da videovigilância . A presença de sinalética associada a sistemas de CCTV não só transmite um maior sentimento de segurança, como tem um efeito dissuasor”
	8.A.1.	“[...] é prioritário reforçar os meios humanos . Se durante o inverno já se verifica uma escassez de efetivos, esta situação torna-se ainda mais crítica nos meses de verão, quando há um aumento exponencial da população”
E5	8.A.3.	“[...] ações de sensibilização e campanhas informativas, adaptadas a várias línguas, são fundamentais para promover comportamentos seguro”
	8.A.1.	“ aumento do número de recursos humanos afetos ao policiamento turístico. O reforço do efetivo permite uma presença mais visível e próxima no terreno [...]”
E6	8.A.2.	“balanceando entre os meios operacionais e a presença e visibilidade em zonas e nos períodos de maior afluência de turistas , com o objetivo de assegurar a adequação do serviço prestado às necessidades e expectativas dos públicos-alvo”
	8.A.5.	“[...] desenvolvimento de um trabalho conjunto e contínuo entre a Guarda e as entidades locais, hoteleiras, segurança privada e demais associações empresariais do turismo da região.”
E7	8.A.1.	“A principal seria um reforço da capacidade operacional no geral, com aumento de efetivo e de viaturas ”
Questão nº 9 - Tempo e autonomia para os militares das SPCPC planearem e realizarem as suas atividades		
E2	9.A.1.	“Os militares têm grande autonomia para planear e executar atividades.”
	9.A.2.	“A escassez de efetivos compromete a realização das ações . [...] Há necessidade de dar resposta a muitos públicos: crianças (“Escola Segura”), idosos, comércio, etc.”
E3	9.A.2.	“Os programas são imensos para o efetivo existente. [...] Humanamente impossível dar resposta a tudo. ”

E4	9.A.1.	“Embora exista autonomia e tempo para o planeamento, [...]”
	9.A.2.	“[...] muito desse tempo é consumido por tarefas internas, o que compromete a presença e a visibilidade dos militares no terreno”
	9.A.3.	“A ausência de um sargento responsável compromete a coordenação eficaz da SPCPC. [...] Os militares ficam sobrecarregados com funções administrativas.”
E5	9.A.1.	“os militares da SPCPC beneficiarem de uma certa autonomia na organização e execução das suas atividades”
	9.A.2.	“[...] mas o tempo disponível é muito limitado. [...] A agenda está constantemente preenchida com diversas iniciativas.”
E6	9.A.2.	“[...] O tempo é distribuído entre muitas tarefas e programas (Escola Segura, Residência Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro, etc.).”
	9.A.1.	“Há militares gestores de programa, mas as atividades são planeadas segundo o efetivo disponível, e não conforme o tempo ou autonomia desejada.”
E7	9.A.1.	“Existe sim autonomia para os militares planearem e realizarem as suas atividades [...]”
	9.A.2.	“tendo em conta o número de programas aos quais o SPCPC tem de dar resposta (Escola segura, Residência Segura, Idosos em Segurança, Comércio Seguro, entre outros), o tempo torna-se limitado e escasso.”
Questão nº 10 - Recursos ou políticas necessárias para reforçar as medidas preventivas e reativas		
E2	10.A.1.	“A principal limitação é a falta de efetivo, o que dificulta a atuação na prevenção e sensibilização.”
	10.A.2.	“A escassez de meios e viaturas compromete a capacidade de resposta e a eficácia do serviço.”
E3	10.A.1.	“Reforçar o apoio dos postos para depois se conseguir reforçar os militares das SPCPC”
E4	10.A.3.	“Criação de uma chefia dedicada à SPCPC.”
	10.A.4.	“Permitiria maior tempo de presença no terreno e contacto direto com a população. [...] Aumentaria a visibilidade da polícia.”
E5	10.A.1.	“Reforço do efetivo da SPCPC.”
	10.A.4.	“Presença da GNR à entrada e saída das escolas.”
E6	10.A.5.	“entendo que há uma necessidade evidente de formar/especializar mais militares por forma a implementar mais medidas/atividades que permitam alcançar novos públicos e atuar eficazmente na prevenção criminal, policiamento comunitário e no policiamento de proximidade.”
	10.A.1.	“é premente reforçar o efetivo das subunidades territoriais”
E7	10.A.1.	“Penso que a principal medida será mesmo o reforço de efetivo das subunidades territoriais e consequentemente do SPCPC.”

Fonte: Elaboração do Autor

APÊNDICE J - ANÁLISE DAS RESPOSTAS AOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

Tabela n.º 2 – Idades dos Inquiridos por grupos de faixa etária

Idade	18-30	31-40	41-55	+55
%	23,5	18,5	16,9	41,1

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 3 - Género dos Inquiridos

Género	Masculino	Feminino	Outro
%	55,1	44,4	0,5

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 4 – Nível de Escolaridade dos Inquiridos

Escolaridade	Ensino Básico	Ensino Secundário	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
%	3,1	40,9	37,1	18,3	0,7

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 5 - Número de dias que os Inquiridos se encontravam de férias

Nº de dias permanência	24h	1 - 2 dias	2 - 3 dias	4 – 7 dias	1 - 2 semanas	+ 2 semanas
%	1,9	6,4	6,9	34,9	18,8	31,1

Fonte: Elaboração própria

Tabela n.º 6 – Alojamento que os Inquiridos usufruíam

Alojamento	%
Campismo	33,5
Hotel	25,9
Aluguer de casa / quartos	22,1
Alojamento de amigos ou familiares	6,9
Turismo rural / de habitação	4,0
Residência / pensões	3,6
Resort	2,1
Hostels / pousadas	1,0
Outro	1,0

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE K – FENÓMENO CENÓMENO CIMINAL NO CTER DE FARO

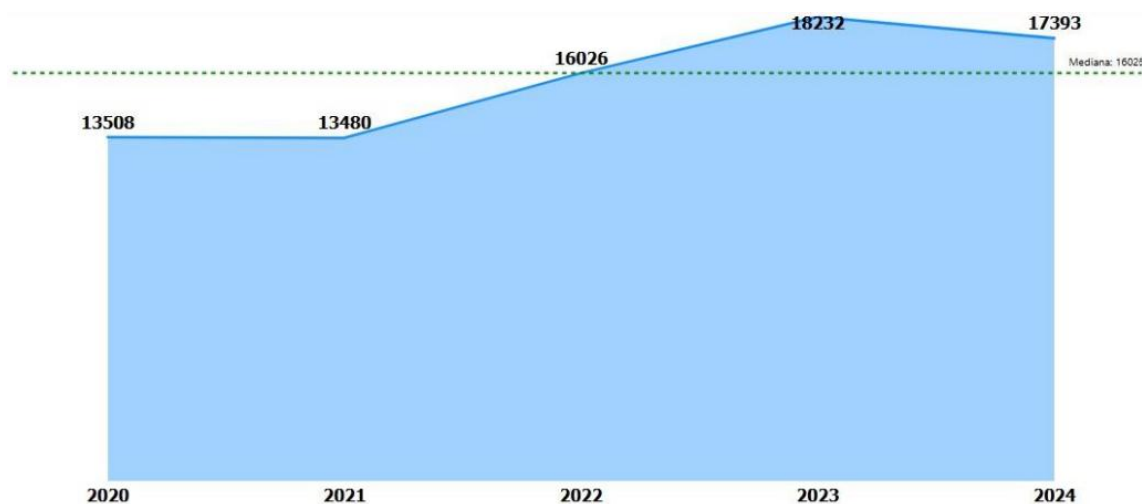


Figura n.º 4 – Evolução Criminal (2020 – 2024)

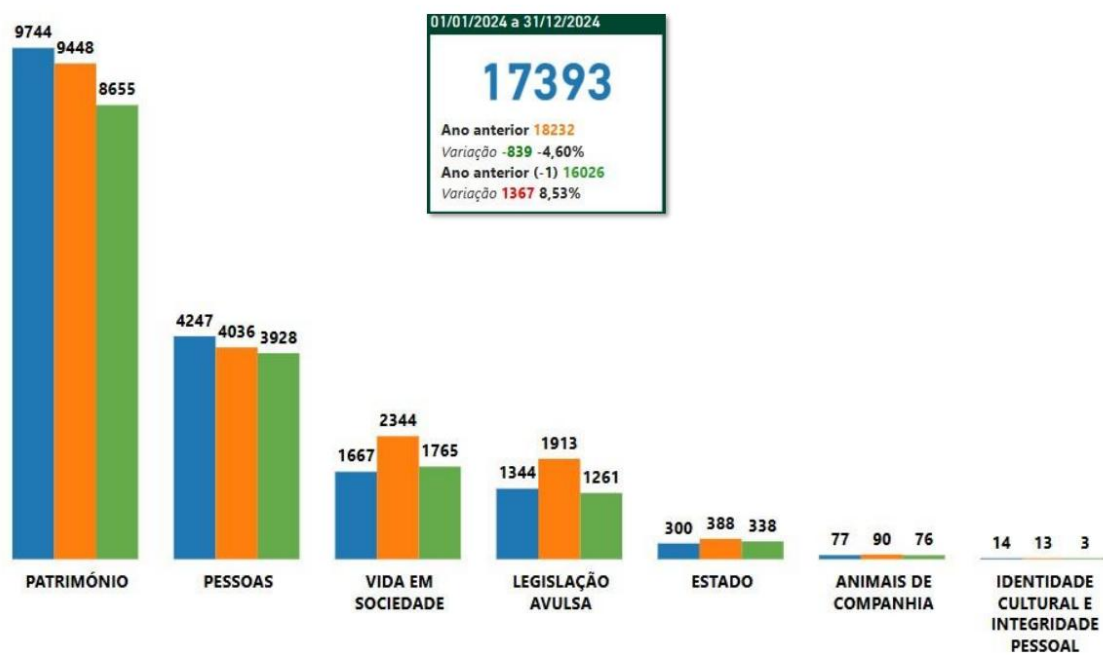


Figura n.º 5 – Tipologias Criminais (2022 – 2024)

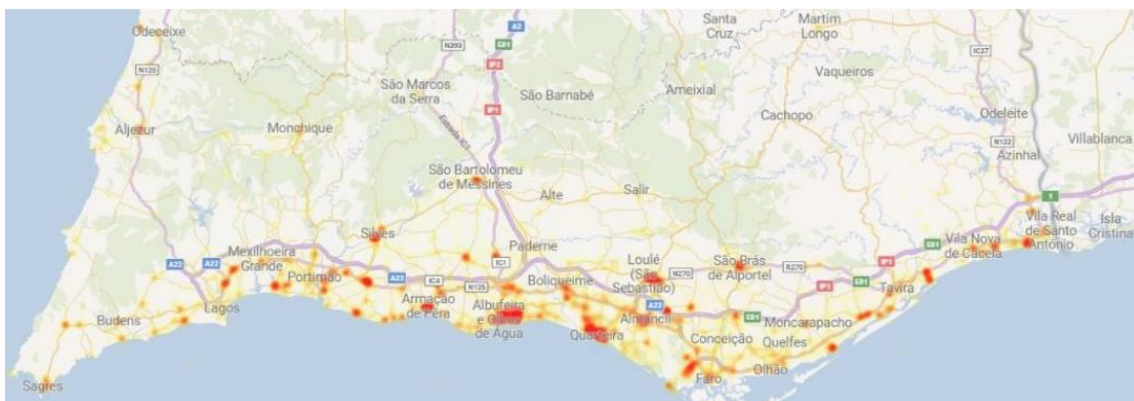


Figura n.º 6 – Mapa de calor criminalidade geral 2024

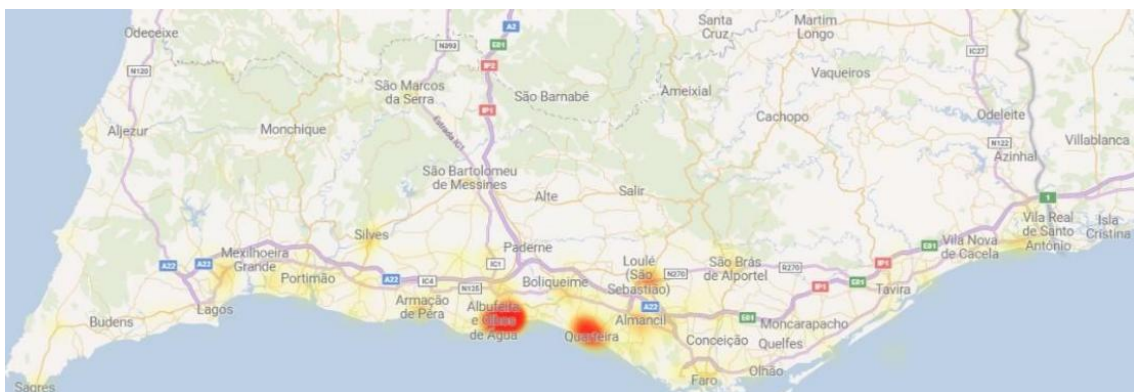


Figura n.º 7 – Mapa de calor da criminalidade violenta e grave 2024

ANEXOS

ANEXO A – NÚMERO DE TURISTAS INTERNACIONAIS EM PORTUGAL (2015-2025)

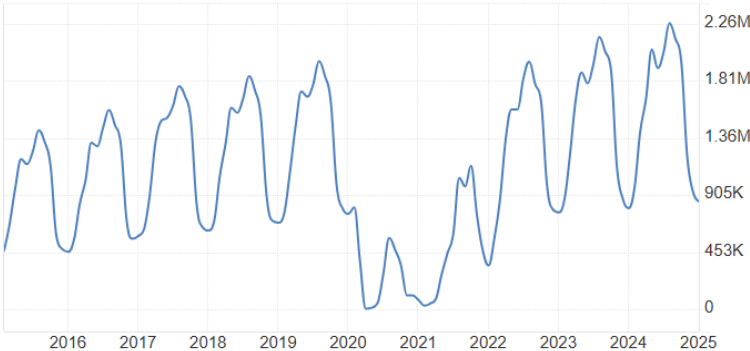


Figura n.º 8 - Chegada de turistas internacionais a Portugal desde 2015 a 2025

Fonte: INE (2025)

ANEXO B – MERCADOS EMISSORES PARA TERRITÓRIO NACIONAL (2022-2023)

País de residência	2022	2023	Quotas (%)		Taxa de variação (%)
			2022	2023	
TOTAL	22 254,2	26 535,2	100,0%	100,0%	19,2%
Espanha	5 736,7	6 693,1	25,8%	25,2%	16,7%
Reino Unido	2 927,5	3 338,6	13,2%	12,6%	14,0%
França	2 955,6	3 280,4	13,3%	12,4%	11,0%
Alemanha	1 805,0	2 128,8	8,1%	8,0%	17,9%
Suíça	1 009,6	1 194,4	4,5%	4,5%	18,3%
Itália	699,7	903,8	3,1%	3,4%	29,2%
Países Baixos	794,2	876,0	3,6%	3,3%	10,3%
Irlanda	654,2	781,4	2,9%	2,9%	19,4%
Bélgica	546,1	592,1	2,5%	2,2%	8,4%
Países Nórdicos	513,0	575,5	2,3%	2,2%	12,2%
Outros da Europa	954,6	1 194,5	4,3%	4,5%	25,1%
Estados Unidos da América	1 135,4	1 523,7	5,1%	5,7%	34,2%
Brasil	1 059,2	1 333,9	4,8%	5,0%	25,9%
Outros do Mundo	1 463,5	2 118,9	6,6%	8,0%	44,8%

Figura n.º 9 - Chegada de turistas a Portugal com base no país de residência, 2022-2023

Fonte: INE (2024)

ANEXO C – ESTATÍSTICAS DOS MOTIVOS DE VIAGEM, 2023

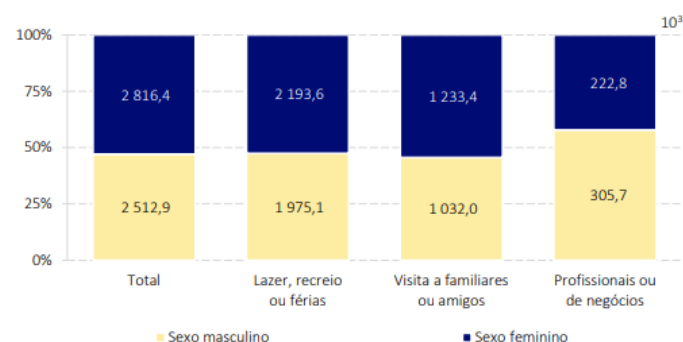


Figura n.º 10 - Número de turistas por sexo, por principais motivos de viagem, 2023

Fonte: INE (2024)

ANEXO D – CONTA SATÉLITE DO TURISMO

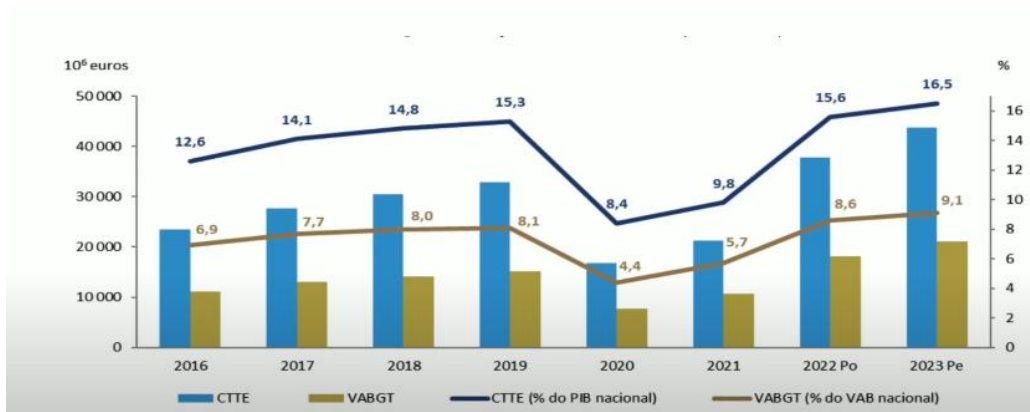


Figura n.º 11 - Conta satélite do Turismo

Fonte: INE (2024)